

Haydée Serrão Lanzillotti

Contribuição ao estudo da alimentação coletiva no capitalismo fordista

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: George Edward Machado Kornis

Rio de Janeiro

2000

HAYDÉE SERRÃO LANZILLOTTI

**CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA ALIMENTAÇÃO COLETIVA NO
CAPITALISMO FORDISTA**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Saúde Coletiva. Curso de Pós-graduação em Saúde Coletiva – área de concentração em Política, Planejamento e Administração em Saúde – Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. George Edward Machado Kornis – IMS/UERJ

Rio de Janeiro

2000

COMIDA

*Bebida é água.
Comida é pasto.
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?
A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer.*

*Bebida é água.
Comida é pasto.
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?
A gente não quer só comer,
A gente quer comer e quer fazer amor.
A gente não quer só comer,
A gente quer prazer pra aliviar a dor.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer dinheiro e felicidade.
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer inteiro e não pela metade.*

Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer, Sérgio Britto

*A Regina Serrão Lanzilotti, companheira na
na minha jornada acadêmica.*

Agradecimentos:

Aos funcionários da Secretaria Acadêmica do IMS/UERJ, pelo apoio técnico, em especial a Leila Santiago,

Aos funcionários da Biblioteca do IMS/UERJ em especial às bibliotecárias, pelo valioso suporte técnico,

Aos colegas professores Ana Maria Florentino, Sandra Regina Gregório, Eliane de Abreu Soares, Emilson Portella, que gentilmente leram os manuscritos e pelas valiosas contribuições,

Aos meus colegas nutricionistas, que tornaram as entrevistas momentos extremamente agradáveis, onde recordamos nossos tempos de Alimentação Coletiva,

Aos tecnólogos entrevistados, pelo espírito de colaboração e a crença na interdisciplinaridade,

Aos professores do Departamento de Nutrição Social do Instituto de Nutrição INU/UERJ, em especial, Vera Chiara e Elisa Barros, pelo incentivo e pela paciência com minhas preocupações,

Aos professores do Curso de Nutrição da UGF, em especial, Rachel Marchtein, Vinicius da Costa e Cláudia Meirelles por possibilitarem trocas de informação nas diferentes áreas da Nutrição,

Ao meu Professor de Semiótica e leal amigo, Nelson Rodrigues Filho, pelos seus ensinamentos,

Ao Professor Luiz Alberto Gómez de Souza pelo apoio no início desta caminhada,

A Professora Jane Dutra Sayad, pelas indicações valiosas na apreciação do projeto de tese e na leitura final da tese. No primeiro momento e o mais crucial, sua sensatez indicou-me as trilhas mais seguras. Apesar de contatos esporádicos, aprendi a admirá-la pelo seu dinamismo e simplicidade,

Ao Professor Amaranto Lopes Pereira, cujo convívio durante a realização da tese, transformou a minha admiração em paixão,

Ao orientador: George Edward Machado Kornis, por não temer em me permitir ousar.

RELAÇÃO DE SIGLAS

ABERC – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE REFEIÇÃO COLETIVAS

BPM – BOAS PRÁTICAS DE MANUFATURA

CFN – CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

APPCC – ANÁLISE DE PERIGOS E PONTOS CRÍTICOS DE CONTROLE

COMA – COMMITTEE ON MEDICAL ASPECTS OF FOOD POLICY

CIEP – CENTRO INTEGRADO DE ENSINO PÚBLICO

CTPA/SENAI/FIRJAN – CENTRO DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS ALIMENTARES/SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL/FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ENDEF/IBGE – ESTUDO NACIONAL DE DESPESA FAMILIAR/INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

EPE/ABERC – EQUIPE DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS/ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE REFEIÇÃO COLETIVA

FEB – FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

FEBRAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO

FIESC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

GASP/ABERC – GRUPO DE AÇÃO DE SUB- PRODUTOS / ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE REFEIÇÃO COLETIVA

GEN – GRUPO EXECUTIVO DE NUTRIÇÃO

GEPEN – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM NUTRIÇÃO

IAPC - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DO COMERCÍARIO

IAPI – INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DO INDUSTRIÁRIO

IMS – INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL

INU – INSTITUTO DE NUTRIÇÃO

ISO – INTERNATIONAL STANDARDIZATION ORGANIZATION

LSN – LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

PAT – PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

PND – PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

PET/COPPE/UFRJ – PROGRAMA DE ENGENHARIA EM TRANSPORTE/
COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
DE ENGENHARIA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PNAD – PLANO NACIONAL DE AMOSTRA POR DOMICÍLIO

PRONAN – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

SAPS – SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

SAQ – SELO ABERC DE QUALIDADE

SCP – SINGLE CELL PROTEIN

SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

SIA –FEIRA INTERNACIONAL DE ALIMENTAÇÃO

UAN – UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

UERJ- UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UGF – UNIVERSIDADE GAMA FILHO

YMCA – YOUNG MEN’S CHRISTIAN ASSOCIATION

YWCA – YOUNG WOMEN’S CHRISTIAN ASSOCIATION

RESUMO

O objeto do estudo é a complexidade da inserção de um Sistema de Alimentação Coletiva no Capitalismo Fordista. Foi estabelecido uma sistematização fixada em três etapas: a) a Alimentação Coletiva frente a gênese, o desenvolvimento e a crise do sistema produtivo fordista; b) a Alimentação Coletiva como uma estratégia do sistema produtivo, tendo em vista a energia humana laboral necessária ao setor produtivo, viabilizada através da oferta de refeições nutricionalmente adequadas; c) a experiência brasileira na Alimentação Coletiva e finalmente, d) a concepção de um Modelo Conceitual Simbólico da Alimentação Coletiva. O objetivo, portanto, é estabelecer as interfaces entre Nutrição, Trabalho, Capital Produtivo e Setor Produtivo Estatal, afim de compreender a estrutura funcional da Alimentação Coletiva como parte integrante da Política de Saúde. Os procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos exigiram duas abordagens: histórica e sistêmica. A primeira se refere a integração espaço-tempo do Sistema da Alimentação Coletiva quando depoimentos de atores sociais que construíram a história da Alimentação Coletiva foram colocados em evidência. A segunda é de natureza holística, o que a diferencia da abordagem clássica, com visão fragmentada. Dentre os enfoques possíveis da abordagem sistêmica optou-se pela aplicação do Modelo Conceitual Simbólico, consubstanciado na Teoria Geral de Sistemas, através do qual é possível descrever a integração dos sub-sistemas encontrados neste setor produtivo, a saber: Trabalho, Capital Produtivo, Setor Produtivo Estatal e Nutrição. Neste estudo, *Sistema* é um conjunto de elementos discretos (componentes ou subsistemas) interconectados ou em interação dinâmica, organizados e agenciados em função de um objetivo, fazendo o referido conjunto objeto de controle. Foram gerados três Modelos Conceituais Simbólicos que representam as memórias da Alimentação Coletiva no paradigma do capitalismo fordista. Eles possibilitaram perceber que com a evolução da tecnologia de alimentos, estudos em Nutrição e o desenvolvimento do capitalismo, o Sistema de Alimentação Coletiva foi se tornando mais complexo. Importante é ressaltar, que o entendimento da dinâmica do setor, só é possível se for ultrapassado os muros da Nutrição, na busca da interação desta com o meio ambiente. Para tanto, o Modelo Conceitual Simbólico é útil, uma vez que é capaz de colocar em evidência os subsistemas do Sistema de Alimentação Coletiva e as interações entre eles.

Palavras-chave: Alimentação Coletiva, Capitalismo fordista, Modelo Conceitual Simbólico, Teoria Geral de Sistemas.

ABSTRACT

The objective of this paper is to study the degree of complexity involved in the introduction of a Collective Feeding System in the Fordist Capitalism. A fixed systematization was settled in three stages: a) Collective Feeding related to the genesis, development and crisis in the Fordist productive system; b) Collective Feeding as a strategy in the productive system, regarding the labor human energy required to the productive sector made viable through the offer of nourishing adequate meals; c) the Brazilian experience in Collective Feeding and at last; d) the notion of a Symbolical Conceptual Model for Collective Feeding. Thus, the objective is to establish the interfaces between Nutrition, Labor, Productive Capital and State Productive Sector, so that the functional structure of Collective Feeding can be understood as an integrating part of the Health Policy. The methodological procedures to attain those goals demanded a historical and a systemic approach. The former refers to the space-time integration of the Collective Feeding System, when narratives of social actors, who constructed the history of Collective Feeding were put forward. The latter has a holistic nature, which makes it different from a classical approach, with its fragmented vision. Within the possible focuses of the systemic approach, the choice was for the application of the Symbolic Conceptual Model, consolidated in the General Theory of Systems, through which it is possible to explain the integration of the sub-systems identified in that productive sector, namely: Labor, Productive Capital, State Productive Sector and Nutrition. In this study, *System* is a set of discreet elements (components or sub-systems), either interconnected or in dynamic interaction, organized and directed towards a goal, taking the mentioned set as its control object. Three Conceptual Symbolic Models were designed, and they represent the memories of Collective Feeding in the Fordist Capitalism paradigm. By studying them, one can observe that the evolution of food technology, Nutrition Studies and development of capitalism made Collective Feeding System more complex. It is worth remarking that understanding the sector dynamics can only be possible if one goes beyond Nutrition, seeking its interaction with the environment. For that purpose, the Symbolic Concept is useful, since it can highlight the sub-systems of the Collective Feeding System and the interactions among them.

Key-words: Collective Feeding, Fordist Capitalism, Symbolic Conceptual Model, General Theory of Systems.

APRESENTAÇÃO

O estudo da Alimentação Coletiva sob o paradigma do capitalismo fordista é uma contribuição ao entendimento da estrutura deste setor produtivo, onde interagem aspectos nutricionais, econômicos e políticos. Hodiernamente, dificilmente gestores deste setor serão capazes de tomar decisões sem se aperceberem que a Alimentação Coletiva é um sistema dinâmico complexo, uma vez que comporta uma pluralidade de áreas de conhecimento, logicamente encadeadas. Aceita a premissa que a Alimentação Coletiva tem como identidade a manutenção e/ou promoção da saúde e neste sentido tem possibilidades de se tornar uma componente estratégica do sistema produtivo, reforça-se a necessidade de se conhecer a estrutura interna dos seus componentes (propriedades), bem como mapear suas interações.

No alcance deste propósito, no primeiro capítulo empreendeu-se uma análise da Alimentação Coletiva centrada na gênese e no desenvolvimento do capitalismo fordista, enquanto um paradigma do sistema produtivo, destacando os fundamentos desse processo que teve na experiência da II Guerra Mundial seu mais forte desenvolvimento e as sucessivas transformações no âmbito do capitalismo avançado. Descreve a experiência do setor, desde a era fordista até a transição pós-fordista, ou seja da “produção em massa” de refeições padronizadas para “consumo de massa” até a diversificação dos produtos e serviços como se apresentam hoje os self-services, fast-food, alimentos de conveniência.

O segundo capítulo levantou as possibilidades da Alimentação Coletiva atuar de forma efetiva como uma componente estratégica do sistema produtivo, sendo a articulação entre o fornecimento de dietas nutricionalmente adequadas e a educação nutricional, a forma de sua concretização.

O terceiro capítulo relata a experiência brasileira, iniciada na década de 40, quando a produção de refeições coletivas era predominantemente realizada pelo setor público e havia um compromisso estreito com a saúde do trabalhador. No decorrer do capítulo, percebe-se que o crescimento da Alimentação Coletiva está diretamente relacionado ao desenvolvimento da indústria brasileira, desde o imediato pós-guerra. A partir da década de 70, a produção dessas refeições passa ao setor privado, contemplado ainda por políticas públicas, sem a devida atenção com o compromisso com a promoção da saúde do trabalhador.

O quarto capítulo é dedicado a concepção do Modelo Conceitual Simbólico, modelo dinâmico complexo que explica as interações entre os diferentes subsistemas que integram no Sistema de Alimentação Coletiva. São esclarecidos os motivos da opção e as diferentes fases da geração do modelo.

O epílogo realiza um exercício prospectivo da Alimentação Coletiva, enquanto política de saúde.

SUMÁRIO

Páginas

INTRODUÇÃO	14
Abordagem histórica	19
Abordagem sistêmica	20
CAPÍTULO I	
A ALIMENTAÇÃO COLETIVA E O CAPITALISMO: da era fordista à transição pós-fordista	
1. Diferentes denominações para processos produtivos semelhantes.	25
2. A interação espaço-tempo	26
3. Pré fordismo	27
3.1. Trabalho	30
3.2. Capital Produtivo	34
3.3. Setor Produtivo Estatal	37
3.4. Nutrição	40
4. Fordismo	
4.1 Trabalho	44
4.2. Capital Produtivo	54
4.3. Setor Produtivo Estatal	61
4.4. Nutrição	67
5. Pós-fordismo	
5.1 Trabalho	75
5.2. Capital Produtivo	80
5.3. Setor Produtivo Estatal	85
5.4. Nutrição	90
CAPÍTULO II	
A ALIMENTAÇÃO COLETIVA COMO COMPONENTE ESTRATÉGICA DO SISTEMA PRODUTIVO: a Nutrição enquanto elemento de promoção da saúde	97
CAPÍTULO III	
A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA ALIMENTAÇÃO COLETIVA	
Percurso histórico	114

CAPÍTULO IV	
CONCEPÇÃO DE UM MODELO CONCEITUAL SIMBÓLICO DO SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA	
1. Opção pelo Modelo Conceitual Simbólico	175
2. Geração do Modelo Conceitual Simbólico que representa a Alimentação Coletiva	
2.1. Definição do problema	
2.2. Descrição do sistema	183
2.3. Geração dos Modelos	184
CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	206

RELAÇÃO DE QUADROS E FIGURAS

CAPÍTULO II

Quadro 1 PERFIL DO HÁBITO ALIMENTAR – frequência relativa da amostra para alimentos consumidos Diariamente nas refeições

Quadro 2: Consenso nutricional em Alimentação Coletiva.

CAPÍTULO III

Quadro.1: Consumo de carne geral por pessoa e por dia

Quadro 2: Atividades terceirizadas nas 500 maiores empresas - %
Primeiro quadrimestre de 1992

Quadro 3: Evolução da Alimentação Coletiva no Brasil
Em milhões de refeições

Quadro 4: Evolução da Alimentação Coletiva no Brasil
Em bilhões de reais

CAPÍTULO IV

Figura 1: Vetores de entrada e saída

Figura 2: Diagrama do sistema

Figura 3: Saídas Suprimidas

Figura 4: Diagrama funcional de um sistema

Figura .5: MODELO CONCEITUAL SIMBÓLICO DA ALIMENTAÇÃO COLETIVA
PRÉ-FORDISMO

Quadro 1: Saídas suprimidas e respectivas equações de estrangimento

Quadro1.1: SS1: NUTRIÇÃO: Atendimento à clientela de uma dieta empírica.

Quadro1.2. SS1: NUTRIÇÃO

Quadro2.1: SS2: TRABALHO: Trabalho produtivo voltado para a transformação da matéria prima em bens e prestação de serviços, que ao serem vendidos ou subsidiados, tornam-se mercadorias que irão satisfazer necessidades de consumo.

Quadro2.2. SS2: TRABALHO

RELAÇÃO DE QUADROS E FIGURAS

Quadro3.1: SS3: CAPITAL PRODUTIVO: Todos os insumos utilizados para a produção

Quadro3.2. SS3: CAPITAL PRODUTIVO

Quadro4.1: SS4: SETOR PRODUTIVO ESTATAL: Envolvimento do Estado no Setor Capital Produtivo.

Quadro4.2. SS4: SETOR PRODUTIVO ESTATAL

Figura .6: MODELO CONCEITUAL SIMBÓLICO DA ALIMENTAÇÃO COLETIVA FORDISMO

Quadro .1: Saídas suprimidas e respectivas equações de constrangimento

Quadro 1.1: SS1: NUTRIÇÃO: Atendimento dietético à clientela através da ingestão de uma dieta balanceada e sanificada, que atenda às recomendações de energia, macro e micronutrientes..

Quadro .1.2 SS1: NUTRIÇÃO

Quadro .2.1: SS2: Trabalho produtivo voltado para a transformação da matéria prima em bens e prestação de serviços, que ao serem vendidos ou subsidiados, tornam-se mercadorias que irão satisfazer necessidades de consumo.

Quadro .2.2 SS2: TRABALHO

Quadro .3.1: SS3: *CAPITAL PRODUTIVO*: Todos os insumos utilizados para a produção de bens e serviços.

Quadro .3.2: SS3: CAPITAL PRODUTIVA Envolvimento do Estado no Setor Capital Produtivo.

Quadro4.1: SS4: **SETOR PRODUTIVO ESTATAL**: Envolvimento do Estado no Setor Capital Produtivo.

Quadro .4.2: SS4: SETOR PRODUTIVO ESTATAL

Figura .7: MODELO CONCEITUAL SIMBÓLICO DA ALIMENTAÇÃO COLETIVA PÓS-FORDISMO

Quadro 1: Saídas suprimidas e respectivas equações de constrangimento

Quadro1.1: SSI: NUTRIÇÃO: Atendimento dietético à clientela através da ingestão de uma dieta balanceada e sanificada, que atenda às recomendações de energia, fibras dietéticas, macro e micronutrientes e as exigências da legislação sanitária vigente; avaliado pelo monitoramento nutricional.

Quadro1.2. SSI: NUTRIÇÃO

Quadro2.1: SS2: TRABALHO: Trabalho produtivo voltado para a transformação da matéria prima em bens e prestação de serviços, que ao serem vendidos ou subsidiados, tornam-se mercadorias que irão satisfazer necessidades de consumo.

Quadro2.2. SS2: TRABALHO

Quadro3.1: SS3: CAPITAL PRODUTIVO: Todos os insumos utilizados para a produção de bens e serviços.

Quadro3.2. SS3: CAPITAL PRODUTIVO

Quadro4.1: SS4: SETOR PRODUTIVO ESTATAL: Envolvimento do Estado no Setor Capital Produtivo.

Quadro4.2. SS4: SETOR PRODUTIVO ESTATAL

SUMÁRIO DE ANEXOS

Anexo 1: Entrevista com N1

Anexo 2: Entrevista com N2

Anexo 3: Entrevista com N3

Anexo 4: Entrevista com N4

Anexo 5: Entrevista com T1

Anexo 6: Entrevista com T2

Anexo 7: Entrevista com T3

Anexo 8: Entrevista com T4

Anexo 9: Carta -resposta de E1

Anexo 10:Carta- resposta de E2

Os anexos estão disponibilizados em disquete.

INTRODUÇÃO

Colei grau como Nutricionista em 1965, época em que o ideário defendia a necessidade de qualificar profissionais, capazes de manter a força de trabalho hígida, o que poderia garantir níveis altos de produtividade, redução do absenteísmo e dos índices de acidentes de trabalho. A vida profissional, durante 30 anos, permitiu a vivência da gestão de Serviços de Alimentação Coletiva em empresas privadas, sob a forma de auto-gestão ou terceirização. A partir de 1984, ingressei na vida acadêmica, onde milito até a presente data.

Iniciando o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, tomei contato com as questões da flexibilização do trabalho no mundo contemporâneo e percebi a necessidade de refletir sobre as complexas interações existentes entre as organizações, a tecnologia e a promoção da saúde no setor produtivo de refeições coletivas, quando a instabilidade da ordem econômica acirrou a competitividade, exigindo mudanças rápidas na prestação de serviços.

Uma unidade de produção em Alimentação Coletiva é uma planta composta de um conjunto integrado de áreas de trabalho com o objetivo de operacionalizar o provimento nutricional a grupos populacionais específicos. Consiste de um serviço complexo, compreendendo uma sucessão de eventos destinados a produzir e/ou atender refeições balanceadas, dentro dos padrões dietéticos e sanitários ditados pela legislação vigente no país, capaz de cumprir, parcialmente ou integralmente, as necessidades nutricionais de sua clientela.

Atraiu-me, então, a idéia, de estudar o setor de Alimentação Coletiva, sob a ótica do capitalismo fordista. Foi a partir desta perspectiva que se propôs buscar uma metodologia capaz de traduzir a dinâmica da Alimentação Coletiva de forma holística, pois se

acreditava que este era o caminho lógico a ser percorrido na consecução deste objetivo. O embasamento teórico relativo às políticas sociais e sua articulação com a política econômica foram obtidos no programa de doutoramento do Instituto de Medicina Social da UERJ e o modelo que explicitasse as interações entre Nutrição, Trabalho, Capital Produtivo e Setor Produtivo Estatal, no Programa de Engenharia de Transportes - PET/COPPE/UFRJ, recorrendo a disciplina Teoria Geral de Sistemas.

O OBJETO do estudo é a complexidade da inserção de um Sistema de Alimentação Coletiva no Capitalismo Fordista. A Alimentação Coletiva engloba refeições servidas em instituições tais como hospitais, empresas, creches, escolas, universidades, asilos, prisões, comunidades religiosas e forças armadas. Neste trabalho será privilegiado o setor empresarial.

Examinando a bibliografia especializada, percebi a carência de sistematização dos conhecimentos sobre o tema sob um paradigma político-econômico que explicasse a evolução da Alimentação Coletiva como um setor produtivo. Estabeleci uma sistematização fixada em quatro etapas: a) a Alimentação Coletiva frente a gênese, o desenvolvimento e a crise do sistema produtivo fordista; b) a Alimentação Coletiva como uma estratégia do sistema produtivo, tendo em vista a energia humana laboral necessária ao setor produtivo, viabilizada através da oferta de refeições nutricionalmente adequadas; c) a experiência brasileira na Alimentação Coletiva e finalmente, d) a concepção de um Modelo Conceitual Simbólico da Alimentação Coletiva, levando em consideração a interação espaço-tempo no capitalismo fordista.

Perpassava a estas etapas a dificuldade de reconstruir a história, devido às rápidas transformações, regra maior do processo contemporâneo, que trazia o risco da escolha entre assumir as lacunas na sua produção ou hipertrofiar as descrições. Optei pela primeira.

A escolha do tema Alimentação Coletiva no Capitalismo fordista tem sua relevância a partir da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, Portaria nº 710, de 10 de junho de 1999, Ministério da Saúde) que a inclui entre suas linhas de ação.

Considerando que a Alimentação e Nutrição constituem requisitos básicos para a promoção da Saúde, o governo, através do delineamento de uma Política Nacional, compreende sua responsabilidade com a qualidade de vida. Assim, no conjunto de componentes desta política, voltada para a Segurança Alimentar e Nutricional¹ encontra-se o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.

Vive-se um momento crítico, quando é inegável falhas na oferta, no consumo e no padrão de utilização biológica dos alimentos. A dificuldade ao acesso de alimentos, aliada à desinformação, levam a formação de hábitos alimentares inadequados, que podem culminar com a ocorrência de doenças e agravos endêmicos ou epidêmicos: desnutrição, carências nutricionais específicas, obesidade, deslipidemias, diabetes melito e outras enfermidades relacionadas com a nutrição.

Dado o exposto, o Governo chamou para si a responsabilidade de propor diretrizes para uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição, que promovesse: o estímulo às ações intersetoriais com vistas ao acesso aos alimentos, a garantia da segurança e da qualidade dos alimentos e da prestação de serviços, o monitoramento da situação alimentar e nutricional, a promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis, a prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e de doenças associadas à alimentação e nutrição, a promoção do desenvolvimento de linhas de investigação e o desenvolvimento de recursos humanos.

Mais especificamente, a proposta enfatiza entre as linhas de investigação, o estudo

¹ Segurança Alimentar e Nutricional – acesso universal aos alimentos, o aspecto nutricional e, conseqüentemente, as questões relativas à composição, à qualidade e ao aproveitamento biológico.

da composição alimentar e do conteúdo nutricional das refeições oferecidas em demandas expressivas como as servidas nas Forças Armadas, na Merenda Escolar, na Alimentação do Trabalhador através do PAT e nos Serviços Sociais e da Indústria, com vistas à promoção de práticas e hábitos alimentares saudáveis.

A 1ª Conferência Nacional de Saúde², realizada de 10 a 15 de novembro de 1941, focalizou a ampliação das atividades de Educação Sanitária, onde a alimentação pública estava incluída. O avanço foi conquistado na 8ª Conferência Nacional de Saúde³, realizada de 17 a 21 de março de 1986, quando o conceito de saúde, como direito de todos, foi definido em sentido mais amplo⁴. Entre outras tantas reivindicações, até hoje, as referentes à Alimentação Coletiva, segundo as necessidades da clientela, ainda não foram atendidas, embora 59 anos já se passaram. Esta questão para os trabalhadores está polarizada: num extremo, dietas hipercalóricas destinadas aos trabalhadores urbanos; no outro, total desamparo para os trabalhadores rurais (com raras exceções) e trabalhadores inseridos na economia informal.

A Conferência Internacional sobre Atuação Primária de Saúde (In: REZENDE, 1986), com o informe da Alma – Ata, realizada entre 6 e 12 de setembro de 1978 – OMS, 1978⁵ elegeu entre seus objetivos a definição de meios operativos que poderiam superar obstáculos ao desenvolvimento da atenção primária à saúde.

Nesta conferência, a meta “Saúde para todos no ano 2000” teve por base a análise da saúde como produto intersetorial. Neste sentido, além do governo, outras

² In: CAMPOS, 1988.

³ In: CAMPOS, 1988

⁴ sentido mais amplo: como resultante das condições de alimentação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso a posse da terra e acesso a serviços de saúde.

⁵ OMS – Organização Mundial de Saúde, Informe de la Conferencia Internacional sobre atencion primaria de Salud – Alma-Ata, 1978.

organizações e entidades deveriam participar, guardando os princípios de auto-responsabilidade e auto-determinação. Embora possa parecer retórico tal propósito, não cabe a descrença da utilização da Alimentação Coletiva como um recurso para promover a saúde da clientela. A proposta pode representar um passo decisivo na prevenção de doenças da modernidade relacionadas com a nutrição.

Durante a 1ª Conferência Internacional sobre Nutrição, realizada em dezembro de 1992, 159 países das Nações Unidas propuseram de forma enfática a redução de todas as formas de má nutrição, elegendo-se um plano de ação com quatro objetivos:

- a) assegurar continuamente o acesso à população de alimentos suficientes para uma dieta nutricionalmente adequada,
- b) Realizar e manter a saúde e o bem estar nutricional de toda a população,
- c) Realizar segurança ambiental e desenvolvimento socialmente responsável para contribuir à promoção da nutrição e saúde,
- d) Eliminar a fome e a morte pela fome.

Todos os itens desta proposta estão vinculados às responsabilidades do setor produtivo da Alimentação Coletiva.

TANSEY (1994) ao analisar a Política Alimentar e seus atores sociais no sistema alimentar mundial contemporâneo, afirma que tecnicamente, todos estes objetivos, certamente, poderiam ter sido alcançados. No entanto, o plano assume uma unanimidade de interesses e intenções para melhorar o bem estar nutricional no sistema alimentar global, que é quase equivocada, uma vez que o sistema alimentar na realidade, não está desenhado pela nutrição, mas pelo mercado e suas necessidades competitivas.

A Carta de Brasília⁶ (1998) que clamou pelo direito constitucional à alimentação saudável, ao se referir ao binômio Saúde e Nutrição cobrou das autoridades maior empenho com a saúde dos brasileiros: A Saúde e a Nutrição da população brasileira exigem prioridades na agenda e na vontade política dos governantes brasileiros.

Junta-se às práticas nutricionais, o redimensionamento e o fortalecimento das ações de vigilância sanitária, que constituem o instrumento básico da garantia da qualidade tanto dos alimentos, quanto da prestação de serviços, com vistas à proteção da saúde do consumidor, prevista no Código de Proteção do Consumidor – Lei 8078, de 11 de setembro de 1990, Capítulo III e IV (BRASIL, 1994).

No momento em que o Governo propõe uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição, na qual a Alimentação Coletiva é um dos itens principais, acredita-se relevante uma proposta que procure identificar as interações entre a energia humana laboral, fornecida pelos processos metabólicos da nutrição humana, a produção de bens e serviços e a responsabilidade do Estado com a saúde da força de trabalho.

O objetivo, portanto, é estabelecer as interfaces entre Nutrição, Trabalho, Capital Produtivo e Setor Produtivo Estatal, afim de compreender a estrutura funcional da Alimentação Coletiva como parte integrante da Política de Saúde.

Os procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos exigiram duas abordagens complementares: histórica e sistêmica.

Abordagem histórica

Este procedimento destina-se a cumprir as duas primeiras etapas na sistematização dos conhecimentos sobre a evolução da Alimentação Coletiva, segundo o enfoque político-

⁶ Carta de Brasília – Carta aberta aos governantes, à sociedade brasileira, Brasília, 26 de agosto de 1998, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO,.

econômico. Possibilitou mesclar depoimentos de atores sociais envolvidos com o setor de Alimentação Coletiva e fragmentos de texto da literatura especializada, com o intuito de construir a memória da Alimentação Coletiva, apoiado no pressuposto que todo ato de leitura é um ato de interpretação.

Num texto, *além dos enunciados citados, há, pois suas condições de possibilidades* (MAINGUENEAU, 1997). O discurso escrito ou falado é um sistema aberto expresso em signos (ícones, símbolos e índices) em constante interação com o meio ambiente. Esta foi a premissa que norteou a apropriação dos discursos.

No sigilo da identidade dos nutricionistas, tecnólogos e representantes das empresas de Alimentação Coletiva, utilizou-se a notação N_i , T_i e E_i respectivamente, onde “i” identifica o discurso, $i = 1,2,\dots,m$. Os fragmentos de textos extraídos de títulos e periódicos, que fazem parte integrante deste estudo, foram ortograficamente atualizados.

A integração espaço-tempo do Sistema da Alimentação Coletiva foi expressa pela abordagem histórica, colocando em evidência o encadeamento de fatos e atos.

Abordagem sistêmica:

Esta refere-se a sistematização dos conhecimentos em Alimentação Coletiva, onde se buscou a construção de um Modelo Conceitual Simbólico que a representasse.

A representação do setor de Alimentação Coletiva exige a concepção de um modelo, que seja ao mesmo tempo coerente e interativo e que simule o comportamento do processo produtivo, no sentido de pretender aproximar a aparência com a realidade (PEREIRA, 1999). É necessário que ele permita uma adaptação contínua e permanente às inovações tecnológicas em interação constante com o meio ambiente, o que o caracteriza como um sistema aberto. A abordagem sistêmica é de natureza holística, o que a diferencia da abordagem clássica, com visão fragmentada.

Um sistema é complexo quando comporta uma pluralidade de níveis lógicos solidários, mas irreduzíveis entre eles (VULLIERME,1990). Complexo, porque é constituído por uma variedade de componentes ou elementos que possuem função especializada. Seus elementos são organizados em níveis hierárquicos e densamente interconectados por interações não lineares (ROSNAY, 1975).

Para caracterizar um sistema é necessário identificar quais os elementos e as interações que integram seus componentes. Esta premissa exigiu conhecer os componentes do Sistema de Alimentação Coletiva e suas interações foram avaliadas através do percurso histórico do setor nos limites geo-espaciais.

Dentre os enfoques possíveis da abordagem sistêmica optou-se pela aplicação do Modelo Conceitual Simbólico da Alimentação Coletiva, consubstanciado na Teoria Geral de Sistemas – T.D.G., através do qual é possível descrever a integração dos sub-sistemas encontrados neste setor produtivo.

A T.G.S. fundamenta-se no que diz respeito a sua estrutura, no postulado proposto por LUSSATO (1972) da existência de uma lógica aplicável a todo conjunto organizado, que permite definir o sistema como um conjunto de componentes interdependentes ligados por relações não fortuitas e agenciadas em função de um objetivo comum. O conhecimento da estrutura interna dos componentes, ou seja, suas propriedades, e o mapeamento de suas interações permitem modelar, de forma simbólica, o sistema sem perder de vista sua complexidade.

A geração de modelos sistêmicos implica no estudo das relações dinâmicas entre os componentes do sistema. O termo dinâmico tem aproximadamente o mesmo significado de causal, ou seja, o futuro é projetado através do passado segundo a tendência temporal.

Um sistema dinâmico aberto evolui no tempo sob a influência do meio ambiente. Esta afirmativa sustenta a opção metodológica para demonstrar a evolução histórica da

Alimentação Coletiva. No presente trabalho são utilizados três Modelos Conceituais Simbólicos, suscetíveis de representar o Pré-fordismo, o Fordismo e o Pós-fordismo no paradigma do capitalismo fordista.

A continuidade espaço-temporal corresponde a uma realidade física, que não se pode perceber, a não ser através da consideração do estado. O estado de um sistema é um atributo interno deste, definido em cada instante. Intuitivamente, o estado deve ser considerado como uma espécie de informação estocada, de uma memória ou de causas passadas acumuladas.

Devido a impossibilidade de se quantificar todos os atributos pertinentes a um sistema dinâmico, freqüentemente aceita-se definir aqueles mais relevantes e quantificáveis para sua modelagem.

Partindo desse princípio, a Alimentação Coletiva pode ser considerada como um sistema dinâmico, aberto e complexo, formado por quatro subsistemas: Nutrição, Trabalho, Capital Produtivo e Setor Produtivo Estatal, denotados por S_1 , S_2 , S_3 e S_4 . As equações representativas dos subsistemas S_1 , S_2 , S_3 , S_4 , em função das entradas e saídas pertinentes a cada um deles, podem ser escritas sob a forma:

$$S_1: f_1(u^1_1, u^2_1, u^3_1, \dots, u^p_1, y^1_1, y^2_1, y^3_1, \dots, y^q_1) = 0$$

$$S_2: f_2(u^1_2, u^2_2, u^3_2, \dots, u^m_2, y^1_2, y^2_2, y^3_2, \dots, y^n_2) = 0$$

$$S_3: f_3(u^1_3, u^2_3, u^3_3, \dots, u^s_3, y^1_3, y^2_3, y^3_3, \dots, y^t_3) = 0$$

$$S_4: f_4(u^1_4, u^2_4, u^3_4, \dots, u^v_4, y^1_4, y^2_4, y^3_4, \dots, y^z_4) = 0$$

VENIKOV (1969) declara que os modelos conceituais simbólicos têm por finalidade representar sob a forma visual estruturas complexas e esclarecer os processos que nelas ocorrem, ou seja, são modelos descritivos abstratos da realidade, refletindo aspectos parciais dos sistemas. Estes modelos têm sido adotado nas áreas: a) de Economia

e Política - escolhas econômicas e planos, b) Administração de empresas - políticas de marketing de mercado, lançamento de produto novo, c) Ecologia- efeitos dos poluentes atmosféricos, concentração de poluentes dentro da cadeia alimentar, d) educação - jogos pedagógicos e jogos de empresa (ROSNAY, 1975). No Brasil, seu emprego subsidiou dissertações e teses orientadas por PEREIRA (1970 a 2000) na linha de pesquisa "Planejamento, concepção, operação e otimização de sistemas de transportes: Abordagem Sistêmica.- Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Engenharia em Transportes - COPPE. Segundo ROSNAY (1975) representações gráficas relativamente simples permitem construir modelos de diferentes sistemas e melhor compreender o papel das interações.

A escolha por Modelo Conceitual Simbólico, proposto por PEREIRA (1970) para representar o Sistema de Alimentação Coletiva no capitalismo fordista, prende-se a conveniência de usar uma representação em linguagem pictória para expressar sistemas dinâmicos complexos. Esta opção não impede que o modelo em questão possa ser complementado, em nível de análise, através da geração de um modelo matemático.

Segundo LUSSATO (1972) sabe-se que um objeto abstrato, componente de um Sistema Abstrato (símbolo ou signo) não deve ser confundido com um objeto físico. Os signos e os símbolos delineiam certos atributos do objeto, certas características fixadas. Se esta linguagem é bem adaptada, é suficiente às necessidades do modelo. O simbolismo pode ser considerado como um filtro da realidade, que a limita (efeito de diagrama) e a colore (efeito de seleção de atributos). É necessário, estar atento ao se atribuir propriedades ao objeto físico, bem como à intensidade do filtro. Os objetos abstratos traduzem-se por informações obtidas através da observação do real, segundo uma percepção mais operacional da mesma.

A opção metodológica é também sustentada por LE MOIGNE que acredita que ao se *propor modelar um fenômeno percebido complexo, a técnica da simplificação é freqüentemente ilusória e por vezes perversa, tornando mais insolúvel ainda um problema já complicado irreduzível a uma solução* (1990:110).

Portanto, a geração do Modelo Conceitual Simbólico do Sistema de Alimentação Coletiva pode ser considerada uma contribuição para o estudo deste setor produtivo.

CAPÍTULO I

ALIMENTAÇÃO COLETIVA E O CAPITALISMO: da era fordista à transição pós fordista

1. Diferentes denominações para processos produtivos semelhantes.

A Alimentação Coletiva é um processo produtivo de refeições com nível de sanidade exigido pela legislação vigente no país, cuja razão de ser é sua responsabilidade com a saúde de sua clientela. Várias denominações têm sido dada a este tipo de processo: *Catering* no Reino Unido, *Food Service* nos Estados Unidos, *Restauration Colletive* na França e outros países de idioma francês, *Serviço de Alimentação e Nutrição* (coletividade sadia) e *Serviço de Nutrição e Dietética* (coletividade enferma) no Brasil. Nestes, existe um consenso para adotar uma denominação genérica de *Unidades de Alimentação e Nutrição*. O setor de produção e comercialização de refeições coletivas ou Sistema¹ de Alimentação Coletiva não foge à definição de uma empresa capitalista, mas diferencia-se das demais refeições comerciais pela sua responsabilidade com a saúde de seus consumidores. Nele interagem quatro subsistemas: a) Trabalho, energia humana que transforma a matéria prima em bens ou serviços; b) Capital Produtivo, insumos à produção dos bens e serviços; c) Setor Produtivo Estatal, que identifica o envolvimento do Estado com o Capital Produtivo e d) Nutrição, conjunto de processos que vão desde a ingestão de alimentos até a sua bio-assimilação.

¹ Sistema: um conjunto de elementos discretos (componentes ou subsistemas) interconectados em função de um objetivo (PEREIRA, 1970)

O sistema de Alimentação Coletiva é um sistema complexo e neste estudo será explicitado segundo a interação espaço-tempo, que simboliza a construção de seu caminho no paradigma fordista.

2. A interação espaço-tempo

Neste sentido, para explicar o comportamento de um sistema é necessário identificar as *variáveis de fluxo* e as *variáveis de estado*. As *variáveis de fluxo* (temporalidade) foram tomadas em três instantes do capitalismo fordista: t_1 : Pré-fordismo; t_2 : Fordismo e t_3 : Pós-fordismo e as *variáveis de estado* são variáveis temporais que permitem prever a partir de uma parte relevante do passado do sistema (informações acumuladas ao longo do tempo) suas atividades futuras.

Ao longo da construção do Sistema de Alimentação Coletiva serão caracterizados em instantes bem determinados, os quatro subsistemas: Trabalho, Capital Produtivo, Setor Produtivo Estatal e Nutrição.

O Fordismo será conceituado como uma etapa avançada do taylorismo. Taylorismo designa um princípio geral da produção, centrado na racionalização do trabalho, ou seja, análise e simplificação de atividades laborais, determinando um processo otimizado através de um monitoramento cuidadoso de seu desempenho e um sistema de pagamento referenciado por tarefa.

Taylor iniciou seus estudos sobre a administração científica do trabalho em 1893. Na década de 1920 Ford, na mesma linha de raciocínio buscou a disposição dos empregados em ordem operacional parcelando o trabalho em etapas sucessivas e seqüenciais. De uma maneira mais ampla, Fordismo é considerado por BOYER o

motor de crescimento do pós-guerra (1990:141). Durante os 30 anos gloriosos (1945-1975) foi vista uma evolução rápida das normas de produção e de consumo. A teoria industrial de Ford era simples: melhorando a eficiência da produção, reduz-se os preços dos produtos e aumenta-se o volume de venda.

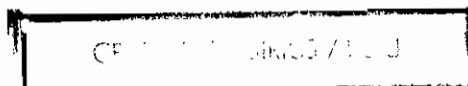
Nesta reflexão entende-se o Fordismo-taylorismo como a materialização do capitalismo moderno, mais que o gerenciamento da mão de obra. Esta forma de analisar, leva em consideração não somente o padrão tecnológico da produção, mas as questões sócio-econômicas e políticas que formaram o cenário da gênese, do desenvolvimento e da transição (inconclusa) para um novo sistema produtivo capitalista.

3. Pré-fordismo

O início da divisão do trabalho, dentro de uma estrutura organizacional hierarquizada, começa a se processar no interior do feudalismo, associado ao seu desenvolvimento e crise.

A desintegração do feudalismo principia na segunda metade do século XVI e início do século XVII, quando o capital começou a penetrar na produção em escala significativa, sob a forma de trabalho servil ou de trabalho assalariado, ou mesmo quando se criava uma relação de independência entre artesão e o mercador dono do capital.

O mercantilismo estendeu-se de 1500 a 1800 e promoveu a relação entre produção e o comércio. Esta fase contribuiu para a consolidação, prosperidade e poder do Estado Nação sendo o comércio estrangeiro a variável mais estratégica. Os preceitos e propósitos do mercantilismo foram as correspondentes econômicas da construção do Estado vista por comerciantes que desejam proteger e expandir suas atividades.



A riqueza acumulada foi vital para o estabelecimento do poder. De alguma maneira, existiu uma certa ingenuidade entre os mercantilistas, que acreditavam que para exportar deveriam produzir muito com mínimo de consumo interno. É importante frisar que o comércio interno não enriquece uma Nação, apenas transfere a riqueza entre os cidadãos, enquanto o externo contribui bastante para isto. No entanto, se não houver consumo interno, qualquer desnível na balança importação/exportação trará conseqüências graves para a economia. Por outro lado, o aumento das populações favoreceu a criação de uma fonte de força de trabalho, poder militar e uma base de desembolso agregador do comércio.

Os salários foram reduzidos para minimizar os custos de produção e evitar o consumo excessivo, sem que se levasse em conta o maior esforço dispensado pelos trabalhadores para o aumento da produtividade. A taxa de lucro também deveria ser reduzida para diminuir os custos de produção e de investimento, já que esta estava vinculada a amplos estoques de dinheiro.

Pode-se resumir dizendo que o sistema mercantil foi um sistema de exportação regulamentado pelo Estado e executado através do comércio, que desempenhou um papel importantíssimo no desenvolvimento do capitalismo.

Segundo DOBB (1963) no transcurso do capitalismo existiram dois momentos decisivos: o primeiro, relativo às transformações políticas e sociais traduzidas pelas lutas dentro das corporações e a luta parlamentar contra o monopólio. O segundo, a Revolução Industrial no final do século XVII e primeira metade do século XIX, que contribuiu para a adoção de novas tecnologias ao processo de produzir. O desenvolvimento do capitalismo se vinculou à transformação técnica que afetou a forma de produção realizada por homens que não gozavam de posição social e lutavam contra os interesses estabelecidos em nome do liberalismo econômico, embora muitas vezes sendo necessário forjar parcerias com

capitalistas, que haviam financiado a indústria doméstica. Estes novos capitalistas montaram fábricas e gradualmente o capital migrou dos antigos para os novos capitalistas.

A alteração na estrutura industrial afetou as relações sociais dentro do modo de produção capitalista e por conseqüência transformou a relação entre trabalhador e o próprio processo produtivo.

Assiste-se a uma virada da economia, que deixa de se fundar exclusiva e essencialmente na terra, para fazer do comércio e da indústria o suporte da riqueza. O desenvolvimento do crédito torna-se o importante instrumento de evolução econômica, juntamente com a revolução técnica. O processo de transição caracteriza a fase do capitalismo mercantil.

O próprio crescimento do capitalismo serviu para desenvolver o seu próprio mercado a partir dos lucros que proporcionava e pelo emprego que incentivava. Esta situação levou a destruir a auto-eficiência de unidades econômicas do tipo senhorial. Mesmo neste contexto de liberdade comercial, os empresários empreendedores acreditavam que a regulamentação econômica e o privilégio político eram as molas propulsoras para o surgimento de qualquer lucro no comércio.

A fusão entre o poder tecnológico, proporcionado pela I Revolução Industrial, somada ao mercantilismo cunhou o avanço do capitalismo moderno. Neste paradigma, a empresa capitalista, definida por Marx Weber apud BERGER (1992), é uma atividade econômica orientada para um mercado e dirigida para a obtenção de lucro mediante trocas mercantis.

3.1 Trabalho

O trabalho livre de vínculos feudais foi o que constituiu a base do capitalismo moderno. As corporações, a partir do Século XIII, existiam como instituições definidas e operavam de maneira efetiva nos domínios da produção. As corporações tiveram seu mais alto grau de poder no século XIV (DOBB, 1963). Com o advento do capitalismo, as corporações, mesmo protegidas por lei, foram superadas pelo trabalho livre.

O trabalho servil, aquele afeito ao senhor feudal, foi sendo substituído gradualmente pelo livre. Inicialmente os artesãos eram gestores de seu trabalho desde a concepção até a sua execução, circulação e venda. Posteriormente, o avanço da especialização aliada à acumulação capitalista fazem com que o monopólio da produção saia das mãos das corporações de ofício e passe para o empregador industrial. O artífice então, tem a liberdade de escolher a quem vender sua força de trabalho. Surge a figura do patrão em substituição ao senhor feudal. Cria-se assim um paradoxo. Se por um lado o trabalho livre dá condições de atender aos objetivos de lucro do empresário industrial – o patrão, por outro, aprisiona o trabalhador quando vincula o preço de sua força de trabalho a níveis de produtividade desejáveis. Assim, da nova relação ganho/trabalho surge um novo senhor – o capital.

É através do conceito de *mais-valia* proposto por Marxⁱ (1980) que melhor se compreende a permanência do trabalhador em sua condição de escravo, tanto no feudalismo quanto no capitalismo. Marx explica que admitindo-se a divisão do trabalho, admite-se o valor de uso e de troca da mercadoria. O primeiro é determinado pelo tempo socialmente necessário à produção da mercadoria e o segundo, à apropriação do trabalho do empregado que não é remunerado. Quando o trabalhador troca sua força de trabalho por remuneração, o trabalho pago pelo capital não é equivalente ao valor de uso de sua força

de trabalho imprimida na produção da mercadoria, porque ele produz algo além, que não é remunerado, o que corresponde a ultrapassagem do ponto de equivalência, ao que chamou de *mais-valia*. Assim, a *mais-valia* é a expressão de uma relação de apropriação da força de trabalho que o capital não remunera. Marx indica com clareza a diferença entre o valor do trabalho humano e o valor de troca deste trabalho. Para Marx, trabalho livre é aquele, o qual o homem cria para sua auto-realização, não escravizado às suas necessidades de sobrevivência, que acabam por lhe alienar.

CASTEL descreve os primórdios do trabalho livre, embrião do assalariamento:

As corporações de ofício dispunham do monopólio da produção. O artesanato não é o assalariamento, mas constitui, historicamente, sua principal matriz. A unidade de base da produção no início do desenvolvimento dessas comunidades de ofício é, de fato, constituída pelo mestre artesão, proprietário de suas ferramentas, de um ou dois empregados ou companheiros e de um ou dois aprendizes. Em geral, os companheiros moram e comem na casa do mestre e dedicam-lhe toda a sua força de trabalho. São os únicos assalariados, visto que os aprendizes não são remunerados por sua aprendizagem. (1998:151).

Marx enfatiza que numa economia capitalista, as circunstâncias permitem reduzir mais e mais o preço da força de trabalho, por abaixo de seu valor, possibilitando a obtenção do lucro pelo produtor através da acumulação da *mais-valia*:

(...) quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais valia, que tem para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada “ (1980:242).

A divisão do trabalho e a condição de assalariado do trabalhador acarreta a estratificação social como acentua CASTEL: *Na sociedade industrial, a divisão das tarefas torna-se cada vez mais avançada, mas também a diferenciação social assume formas cada vez mais complexas, sem possibilidades de recuo*"(1998:402).

A acumulação do capital no trabalho livre resulta da parcela da jornada, correspondente a diferença entre o *valor de troca* (energia laboral que a força de trabalho tem para vender) e o *valor de uso* (trabalho que ela pode prestar na produção de bens ou serviços). Ao realizar seu valor de troca, o trabalhador aliena o valor de uso de sua força de trabalho, pois não pode trocá-la sem dela se desfazer (FARIA, 1997:23). Esta diferença resulta de um excedente quantitativo de trabalho e corresponde à produção da mais-valia, como anteriormente citado. O trabalho produtivo, aquele que produz mais-valia, é manual e mental, ou seja, tirado tanto dos trabalhadores operacionais quanto daqueles que estão na supervisão e concepção do processo produtivo. Ambos são agentes da valorização do capital e cumprem a função de sua acumulação.

O advento do trabalho livre fez muito pouco pela promoção da condição salarial como explica CASTEL: *A contratualização da relação de trabalho não é capaz de remediar a indignidade da condição de assalariado que continua sendo, se não a pior, pelo menos uma das piores condições* (1998:277). Ela não evitou o pauperismo que continua sendo uma imensa decepção, que *sancionou o fracasso do otimismo liberal, modelo século XVIII*. (Ibid:297).

Na verdade, o desenvolvimento do comércio internacional e a conseqüente ampliação dos mercados, trouxeram uma revolução nos meios de produção, quando se inicia a mudança da produção artesanal para a produção manufatureira, realizada pela

grande indústria. A manufatura exigia assalariar atrativamente a força de trabalho afim de que os colonos recusassem a alternativa da cultura de subsistência (MELLO, 1982).

Os salários se materializam no contrato realizado entre patrões e trabalhadores, que ultrapassam uma fase, onde a mão de obra era dependente e esmagada, para uma outra, em que a burguesia capitalista tem de contar com uma classe operária, que se organiza e impõe uma nova relação de forças, da qual resulta uma tendência à evolução do salário.

O sistema trabalho, no século XIX, era impulsionado por dois tipos de trabalhadores: os qualificados e os não qualificados. Os trabalhadores qualificados realizavam trabalhos que requeriam treinamento, experiência, destreza e raciocínio, sendo estes efetuados pelos oficiais da indústria que tinham muito prestígio em sua comunidade; enquanto os trabalhadores não qualificados realizavam o trabalho manual. Esta separação levou MARX a refletir sobre o perfil do processo manufatureiro do trabalho e suas conseqüências para a sociedade:

A divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho, dispersão dos meios de produção entre produtores de mercadorias, independentes entre si (...) A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo que a ele pertence (1980: 407-408).

A autoridade incondicional do capitalista sobre os trabalhadores no processo manufatureiro do trabalho não pode ser considerada como uma das engrenagens do sistema produtivo, mas requer como contra-partida a responsabilidade com a força de trabalho. O exercício da autoridade do poder engloba um dever social para com os operários que não pode ser desconsiderado. A transformação de uma autoridade incondicional em autoridade consentida passa pela responsabilidade no exercício legal do poder advinda de princípios

morais traduzidos por obrigações sociais. Assim, sempre que há graus de autoridade há graus de responsabilidade. A relação autoridade/responsabilidade ganha uma conotação de dupla direção: responsabilidade do capitalista com a força de trabalho e desta com o capitalista. É esta responsabilidade sentida de cada um perante si mesmo e com o outro numa relação de auto-estima e alteridade que tornará o capitalismo menos selvagem. A responsabilidade entre capital e trabalho será assumida de forma parcial no Fordismo durante os “ trinta anos gloriosos “– 1945-1975, uma vez que regulada pelo Estado.

3.2 Capital Produtivo

A modernização da agricultura e o crescimento da população disponibilizaram a mão de obra ao mesmo tempo que favoreceram uma mutação nas características do capital mercantil, que paulatinamente toma a forma de capital produtivo, ou seja, alocação de insumos destinados à produção de bens. É inegável que a divisão do trabalho foi crucial para a formação do capital industrial, porque fez crescer a produtividade e então, expandir a economia. A partir de então, poder-se-ia dividir as tarefas dos trabalhadores e maior contingente poderia ser empregado na confecção de artigos individualizados, tendo despesas diminuídas e lucros aumentados. A divisão do trabalho tornou-se o ancoradouro de uma revolução social, uma vez que permitiu estender o contato com novas tecnologias às camadas mais baixas da população (HIMMELFARB,1985). O processo de industrialização supõe como pré-requisito um certo grau de adoção de capitalismo bem como a preexistência de uma economia mercantil. Paralelamente, desenvolve-se um mercado especial – o da força de trabalho. O capital industrial exige que uma classe social, portadora da capacidade de acumular capital, esteja estimulada a dispor, em uma determinada conjuntura, de uma massa de capital monetário para alavancar a indústria.

Essa se transforma em força de trabalho e meios de produção capazes de construir bens desejáveis.

O desenvolvimento do capital industrial significa também o do operariado e cria duas utopias: a liberal e a socialista.

A utopia liberal prioriza a propriedade, a livre iniciativa, o mercado livre e afirma que estes pressupostos podem e devem assegurar o bem comum. Os partidários desta corrente acreditam que uma economia política, que traz riqueza e bem estar para um povo, depende de uma economia industrial altamente desenvolvida, expandida e provida de um sistema de liberdade natural, que o auto regula. O sistema orgulha-se de ser aberto, móvel, mutável, individualista, com todos os riscos, mas com todas as oportunidades associadas com a liberdade (HIMMELFARB, 1985). Eles acreditam que o interesse individual torna-se um instrumento do bem comum. BEAUD, partidário da utopia social, contrapõe-se a esta idéia descrevendo a lógica capitalista de produção como a *exploração de um número crescente de trabalhadores e produção de uma massa sempre maior de mercadorias; acumulação vertiginosa de riquezas, num polo, ampliação e agravamento da miséria, no outro* (1989:124). A utopia liberal está calcada num ideário igualitário e libertário e condena o capitalismo por alienar o homem, explorando seu trabalho através da mais valia.

No percurso do Pré-fordismo ao Fordismo, multiplicaram-se as fábricas na Bélgica, na França, na Suíça, na Alemanha, nos Estados Unidos, além da Inglaterra. A situação da classe operária não era muito diferente daquela imputada no capital mercantil. A norma era severidade, repressão mediante multas, privação do salário ou licenciamento, insalubridade dos locais, extensão das jornadas de trabalho, doenças, acidentes, subalimentação, trabalho de crianças. Pode-se dizer que a manufatura nas grandes indústrias teve como consequência o agravamento das condições sociais do trabalho.

BEAUD (1989) exemplifica as condições de trabalho chamando atenção para as tarefas a serem realizadas em casa como prolongamento da jornada da fábrica, com remuneração por peças e afeito a certo tipo de operação como corte, montagem e acabamento. A este conjunto de tarefas BEAU (1989) chama de *sistema de suor*.

Diferentemente da França, onde o desenvolvimento do capitalismo industrial foi lento, os Estados Unidos mostraram um capitalismo em expansão rápida. Neste não havia a velha sociedade feudal ou agrária, mas coexistiam três sociedades: uma rural, fundamentada na escravidão no sul; um capitalismo industrial em expansão no noroeste e uma sociedade de explorações agrícolas familiares em extensão no oeste. Estas possibilitaram, com idas e vindas, uma afirmação nítida do capitalismo industrial. Durante o século XIX, o capitalismo vai estender-se e impor seu domínio através *da ascensão de novas técnicas e novas indústrias, com base em reagrupamentos sempre mais amplos e poderosos de capitais e do alargamento de seu campo de ação ao mundo inteiro* (BEAUD, 1989:193).

Nesta fase inicial do capitalismo, como descreve BERTEN (1991), as ferramentas são simples, sua funcionalidade é visível e sua instrumentalização é quase transparente, como prolongamentos diretos do corpo humano, braços e mãos. O processo funcionava em geral na dependência constante da atividade humana. Sua utilização pressupõe a força e a habilidade do homem. A energia requerida era mecânica, animal ou natural. Elas funcionavam coordenadas pelo homem de maneira contínua. O homem ainda não se subordinava ao ferramental, mas já se subordinava ao capital. Às atividades tecnológicas típicas da era pré-industrial pode-se chamar de modelo mecânico pré-fordista para contrapor o modelo energético, típico do capitalismo fordista.

3.3. Setor Produtivo Estatal

Segundo PRONI (1997) a industrialização capitalista foi feita de movimentos cíclicos, períodos de prosperidade e euforia entrecortados por crises. A crise que se inicia em 1873, quando ocorre o craque da bolsa de Viena e se estende até 1895, é chamada de *a grande depressão* e dá início a uma nova etapa do capitalismo: a era imperialista.

As características mais relevantes da era imperialista, destacada por BEAUD (1989): a concentração e a centralização do capital industrial, formação de trustes e de monopólios nacionais e ainda a mundialização da influência dos países centrais (capitalistas dominantes) sobre os de periferia (pré-capitalistas ou de capitalismo em expansão). Esta situação conduziu à partilha do mundo e estende o capitalismo aos limites da acumulação, concretizados através da exploração econômica que culminou nas rivalidades geradas por interesses industriais e financeiros que antecedem a Grande Guerra (de 1914 a 1918).

Segue-se ao problema da bolsa, falências bancárias na Áustria e depois na Alemanha. Observa-se uma baixa dos preços acompanhando a compressão e redução das produções. No que se refere ao desemprego, elevam-se as taxas com redução dos salários reais, acarretando uma baixa de consumo operário, o que contribuía para expandir a crise. Como conseqüência, forma-se uma força de trabalho disponível a custo baixo. A queda dos preços e a redução das produções leva a eliminação de empresas mais vulneráveis, como forma radical de expurgo periódico de capital. O patronato organiza o capitalismo com a formação de grupos de grande porte (Estados Unidos e Grã-Bretanha), cartelização (Alemanha) e organizações profissionais (França). Paralelamente, cria um modo de regulação da economia capitalista. Na Alemanha, os produtores entram em entendimentos

para fixar os níveis de produção, coordenar os investimentos, fazer a distribuição do mercado, determinar os preços.

Neste panorama há o desenvolvimento, tanto das organizações operárias quanto das patronais, que se agrupam em sindicatos. Surgem os movimentos grevistas que são combatidos duramente, mas pouco a pouco, eles passam a figurar entre as cláusulas implícitas e essenciais do moderno contrato de trabalho.

As classes operárias acabam tendo um peso sensível no funcionamento dos capitalismo nacionais, o que pode ser considerado um ganho qualitativo dentro da relação capital/trabalho, que impõe uma nova relação de força. A ascensão do capitalismo alemão e norte-americano coloca em cheque a hegemonia do capitalismo britânico, ao mesmo tempo que se questiona o modelo francês de capitalismo.

O período de 1830 a 1890 é conhecido por capitalismo concorrencial (Oliveira apud PRONI,1997), quando o padrão de acumulação é buscado no livre funcionamento das forças do mercado e passa por ciclos de crescimento e depressão. Nessas condições, os preços de mercado formam-se seguindo a relação entre oferta e procura sem interferências externas ao sistema. O capital circula livremente entre os vários setores, transferindo-se dos menos rentáveis para os mais rentáveis em cada conjuntura econômica.

Contrapondo-se ao capitalismo concorrencial está o capitalismo monopolista, ou seja, forma de organização de mercado em que uma empresa domina a oferta de determinado grupo de produtos ou serviços que não tem substitutos. O monopólio puro é raro. Mais comum é o oligopólio, quando um pequeno grupo de empresas detém a oferta de produtos e serviços. O impedimento na participação do mercado está na impossibilidade de conseguirem custos de produção competitivos (SANDRONI, 1994).

Conforme perdia-se o monopólio da produção industrial e o livre comércio dava indícios de fragilidade, intensificava-se a centralização de capitais, com a fusão de empresas e a união de bancos e indústrias, dando lugar ao protecionismo. Estes fatos levaram a novos padrões tecnológicos (fruto do planejamento e pesquisas científicas financiadas por grandes capitais), novos produtos, outra racionalidade empresarial e a adoção de métodos revolucionários de gestão de produção centrados no controle de tempos e movimentos – taylorismo, caracterizando a emergência de uma “II Revolução Industrial”. Esta trouxe o aço, a eletricidade, o motor a combustão e a química pesada em paralelo aos antigos setores industriais baseado no ferro, no carvão e na máquina a vapor, elementos da I Revolução Industrial.

No fim do Século XIX o capitalismo tem seus traços marcados por um processo de concentração de riqueza ao mesmo tempo que incorpora a ritmo acelerado novas tecnologias. Durante a II Revolução Industrial, o processo de concentração vai promovendo a monopolização dos principais mercados industriais por empresas cada vez maiores. *“Este processo é comandado pelo capital bancário mesclado ao capital industrial, conformando-se ao capital financeiro”* (MELLO, 1982: 49). Com o aparecimento de outras potências industriais (Estados Unidos, Alemanha e Japão) quebra-se a hegemonia inglesa. As exportações de capital se intensificam e surge o colonialismo monopolista e as principais potências capitalistas terminam por repartir o mundo (países centrais e periféricos).

A grande depressão dos anos 30 trouxe, como consequência da crise econômica, a racionalização do trabalho, quando se iniciaram os primeiros passos necessários à implantação de uma gestão centrada na organização científica proposta por Taylor, onde um sistema de normas está voltado para o ajustamento do homem ao processo produtivo.

3.4. Nutrição

A Alimentação Coletiva existe desde a Antigüidade, mas foi surgindo de forma pontual. Projetos de construção na história dão notícias da Alimentação Coletiva, quando era necessário alimentar centenas de escravos: a construção de pirâmides, estradas na Roma Antiga, a irrigação do vale do Nilo dentre tantos.

WARNER (1973) conta que tudo começou quando o primeiro homem da caverna encontrou um ajudante e o trouxe para casa. O ajudante não recebia um salário, mas era reembolsado com proteção, abrigo e comida. A civilização progrediu, os artífices reuniram-se em grupos, formando corporações. A I Revolução Industrial substituiu essas corporações por grupos de artífices trabalhando coletivamente. O produto de fabricação artesanal deu lugar a produtos simples manufaturados em larga escala. Os empregadores sentiram a necessidade de alimentar o grupo e o fizeram, mas as condições de trabalho em geral e as de alimentação nas fábricas nos últimos anos de 1700 e nos primeiros de 1800 eram deploráveis (THOMPSON, 1987, HIMMELFARB, 1985).

Em primeira instância, o crescimento da divisão social do trabalho dentro na sociedade feudal levou à especialização. Na área da alimentação, formaram-se cozinheiros, responsáveis pelas refeições nos castelos. A crise feudal levou-os a enfrentar o desemprego, pois não havia mais condições de mantê-los nos castelos. Eles começaram a montar seus próprios restaurantes de forma individual ou associados a hospedarias (SILVA FILHO, 1996).

Na América, os primeiros fazendeiros alugaram mão de obra que preparavam refeições para alimentar os trabalhadores nas plantações, nascendo o “chuckwagon”². Ferrovias tinham um serviço de alimentação organizado para suas equipes, bem como as gigantes madeireiras. Ambas desejavam suprir as necessidades energéticas de suas turmas de trabalhadores.

Em 1800, relata WARNER (1973), Robert Owen foi dirigir um moinho na Escócia e acreditando que condições melhores de trabalho produziriam um empregado mais produtivo e um produto de melhor qualidade, abriu um amplo salão de refeições para seus empregados. Era meramente um lugar fora da fábrica para comer alimentos trazidos para seus empregados e um local para preparar bebidas. Na sua opinião, isto foi o início de um serviço de cafeteria. Este tipo de serviço chegou em cena em 1891. Foi uma operação iniciada por “Young Women’s Christian Association (YWCA) in Kansas City, onde o grupo combinou alguns dos principais auto-serviços que tinham visto no Ogontz Lunch Club for Young Women em Chicago e lhes doaram uma feição peculiar. O objetivo era fornecer às garotas trabalhadoras, que viviam na associação, refeições boas e de baixo custo. O grupo nomeou este novo serviço de “cafeteria” por influência do idioma espanhol - *cafetería*, local onde se torra e vende café. Primeiramente, as cafeterias foram localizadas nas Young Men’s Christian Association (YMCA) e nos YWCA para alimentar trabalhadores fora da fábrica. Mas em 1902 a Plymouth Cordage Co of Plymouth Mass instalou a primeira “cafeteria” para ser usada como serviço de alimentação para empregados. Outras pioneiras foram as companhias telefônicas.

ESCUDEIRO (1934) acreditava que a I Guerra Mundial incentivou o estudo da alimentação e por extensão implementou a Alimentação Coletiva. Transcorridos os

² Chuckwagon – vagão equipado com fogão e provisão para cozinhar (WARNER, 1973)

primeiros acontecimentos de 1914, a provisão alimentar dos exércitos se apresentou como um dos grandes problemas a serem solucionados.

LINS FILHO (1954) conta que a derrota italiana em Caporetto, em outubro de 1917 foi atribuída a má ração distribuída às tropas, além da redução drástica já ocorrida alguns meses antes. O colapso alemão de 1918 foi precipitado pela subnutrição das tropas armadas e da população civil. Estes fatos demonstram a importância dada a alimentação nos tempos de guerra.

ESCUDEIRO (1934) relata que na França, a Sociedade Científica de Higiene Alimentar e da Alimentação Racional do Homem (declarada de utilidade pública pela lei de 27 de junho de 1804), ligada ao Ministério da Agricultura, já havia plantado as sementes para uma campanha em prol da alimentação popular econômica. Esta sociedade possuía grandes laboratórios de calorimetria, química, fisiologia e de pesquisas experimentais sobre alimentação humana e animal.

Esta organização desempenhou papel relevante na garantia e distribuição dos alimentos ao país durante a I Guerra Mundial.

Ele também relata que a crise mundial que sobreveio depois da I Grande Guerra fez surgir uma nova disciplina: o estudo econômico dos alimentos, atualizando-se a expressão capital-alimento. A Ciência da Nutrição já havia determinado a lei do mínimo, com referência ao valor calórico total, a dose diária de albumina e de sais minerais (cálcio, fósforo e ferro). Mas este conceito somente foi levado em consideração com o problema da carestia, que obrigou a reduzir o gasto do capital alimento ao mínimo indispensável. Desde aquela época, o conceito de alimentação coletiva incluía obediência a todas as leis que a ciência da nutrição exige para uma alimentação racional. As estatísticas apontavam que a desnutrição era uma característica das classes trabalhadoras, que viviam em condições

econômicas desfavoráveis e desconheciam os pilares de uma alimentação adequada. Valendo-se da experiência européia e norte-americana, Escudeiro teve a possibilidade de fundar em Buenos Aires a Escola Municipal de Dietistas, a primeira em seu gênero no mundo latino e do tipo universitário simplificado. A Escola foi criada pelo Decreto de 20 de outubro de 1933. Paralelamente, foi despertado o interesse de criar refeitórios industriais e foi solicitada a colaboração técnica da Escola.

O autor ainda comenta que em 1915, o Japão funda em Tóquio, o primeiro centro de estudos da alimentação, o Instituto Imperial de Nutrição, como dependência do Ministério do Interior e criado pelo Decreto de 17 de dezembro de 1920. Este instituto foi considerado, como modelo, pois funcionava como um centro de pesquisas científicas e lugar de ensino profissional, popular e técnico das disciplinas concernentes à Nutrição. Na Inglaterra o centro oficial mais importante foi o Conselho de Investigações Médicas, dividido em dois órgãos: o Instituto Lister e o Comitê para Estudos dos Fatores Acessórios da Alimentação. Seu valor está circunscrito pela natureza e o número de pesquisas, puras e aplicadas, efetuadas. Ao lado desta instituição governamental existiam numerosos laboratórios mantidos por sociedades industriais alimentícias.

Em 1929, é criado na Rússia, o primeiro Instituto Científico de Nutrição, em Odessa. Em seguida surgiram outros em Rostow, Krakow, Moscou, Kieb, Voronez e Leningrado. Nele, participavam médicos, engenheiros e economistas, o que possibilitava uma visão macroeconômica da alimentação. Também foram criadas escolas de especialistas em higiene alimentar e de químicos especializados em bromatologia, bem como escolas de dietistas e de dirigentes de grandes restaurantes. O restaurante instalado em Odessa possuía uma seção de dietética munida de uma cozinha experimental (ESCUDEIRO, 1934). Apesar do empenho destes países em relação ao desenvolvimento

da teoria e prática das Ciências da Nutrição, ESCUDEIRO (Ibid) considerava os Estados Unidos, o país onde o estudo de nutrição atingiu seu mais alto grau de perfeição. Seus centros de pesquisas eram chamados de “estações experimentais”, financiados pelo Ministérios da Agricultura de Washington e por todos os Estados Federados. As escolas de dietistas, fundadas desde 1920, estavam inseridas nas Universidades e formavam profissionais aptos a atuarem em clínicas, restaurantes e em atividades extensionistas destinadas a educação alimentar.

4. Fordismo

Denomina-se Fordismo a evolução das normas regulacionistas de produção e de consumo que pretendiam evitar o risco da sobre-acumulação capitalista, mas que trouxeram como conseqüência problemas estruturais de rentabilidade, que apontam para os limites das condições sociais, técnicas e econômica da organização da produção (BOYER, 1990) e favoreceram a concentração da renda.

4.1. Trabalho

A mecanização ocorrida a partir do Século XIX criou um novo processo de trabalho que reduziu tanto a necessidade de operários não qualificados, quanto a dos trabalhadores altamente qualificados no padrão do período pré-fordista. A necessidade era de operadores de máquinas (operários semi-qualificados) para alimentá-las na busca de geração de energia, vigiá-las e fazê-las iniciar e terminar sua atividade. Mas nem por isso a energia humana era dispensável o que justifica verificar a inserção da Alimentação Coletiva no percurso histórico do capitalismo e, em particular do capitalismo fordista.

Este tipo de processo produtivo de caráter industrial, é chamado por BERTEN (1991) de modelo energético. O termo industrial está diretamente ligado a um modo de produção específico submetido às novas máquinas que utilizam uma energia física, não humana. As máquinas energéticas são capazes de transformar uma forma de energia em outra e de tornar utilizável as energias da natureza. Elas se servem dos princípios da termodinâmica, da eletrodinâmica e da teoria atômica (máquina a vapor, motor a explosão, geradores de eletricidade, reatores atômicos). Um dos traços principais das máquinas energéticas é sua quase independência da energia humana, o que lhe dá um caráter de grande autonomia. Esta autonomia da máquina é a subordinação da energia humana. As máquinas funcionam segundo interações que são mais e mais internas, endógenas. Estas interações técnicas implicam que seus princípios de funcionamento sejam, em geral, mais complexos que aqueles das máquinas mecânicas. Logo, eles são menos compreensíveis, ou seja, mais obscuros para a compreensão do todo. Ao contrário da maioria das ferramentas mecânicas, tanto estas máquinas como as informacionais vão assumindo uma autonomia em relação a seus usuários, dada a sua própria estrutura e funcionamento. O homem tornou-se o espectador dos resultados ou o organizador dos conjuntos técnicos necessários à implantação das máquinas. A utilização sistemática das máquinas energéticas está em conexão estreita com a atividade laboral, são sistemas que interagem com o objetivo de produzir para suprir as necessidades criadas pelo homem.

Estes foram os fatores que permitiram representações tais como aquelas da alienação do homem à máquina, a dominação tecnológica e a escravidão. Este jogo de representações abre-se sobre uma série de elementos ideológicos, inerentes ao próprio modelo energético, que necessitam ser estudados. O progresso das Nações é visto agora de maneira cósmica, através do resultado do conjunto, não de forma solidária, mas ao

contrário, cada vez mais competitiva. Não são mais artesãos que pensam o progresso, mas intelectuais que geram modelos, que representam parcialmente o real e que foram concebidos como uma tomada de posse da natureza pelo homem.

BERTEN (1991) ressalta que o modelo energético não somente acentuou uma divisão do trabalho mais ostensiva, mas sobretudo uma divisão generalizada no conjunto das atividades sociais: separação entre sistema de trabalho e sistema família, lugar de trabalho e lugar da habitação, trabalho e lazer.

A introdução das máquinas energéticas no sistema produtivo permitiu multiplicar extraordinariamente a potência do trabalho (elemento essencial da atividade econômica), possibilitando autonomia e poder inéditos à economia. BERTEN ao analisar a participação do modelo energético no desenvolvimento do capital produtivo, conclui que *neste contexto se pode aceitar a afirmação marxista de uma determinação econômica em última instância* (1991: 30).

Surge a figura do administrador com a incumbência de reunir o conhecimento tradicional, que no passado foi possuído pelos trabalhadores e ainda de classificar, tabular e reduzir estes conhecimentos a regras, leis e fórmulas (BRAVERMAN, 1981). Esta separação entre a concepção e a execução do trabalho, que caracteriza a administração científica do trabalho, foi aperfeiçoada através dos estudos de “tempo e movimentos”, realizados por Taylorⁱⁱ. Nestes, ele verificou com detalhes os tempos das diferentes etapas do processo de trabalho e os movimentos básicos do corpo do trabalhador para reorganizá-los a nível gerencial, afim de atingir desempenhos constantemente reelaborados que garantissem níveis cada vez maiores de produtividade.

A preocupação de TAYLOR em cronometrar os movimentos e os tempos gastos nas diferentes tarefas está afeita a sua certeza, de que a improdutividade era fruto da vadiagem da força de trabalho.

Sob este sistema (sem a utilização dos princípios da Administração Científica), o melhor trabalhador, gradual e inevitavelmente, abaixa seu rendimento ao nível dos mais fracos e ineficientes. Quando um homem, por natureza enérgica, trabalha durante alguns dias ao lado dum indolente, a lógica, a que ele chega, é irresponsável: Por que devo trabalhar mais do que este preguiçoso que ganha tanto quanto eu, embora produza apenas a metade? (1990:30).

Na produção taylorista, a concepção governa a execução, mas a idéia concebida por uma pessoa pode ser executada por outra, **o que não acontecia com os artesãos no Pré-fordismo, quando a unidade entre concepção e execução não era rompida.**

Taylor fazia diferença entre a chamada administração por iniciativa e incentivo e a administração científica ou administração por tarefas. No primeiro caso, ele explica que, para que haja alguma esperança de obter a iniciativa de seus trabalhadores, o administrador deve fornecer-lhes incentivo especial, além do que lhe é dado habitualmente (remuneração por peça). Segundo o autor, a administração por iniciativa e incentivo obriga cada trabalhador a suportar quase toda a responsabilidade, tanto do plano geral quanto de cada detalhe do trabalho e das ferramentas necessárias a executá-lo. No primeiro, a tarefa é capaz de integrar a atividade física e a intelectual. No segundo, centrado na eficiência da execução detalhada da tarefa, fixa-se uma série de normas, tiradas da vivência do processo produtivo, que substituem a orientação empírica do trabalhador. Na concepção de TAYLOR, *está claro, então, na maioria dos casos, que um tipo de homem é necessário para planejar e outro diferente para executar o trabalho* (1990: 41). Ele acreditava que

assim havia uma divisão equitativa de responsabilidade e de trabalho entre a direção (gestão) e operário.

Diferentemente de Taylor, parece que Marx acredita mais na índole produtiva do trabalhador e muito menos na índole igualitária do empregador.

MARX descreve o regime de trabalho taylorista, dando destaque à mais-valia gerada pela organização científica, que permite a superacumulação capitalista.

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste o que for imprescindível à execução do trabalho” (...) Finalmente, e para isso tem ele seu código penal particular, não deve ocorrer nenhum consumo impróprio de matéria prima e de instrumental, pois material ou instrumento desperdiçados significam quantidades superfluamente despendidas de trabalho materializado, não sendo portanto consideradas nem incluídas na produção de valor (1980: 209-221).

BRAVERMAN (1981) descreve o taylorismo como controle pelo capital do trabalho, permitindo através de decisões realinhar o curso do processo produtivo. Este tipo de procedimento representa o trabalho morto descrito por MARX, em oposição ao trabalho vivo, conceituado como um movimento interativo homem natureza.

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. (...) no fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente

em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (1980: 201).

Diferentemente de Marx, TAYLOR não está preocupado com a realização do homem através do trabalho, mas com o aumento de produtividade assegurado por seu método.

Graças a esta instrução minuciosa, o trabalho torna-se tão cômodo e fácil para o operário, que à primeira vista parece que o sistema tende a convertê-lo em mero autômato, em verdadeiro boneco de madeira. Os operários observam habitualmente, ao trabalharem pela primeira vez sob o novo sistema: Por que não me permitem pensar ou agir? Há sempre alguém intervindo ou fazendo por mim. A resposta dada é: “O trabalhador é instruído por muitos chefes, sob a administração científica, e tem oportunidade de aperfeiçoar, pelo menos, de modo igual e possivelmente melhor do que quando se entregava tudo em suas mãos e, portanto, ele efetuava o trabalho sem nenhum auxílio (...). É verdade que na administração científica não é permitido ao operário usar qualquer instrumento e método que acredite ser o aconselhado na prática diária de seu trabalho. Todo o estímulo, contudo, deve ser dado a ele, para sugerir aperfeiçoamento, quer em métodos, quer em ferramentas. E sempre que um operário propõe um melhoramento, a política dos administradores consistirá em fazer análise cuidadosa do novo método e, se necessário, empreender experiência para determinar o mérito da nova sugestão, relativamente ao antigo processo padronizado. E quando o melhoramento novo for achado sensivelmente superior ao velho, será adotado como modelo em todo o estabelecimento. Conferir-se-á honra ao trabalhador por sua idéia e ser-lhe-á pago prêmio como recompensa (1990:92-93).

Enquanto Marx evidenciava as contradições entre os interesses dos empregados e empregadores, TAYLOR enunciava a convergência de interesses, ou seja, a prosperidade. No entanto, ela é alcançável de forma imediata pelo empregador e mediata, em alguns casos, pelo empregado.

A maioria destes homens (marxistas) crê que os interesses fundamentais dos empregadores e empregados sejam necessariamente antagônicos. Ao contrário, a administração científica tem, por seus fundamentos, a certeza de que os verdadeiros interesses de ambos são um único e mesmo: de que a prosperidade do empregador não pode existir, por muitos anos, se não for acompanhada da prosperidade do empregado, e vice-versa, e de que é preciso dar ao trabalhador o que ele mais deseja – altos salários – e ao empregador também o que ele realmente almeja – baixo custo de produção. (1990:25).

Consubstanciado na organização científica do trabalho proposta por Taylor, Fordⁱⁱⁱ sistematizou os tempos e movimentos necessários a realização de um produto, o que lhe possibilitou hierarquizar tarefas e por conseqüência maximizar os recursos. Desta forma, conseguiu baixar os custos da produção dos automóveis, quando adotou a linha de montagem para produzi-los em série. Esta iniciativa incrementou as vendas e tornou o automóvel um produto de massa.

Na opinião de FORD (1924) a grande economia começa na linha de montagem e então estende-se para outras seções. Inicialmente, os operários especializados realizavam a tarefa. Após dedicação ao estudo do fluxo produtivo, eles tornam a tarefa mais fácil para outros operários produzirem e se transformam em administradores e planejadores. Os operários mais hábeis tornam-se os projetistas de ferramentas; o trabalhador experiente, o engenheiro mecânico e o fabricante. Eles são tão bons como poucos homens no mundo - tão bons, na verdade, que eles não poderiam ser dispensados, apesar das máquinas. A

classe de homens que chegam ao setor produtivo são pouco habilitados, mas aprendem seu trabalho em poucas horas ou em poucos dias. Se um operário não aprende seu ofício em poucas horas, ele será de pouco uso para o administrador. O advento da maquinaria reduziu a necessidade da força física e criou outras ocupações que não requerem nenhum esforço. Isto não seria possível sem se mergulhar nos procedimentos técnicos, apresentando o desenvolvimento da manufatura passo a passo, na ordem em que cada coisa acontece.

Ford acreditava que permanecia um vasto campo para ser explorado na linha de montagem. Ele foi aumentando as velocidades das linhas de montagem e reduzindo os tempos de operação, chegando a seguinte conclusão: pela ajuda do estudo científico, um homem é capaz de fazer algo mais do que quatro fariam compartimentadamente. A linha de montagem estabeleceu a eficiência do método e nós agora a utilizamos em todo o lugar. Ele levantou a seguinte hipótese: se o especialista tem a possibilidade de subdividir as partes do processo de produção, ele é capaz de perceber cada operação e subdividi-la em partes, de forma cada vez mais detalhada. Assim, é possível criar uma máquina capaz de substituir o homem naquele trabalho que requer habilidade e paciência com a vantagem de multiplicar por muitas vezes sua produção e reduzir o tempo de fabricação. Na opinião de Ford, o detalhamento da tarefa é a chave para ganhos de produtividade:

Se a máquina pode fazer automaticamente, isto é feito automaticamente (...) nós colocamos mais máquina por pé quadrado no chão do que qualquer outra fábrica no mundo - cada pé de espaço não usado carrega uma sobredespesa. Nós não queremos nada de desperdício. Dividindo e subdividindo a operação, tomamos o trabalho em movimento - estas são as chaves da produção" (FORD, 1924: 90).

Contra-pondo-se a esta rigidez na operação do processo produtivo, ARBIX (1997) comenta que no final de 1917 e durante o ano de 1918, as comissões de fábrica, oriundas

da luta pela democratização do processo produtivo e defesa dos operários durante o período de guerra, tomaram uma série de iniciativas afim de transformar os métodos de trabalho e romper com a rigidez das estruturas hierárquicas e autoritárias da indústria nos grandes centros. As comissões de fábrica chegaram mesmo a serem mais poderosas que os sindicatos, que as responsabilizaram pela ampliação da desordem econômica. Para os sindicatos sua visão parcial e provinciana tornaram-nas frágeis.

Gramsci apud COUTINHO (1981) avaliou as Comissões Internas das fábricas (1919/1920), cuja a finalidade era garantir e defender, no local de trabalho, os direitos dos trabalhadores à participação nos prêmios de produção e a condição adequada de trabalho. Ele acreditava que estas deveriam se transformar em um órgão gestor com representantes filiados ou não aos sindicatos (incluindo técnicos e engenheiros) ao invés de desempenharem a função de simples “correias de transmissão” dos sindicatos. Essas, ao se aderirem ao processo produtivo, seriam capazes de controlá-lo e dirigi-lo. Esta foi a forma proposta pelo pensador italiano para superação da alienação imposta pela divisão do trabalho.

A disseminação do Fordismo no período entre guerras teve problemas, exatamente pela imposição de um trabalho rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e não concedendo nenhum controle ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo (HARVEY, 1966).

Sempre foi objeto de conflito entre administração e trabalhadores, as tentativas de acelerar ou intensificar os processos de trabalho. Táticas de produção por peças ou bonificações de produção parecem ter tido pouco sucesso, uma vez que de uma forma ou de outra os trabalhadores acabam impondo seus próprios ritmos de trabalho. No entanto, a velocidade da linha de montagem, a robotização e os sistemas de controle automatizados

ofereceram meios mais insidiosos de controle indireto, no que concerne a favorecer mais ao capital que ao trabalho.

O processo produtivo na Alimentação Coletiva adotou e foi adotado pelo modelo fordista. As plantas eram projetadas segundo o “Princípio da Marcha Avante” que simulava o movimento de uma esteira. Os gêneros alimentícios eram recebidos numa área destinadas a inspeção e controle (aspectos de qualidade sensorial e quantitativos de peso); prosseguiam para áreas compartimentadas chamadas de pré-preparo (carne, hortifrutí, cereais e leguminosas) onde eram, no alimento, separadas as partes “comestíveis” das “não comestíveis” e as primeiras, submetidos a diferentes tipos de cortes (carnes filetadas e hortaliças: a juliana, a francesa, a camponesa entre outros tipos) segundo às exigências culinárias. Em seguida, a linha de montagem os empurravam para as áreas de cozimento e logo para a distribuição, onde os comensais eram atendidos. Os equipamentos eram dispostos em linha, na ordem da operação (descascadores e processadores de hortaliças, legumes e frutas, caldeirões à vapor, fritadeiras, frigideiras basculantes entre outros) até ao balcão de atendimento, de modo que cada manipulador de alimentos tivesse a menor distância possível a percorrer da primeira a última fase. Os manipuladores eram levados, pelo arranjo físico, a colocarem os alimentos, que haviam terminado de pré-preparar ou preparar ao alcance do outro manipulador, através de planos inclinados ou carros transportadores. Esta interdependência direta entre as tarefas, obrigava aos manipuladores de alimentos a não investir em sua função mais que o tempo estritamente necessário para realizá-lo. Estabelecia-se assim, uma intensidade de trabalho completamente distinta às dos cozinheiros artesãos. O resultado desta rotina é a economia de tempo de operação e redução dos movimentos dos operários, mas sobretudo a impossibilidade de desenvolver o raciocínio. No que se refere à criação de máquinas capazes de substituir o homem em

trabalhos que requerem habilidade e paciência, um dos exemplos em Alimentação Coletiva é dado pelo descascador de legumes e o processador de hortaliças, legumes e frutas. O primeiro equipamento descasca 200/400 Kg em uma hora e o segundo, é capaz de subdividir e laminar vegetais, à um nível de produção de 600 kg no mesmo tempo, exigindo um único operador. Empresas de grande porte para acelerar o atendimento, instalaram em seus refeitórios esteiras de montagem de bandejas, que conduziam a refeição até o cliente e outras que traziam as bandejas já utilizadas para uma linha de trabalho destinada à higiene e sanificação de utensílios. Neste sistema, os comensais, em sua maioria trabalhadores operacionais (semi-qualificados), contra-mestres (estágio anterior ao mestre) e mestres (operários qualificados supervisores), se quer viam quem lhes atendia. Este sistema, o mais desumano em Alimentação Coletiva, gerou altos níveis de insatisfação. Neste cenário, o trabalhador era a extensão da máquina e a meta do Sistema Nutrição era, simplesmente, transformar energia alimentar em energia laboral para mover quem movia as máquinas.

4.2 Capital Produtivo

Em 1914, FORD (1924) introduziu recompensa pecuniária para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros. Eram dois os propósitos de tal medida: garantir a disciplina necessária à operação em linhas de montagens de alta produtividade e dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer que lhes permitissem consumir os produtos produzidos em massa, garantindo assim o ciclo econômico.

O sistema produtivo no capitalismo fordista está fundamentado em quatro princípios: a) racionalizar o trabalho e mecanizar tanto quanto possível; b) de início conceber, depois produzir e organizar o trabalho; c) vender o que se sabe produzir e d)

produzir a custo de bens padronizados, feitos com qualidade medíocre (BOYER, DURAND, 1993).

Somente as empresas com vocação para padronização de produtos poderiam ser o berço do Fordismo-taylorismo. A consolidação dos princípios da *Administração Científica* (TAYLOR, 1990) foram decisivos para o novo modelo de produção, uma vez que possibilitaram a construção de um importante tratado, que descrevia como a produtividade do trabalho poderia ser aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização das tarefas fragmentadas em padrões seqüenciais rígidos de movimentos e tempo. O Fordismo adotou os princípios do taylorismo para obter uma intensificação cada vez maior do trabalho. As cinco funções administrativas: planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar atuavam como um norte à maximização da eficiência e eficácia e instituíram as relações operacionais hierárquicas dentro da fábrica. O ponto em comum entre o Fordismo e o Taylorismo era a produção em massa de produtos padronizados, que exigia reprodução da força de trabalho e política de controle. MATTOSO sumariza o conceito: o *Fordismo, enquanto estratégia de organização e racionalização da produção, orientou-se para a produção em massa de produtos tecnologicamente complexos, utilizando-se de economias de escala e inovações no produto e técnicas de montagem* (1995:35).

O processo de acumulação de capital é complexo e exige disciplina da força de trabalho, o que HARVEY (1966) chamou de “controle do trabalho”. Este controle fez-se mais intenso durante o período de pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, sendo marcado pela introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, formação de hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico (Ibid). A administração científica tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática, sendo vista em todas

as facetas da atividade produtiva: relações inter-pessoais, treinamento em serviço, marketing, criação de produtos, estratégia de preços, obsolescência planejada de equipamentos e produtos. Todos os esforços eram para que a demanda atingisse níveis capazes de absorver o crescimento sustentado do produto. Neste panorama, o aumento da força de trabalho que se organizava (poder sindical), constituía-se uma ameaça a ordem vigente e daí a importância do ataque político a elementos radicais do movimento operário depois de 1945 (HARVEY, 1996:129). Não se pode excluir do cenário o “peleguismo”, quando sindicalistas controlavam seus companheiros nas reivindicações e colaboravam com a administração em planos de aumento de produtividade em troca de ganhos de salários, que estimulassem a demanda efetiva. Neste particular, a máxima fordista de “produzir em massa” para “consumo de massa” caía como uma luva nos desígnios capitalistas. A primeira locução preconiza a padronização do produto e envolve pesados investimentos de capital fixo; a segunda, uma demanda relativamente estável.

O Fordismo teve sobretudo desenvolvimento dentro dos Estados Unidos. No entanto, na Europa, seu desenvolvimento foi lento até 1939, mas se implantou com firmeza a partir daí. No Japão ele se estabeleceu após 1940, a partir do esforço de guerra. O progresso internacional do Fordismo significou a formação de mercados de massa globais e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo (HARVEY, 1996:131) e ainda trouxe consigo uma nova cultura internacional e se apoiou fortemente em capacidades recém-descobertas de reunir, avaliar e distribuir informação (Ibid).

Economistas acreditam que havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa, impedindo a flexibilidade necessária a planejamentos em mercados de crescimento instável

e de consumo variável. Os sindicatos não estavam preparados para mudanças no modelo capitalista fordista, o que explica greves e problemas trabalhistas. A rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. *O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra* (HARVEY, 1996:136). As crises do petróleo³ de 1973 e 1976 obrigaram a todos os segmentos da economia a buscarem alternativas para economizar energia através da mudança tecnológica e organizacional. A retenção da demanda imposta por mecanismos anti-inflacionários obrigou as empresas a racionalizar os processos produtivos (reduzindo insumos e ampliando ganhos), reestruturar-se e intensificar o controle do trabalho, através de mudanças tecnológicas. O período 1965 a 1973 tornou cada vez mais difícil a perpetuação do Fordismo e do keynesianismo, dados as contradições do capitalismo. É o momento da corrida pela automação, busca de novas linhas de produto e nichos de mercado (BOYER, DURANT, 1993).

Segundo HARVEY (1996) a profunda recessão de 1973 solapou os compromissos fordistas e em consequência, as décadas de 70 e 80 caminharam para um período de transição, caracterizado por uma conturbada fase de reestruturação econômica de reajustamento social e político, marcado por “surtos selvagens de deflação” que desencadearam níveis de desemprego nunca antes visto em países de capitalismo avançado.

³ Crise do petróleo: decisão da OPEP de aumentar os preços do petróleo e dos árabes de embargar as exportações para o Ocidente (SANDRONI, 1994).

FITOUSSI (1995) explica que a situação começou a se degradar a partir de 1971, com o fim do sistema monetário, posto em prática com o Acordo de Bretton Woods assinado em 1944. Em seguida veio o I Choque do Petróleo e a Europa começou a enfrentar dificuldades no crescimento econômico. Nos anos após a II Guerra Mundial as políticas econômicas eram ativas e graças a isto, o crescimento não foi tão mal nos anos 70. O verdadeiro desequilíbrio dos anos 70 era a inflação e o aumento dos salários reais que a determinava e em paralelo, o aumento do desemprego; mas nada comparável ao vivido nos anos 90. Após o II Choque do Petróleo, 1979; é que a situação agravou-se.

Os cinco países mais industrializados do mundo reuniram-se em Tóquio e decidiram impor uma política restritiva. Os países ocidentais decidiram, paradoxalmente, realizar menos trocas entre eles, agravando as conseqüências do choque. O mundo se engajou nesta política, à exceção dos Estados Unidos, que de forma pragmática manteve um notável desvio entre "as palavras e os negócios". Esta reunião marcou uma ruptura com as práticas de inspiração keynesiana⁴ que prevaleceram depois da II Guerra Mundial. Depois da reunião em Tóquio a inflação tornou-se a prioridade das prioridades. Continuamente, rigor era a palavra mestra das políticas macro-econômicas:

a) rigor orçamentário, visando diminuir as despesas públicas segundo uma visão liberal de afastamento do Estado combinado com o equilíbrio orçamentário e b) rigor monetário, afim de reduzir a inflação. Esta situação desencadeou um discurso individualista, cada país deveria sair das dificuldades sozinho. A falta de resposta coordenada não teria outro resultado, a não ser agravar os efeitos da crise.

⁴ keynesiana: relativo ao keynesianismo, modalidade de intervenção do Estado na vida econômica com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada. A finalidade de intervenção era a manutenção do pleno emprego (SANDRONI, 1994).

MATTOSO (1995) resume as principais características da estrutura produtiva que emergiu da II Revolução Industrial e que se consolidou no pós guerra:

- a) rápido e prolongado crescimento internacional da produção e da produtividade;
- b) liderança no setor industrial;
- c) neste, lideram aqueles setores vinculados à produção em massa de bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos), aos bens de capital e à química, em particular a petroquímica;
- d) o subsistema de filiais das grandes empresas oligopólicas assume crescente importância e torna-se a face mais aparente do processo de internacionalização produtiva;
- e) o ritmo de crescimento do comércio internacional é mais intenso que o do crescimento da produção industrial;
- f) apesar do aumento do comércio internacional é o mercado interno dos principais países capitalistas o principal responsável pelo crescimento econômico;
- g) cresce a participação do emprego industrial e do emprego nos serviços (agora sob a lógica industrial) e continua caindo a participação do emprego agrícola nos mercados de trabalho nacionais;
- h) acelera-se a mudança das fontes energéticas, com o abandono das fontes sólidas (carvão), substituída pelo petróleo, cujo preço em queda no período favorece a expansão industrial.

HARVEY (1996) comenta que foi principalmente com o deslocamento *espacial* e *temporal*, que o regime fordista de acumulação resolveu o problema da superacumulação no decorrer do longo período de expansão do pós-guerra. O que vem a ser estes deslocamentos, que se interrelacionam?

O deslocamento temporal estava acumulando dívida sobre dívida até que a única estratégia governamental viável foi afastar o problema através da monetização. Isso foi feito, na verdade, imprimindo-se tanto dinheiro que se disparou um surto inflacionário que reduziu radicalmente o valor real das dívidas passadas (os milhares de dólares emprestados dez anos antes têm pouco valor depois de uma fase de inflação alta). O tempo de giro não podia ser acelerado facilmente sem a destruição do valor dos ativos de capital fixo. Foram criados novos centros geográficos de acumulação – no sul e oeste dos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Japão – e, em seguida, num conjunto de países recém-industrializados. Com a maturação, esses sistemas fordistas de produção se tornaram centros de superacumulação novos e, com frequência, bastante competitivos (HARVEY,1996:174).

Depois de 1973 a competição espacial acirra-se e duas foram as saídas. A primeira foi pela via da “mais-valia absoluta”, ou seja, extensão da jornada de trabalho em função de um salário necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num patamar mais reduzido de qualidade de vida. Na segunda, “mais-valia relativa” (anos 80), a mudança organizacional e tecnológica objetiva lucros temporários para firmas inovadoras e traz como consequência corte no emprego e nos custos do trabalho. Esta estratégia exige pessoal altamente qualificado, aptos a compreender, implementar e administrar os novos padrões laborais, muito mais flexíveis, de inovação tecnológica constante e orientação mercadológica. Estas duas estratégias estão muito longe de serem excludentes, mas sobretudo, complementares (Ibid).

Muitos sistemas fordistas foram transferidos para países periféricos, já a partir dos anos 50, gerando excedentes de mão de obra nos países centrais e em seguida nos

periféricos (HARVEY, 1996). Este foi o caso brasileiro que adotou a idéia de fordinização no período desenvolvimentista alavancado por empréstimos internacionais.

O colapso do sistema fordista-keynesiano a partir de 1973 deu início a um período de rápida mudança e incerteza, caracterizado por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, ajustados às mudanças nas práticas de consumo e a um novo regime de acumulação. Ele se apoia na flexibilidade: dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. O Pós-fordismo envolve mudanças no padrão do desenvolvimento, criando um vasto movimento no sentido do setor terciário (serviços), bem como complexos industriais que extrapolam os muros das fábricas. A regra ditava: produzir a custo decrescente bens padronizados sem grandes investimentos. Ao contrário da proposta fordista, o novo enfoque reflete um movimento em que uma série de inovações se fazem necessárias, pela própria situação contingencial que vive o mundo dos negócios, onde *flexibilidade produtiva, redução de custos e qualidade são conciliáveis* (BOYER, DURAND, 1993:42, PIORE, SABEL, 1984).

A reestruturação produtiva e organizacional parece ser a resposta que as grandes empresas têm dado às novas condições da concorrência capitalista e que trazem como consequência o desemprego estrutural, a precariedade das oportunidades ocupacionais e a perda de dinamismo nos novos postos de trabalho.

4.3 Setor Produtivo Estatal

A política industrial consiste no conjunto de medidas da política econômica destinadas a criar condições propícias ao aumento da eficiência, da competitividade, do emprego e do crescimento da indústria de transformação.

Segundo uma visão liberal, é função de um Estado discreto, manter a estabilidade macroeconômica, que incentive a poupança e o investimento dentro de uma economia de mercado. Sob esta perspectiva deverá existir maior competição no mercado interno, com abertura da economia para o mercado externo, o que induz a atualização tecnológica. O sistema de preços deverá cumprir o papel de transmitir informações aos agentes econômicos a respeito da escassez relativa de bens e serviços. A concessão de benefícios fiscais é considerada prejudicial ao crescimento econômico, porque a eficiência tende a declinar ao longo do tempo pela proteção. Nos primeiros estágios da industrialização a proteção pode aumentar o nível global de atividade econômica. No entanto, à medida que a proteção atinge segmentos mais intensivos de capital e requer maior escala de produção, resultam perdas de economia de escala e capacidade ociosa das plantas industriais. E finalmente é requerido a redução do déficit operacional do setor público (CAIUBY, FRENDT JUNIOR., 1993)

Uma questão a ser superada pelo Fordismo foram as formas de mecanismos de intervenção estatal, sendo necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender as exigências fordistas. A crise capitalista na década de 30 manifestou-se fundamentalmente na restrição de demanda efetiva por produtos. Para Keynes^{iv} era necessária buscar estratégias na administração científica e poderes estatais para superar a crise e estabilizar o capitalismo. A doutrina de Keynes estabelece-se contra a tendência dos conservadores, que acreditavam no desenvolvimento a níveis extremos e no equilíbrio pressuposto por este, centrando os fundamentos econômicos numa política de expansão sobre os seguintes pilares: aumento e geração de poder aquisitivo, elevação do nível de vida, aumento da produção e pleno emprego.

Nos anos seguintes à I Guerra Mundial as classes trabalhadores melhoraram sua posição relativa, mas o próprio Keynes afirmava não ser possível avaliar a estabilidade deste estado de coisas. O fato dos empresários estarem auferindo lucros extraordinários, expuseram os mesmos à pressão de seus empregados e da opinião pública. Assim não lhes foi difícil ceder e partilhar alguns ganhos sem sacrifícios financeiros. A queda do valor do dinheiro desencorajava o investimento, ao mesmo tempo que desacredita a empresa. Com os preços em queda surge a depressão, que afetou os detentores das ações. No lugar de ganhos extraordinários aparecem perdas excessivas, o que levou os investidores a reter o mínimo de ações. Esta situação ao afetar a indústria trouxe o desemprego como consequência.

Na balança econômica, preços em alta e em baixa tem suas vantagens e desvantagens. O primeiro, ao gerar inflação, prejudica de forma injusta a quem vive de renda, sendo prejudicial a poupança. No segundo caso, a deflação significa empobrecimento para trabalhadores e para as empresas, *pois leva os empresários a reduzirem a produção, na tentativa de protegerem-se das perdas, sendo portanto, desastrosa para o emprego* (KEYNES, 1978:14).

Keynes reconhece que raramente ocorre o pleno emprego, no entanto a responsabilidade imediata para o desemprego involuntário⁵ é a persistência das taxas de juros demasiadamente altas, que dificultam os investimentos na produção de bens.

⁵ Desemprego involuntário: os homens ficam involuntariamente desempregados, quando há elevação dos preços dos bens de consumo operário, não compensados no salário nominal (KEYNES, 1978).

Os dois dos indícios do colapso do sistema fordista-keynesiano foi a ruptura do Acordo de Bretton Woods⁶ e a mudança do sistema de cambio fixo individualizado para um sistema global de taxas de cambio flutuante.

O Fordismo aliou-se ao keynesianismo pela seguinte razão: bens de capital não serão produzidos em maior escala sem que seus produtores estejam realizando lucros. Para que haja lucros é necessário que o público prefira gastar sua poupança para comprar bens de capital ao invés de mantê-la líquida em forma de dinheiro.

Com o avanço do Fordismo, O Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação entre políticas fiscais e monetárias dirigidas para os setores vitais do crescimento da produção e do consumo, o que garantia uma política de pleno emprego e um estado de bem estar social..

Nem todos foram atingidos pelos benefícios do Fordismo. Paralelamente a uma política de pleno emprego, existiam os excluídos do sistema. As desigualdades produziam sérias tensões sociais, implementadas pelo aumento das expectativas, geradas por todos os artificios aplicados à criação de necessidades, que delineava um novo tipo de sociedade de consumo. O choque da descoberta de uma terrível pobreza no meio de tanta opulência serviu como estopim ao desencadeamento de contra-movimentos aos supostos benefícios do Fordismo, apesar dos esforços do Estado de tentar levar estes benefícios a todos e de encontrar meios de oferecer assistência em larga escala. O fracasso foi tanto qualitativo quanto quantitativo, motivado pela incapacidade de uma aceleração contínua da produtividade do trabalho, que em última análise garantiria o bem-estar social fiscalmente viável. Ainda existia toda a insatisfação dos países em vias de desenvolvimento, que sonhavam com as promessas fordistas que não se concretizaram. A cada dia aumentava o

⁶ Acordo de Bretton Woods - firmado em 1944 e que transformou o dólar em moeda-reserva mundial;

fosso entre os excluídos e uma elite afluyente que se beneficiava com o capital internacional e por este motivo, decidira colaborar ativamente com a situação. Em meados dos anos 60 eram sérios os problemas no mundo fordista. As políticas de substituição de importações em muitos países do Terceiro Mundo associadas ao primeiro grande movimento das multinacionais na direção do Sudeste Asiático geraram ambientes de competitividade fordista novos, caracterizados por um afrouxamento pelo respeito ao contrato social. Quando a Europa Ocidental e o Japão, juntamente com outros países recém-industrializados, desafiaram a hegemonia fordista estadunidense, a ponto de romper o acordo de Bretton Woods e de produzir a desvalorização do dólar, escreve-se uma página nova na história.

O período que segue após a Segunda Grande Guerra Mundial (1945) pode ser considerado a melhor fase do capitalismo, tanto para os países centrais, quanto para algumas nações em desenvolvimento. Este período parece ter marcado uma harmonia entre capital e trabalho. Como a produção em massa requer um consumo de massa, os mercados nacionais são protegidos por um Estado keynesiano, marcados por um traço comum: a necessidade crescente de planejamento público e da regulação estatal sobre juros, câmbios, salários entre outros atributos. Houve então, uma transição do regime de acumulação para um modo de regulamentação social e política a ele associado. Este novo regime seguia o que preconizava a *“Escola da Regulação”*, onde *se leva em conta o conjunto total de relações e arranjos que contribuem para a estabilização do crescimento do produto e da distribuição agregada de renda e de consumo num período histórico e num lugar particular* (HARVEY, 1966:118).

No âmbito das políticas internacionais, a ameaça da guerra fria forçou os Estados Unidos a financiar não só a recuperação econômica dos aliados como também as da Alemanha Ocidental e do Japão. Esta situação possibilitou aos Estados Unidos a exportação de um certo padrão de produção e de consumo em massa, chamado de "Fordismo" (PIORE, SABEL, 1984; BOYER, DURAN, 1993; MATTOSO, 1995).

Não causa espanto, o fato da economia mundial desenvolver-se em torno das sete maiores potências capitalistas (Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha, Japão, Itália e Canadá) que representam a porção majoritária do mercado internacional. Este movimento de internacionalização, onde as grandes potências procuram estabelecer suas indústrias além mar, ao mesmo tempo que ajudou a alavancar o processo de industrialização de países periféricos, contribuiu para mudanças substanciais no processo de trabalho, descritas por PRONI: *as formas de contratação, utilização, remuneração e demissão de trabalhadores deixaram de refletir apenas o livre jogo do mercado e o livre arbítrio das empresas. Generalizaram-se as negociações coletivas pela ação de centrais sindicais, especialmente na Europa Ocidental e democratizaram-se as relações de trabalho. De fato, a politização da economia alcançava inclusive a esfera do trabalho e provocava uma forte regulamentação desse mercado* (1997:24).

Nos "anos dourados do capitalismo" – 1945-1975, caracterizado por prosperidade econômica e profundas transformações sociais dirigidas para o estado de bem estar nos países desenvolvidos, predominou um pacto social entre empresas, governos e sindicatos, que sem dúvida construiu um sistema avançado de seguridade social (MATTOSO, 1995). No entanto, criou um outro problema, uma distância cada vez maior entre países ricos e pobres.

Nos anos 70, este padrão de desenvolvimento começou a mostrar-se insuficiente, dado a um complexo de causas, que extrapolam os limites desta reflexão. Mesmo que não se aprofunde as análises, é importante destacar que o processo de globalização econômica, em sua face produtiva fortaleceu teses neoliberais de aumento da produtividade e por extensão da riqueza dos países, sem medir as conseqüências de uma distribuição de renda não equânime. Em lugar de uma proposta de seguridade social baseada nas demandas, de políticas sociais (saúde, habitação, educação, segurança), vive-se a racionalidade econômica, que privilegia as privatizações e as restrições aos direitos sociais.

4.4. Nutrição

Segundo COSTA (1951), os modernos restaurantes populares tiveram a sua origem, provavelmente na Rússia, durante a construção da represa de Dnieptrowski, como corpos auxiliares das grandes “usinas cozinhas” ali instaladas para o serviço de refeições aos trabalhadores. Ele também acredita que as oportunidades de sedução demagógica do proletariado por parte dos governos concorreram para a adoção da idéia por outros países, mas a concretização da idéia não se efetivou em todos. COSTA (Ibid) descreve sua inserção nos Estados Unidos e América Latina.

Nos Estados Unidos, à parte a organização da rede dos restaurantes de Funcionários Públicos de Washington, comumente conhecidos sob o nome de “cafeterias” e, dependentes da “Welfare and Recreation Association of Public Building and Grounds”, a idéia ainda não foi efetivada nos moldes em que a concretizamos nos países latinos da América”. É que os restaurantes populares, - tal qual os realizamos em alguns países da América Latina, constituem um recurso de países de grandes massas pauperizadas, e de países de economia precária, nos quais a classe média e a classe trabalhadora não

encontram facilidades de obtenção dos produtos de subsistência. Eles não existem nem nos Estados Unidos, nem na França, nem na Inglaterra: estes países, e principalmente o último tem desenvolvido outra modalidade de assistência alimentar ao trabalhador, e quero referir-me aos restaurantes instalados no interior de cada fábrica, ou das grandes usinas, afim de dar assistência alimentar aos seus próprios assalariados. O “restaurante popular”, isto é, o restaurante público, localizado fora da instalação da fábrica, e destinado à população trabalhadora em geral, é um recurso, como foi dito, de nações cuja economia não permite melhor forma, e mais indireta, de prover boa alimentação às classes de baixo nível econômico. É uma solução de emergência, ou transitória na evolução sociológica de cada país – mas nem por isso as vantagens que possui são menores, nem por isso devemos deixar de evidenciar os benefícios técnicos dos “restaurantes populares” e de proclamar a necessidade de os construir de maneira adequada nos países em que caiba esse tipo de instituição (1951: 46-47).

COSTA (1951) informa que os restaurantes populares do Peru e do Uruguai não possuíam cardápio obrigatório. A crítica feita por ele reside em que desta forma, não poderiam cumprir as “exigência dietéticas modernas”. Já os planejados para funcionar na Colômbia deveriam ter cardápios obrigatórios formulados por médicos e nutricionistas. Esta observação denota o imperativo fordista de “produção em massa de produtos padronizados para consumo de massa”. O autor conclui:

Realmente só organizados tecnicamente, isto é, por médicos especialistas em nutrição e com assistência permanente de nutricionistas, os Restaurantes Populares poderão preparar refeições cientificamente balanceadas, adequadas à coletividade que se tem em mira assistir, refeições capazes de serem oferecidas ao público sem alternativas de escolha, e sem reações contrárias, de inaceitação ou repulsa (1951:50).

MELLO (1979) ao escrever sobre a importância das refeições no local de trabalho, comenta sobre os “comedores populares e industriales” da Venezuela (Caracas), que foram inaugurados desde 1950. Eram 32 restaurantes populares e 32 industriais, orientados por técnicos, onde em 1952 já eram servidos, 3741080 e 6482789 almoços, respectivamente.⁷

MOSCOSO ressalta que tanto na Argentina quanto no Uruguai os restaurantes populares faziam parte de uma política alimentar definida.

Há países onde este sistema de alimentação coletiva faz parte da política alimentar definida e dirigida pelo Estado, estipulada no programa político e social do governo. (...) Na Argentina 26 instituições fornecem 4182 rações cotidianas, sendo 1736 gratuitas e 2446 por metade do preço de custo; há ainda outras 16 organizações que distribuem diariamente 5597 rações, das quais 5202 são vendidas por metade do custo e 395 são inteiramente pagas (...) No Uruguai o "Instituto de alimentação científica do povo", atendendo às necessidades do trabalhador, instalou vários desses refeitórios públicos, cobrando 10 centavos cada ração. Em 6 meses de funcionamento, em 1934, freqüentaram os refeitórios 55579 pessoas; em 1935 o número elevou-se a 229291 por ano, tendo em 1936 subido a 522362. (...) Em 1937, já a administração pública cuidava da instalação de mais 30 refeitórios desses tipos e alguns outros de preços um pouco mais elevados para funcionários públicos e empregados no comércio que podiam despender mais com a alimentação. De 1 de maio de 1937 a abril de 1938, os refeitórios públicos da República do Uruguai distribuíram 2175282 rações, sendo 1578000 somente em Montevideo (1942:104).

⁷ Dados fornecidos pelos Archivos Venezuelanos de Nutrición, junho de 1953 In: MELLO, 1979.

A Alimentação Coletiva no Brasil será objeto do próximo capítulo, dada a lacuna pela não sistematização dos fatos na construção de seu percurso histórico, o que exigiu maior atenção.

Na Grã Bretanha , os sistemas de Alimentação Coletiva vieram a se estruturar no início da II Guerra Mundial, quando a escassez de alimentos atingiu ao povo britânico e o governo decidiu pelo racionamento. As necessidades advindas da guerra forçaram o Estado a determinar que cantinas, restaurantes e hotéis, na época financiados pelo governo, passassem a produzir para toda a população. COUTINHO comenta a preocupação do Governo inglês com as questões da Alimentação.

O governo inglês, por exemplo, tornou-se o controlador da alimentação do seu povo. O ministro da Alimentação, Lord Woolton, era como o chefe de uma grande despensa. E é assim, que ele solicitou a cooperação dos melhores especialistas em assuntos de nutrição e agricultura do seu país, o que lhe permitiu calcular o número de calorias de que era possível dispor e dividi-las pela população de acordo com as necessidades de cada um (1947:27).

STANLEY et al. (1972) ao escrever sobre as cantinas industriais na Grã Bretanha, assinala que em 1940, o Ministro do Trabalho exigiu o estabelecimento de cantinas em fábricas empregando mais de 250 em nome da Coroa e em maio de 1945, existiam 18 900 de vários tipos, servindo 8 milhões de refeições ao dia.

Embora não haja coincidência nos dados, SILVA FILHO (1996) confirma o movimento crescente no número de cantinas entre 1940 e 1944. As fábricas e outras instituições reclamaram da instalação e incentivo dados a algumas empresas e reivindicaram também estes benefícios, daí gradualmente foi se estendendo estes serviços à maioria das companhias e às organizações com mais de 250 empregados. Para se ter idéia

do crescimento deste setor na Grã Bretanha, ele revela que antes da Guerra existiam aproximadamente 1000 cantinas e ao final, este número chegara a 25000 unidades implantadas.

A Alimentação Coletiva teve grande impulso a partir da II Guerra Mundial pelo surgimento de restaurantes populares e a adoção de novas tecnologias na produção de refeições em grande escala. Proença e Coutinho resumiram as condições que favoreceram tal impulso:

a última guerra mundial deu grande evidência às questões da nutrição popular, acentuando o interesse que elas passaram a despertar desde 1914. A maior preocupação dos governos, durante o conflito internacional, era a dieta dos seus povos. Não se cuidava apenas de evitar a fome e abastecer os exércitos, mas também tornar a dieta adequada, tanto quanto o permitissem as difíceis condições de abastecimento do momento. Sabiam os estadistas que uma população bem nutrida resiste melhor às contingências da guerra (COUTINHO, 1947: 27).

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, houve um incremento na produção de refeições para coletividades pois, além da necessidade de alimentação para as forças armadas, ocorreu o estabelecimento de refeitórios comunitários que visavam minimizar os problemas causados pelo racionamento de alimentos. As contingências da guerra ocasionaram, ainda, o aprimoramento dos equipamentos e dos processos de produção de refeições coletivas, com a implantação gradativa de alguns princípios de produção em massa (PROENÇA, 1997:34).

COSTA revela que durante a II Guerra Mundial a relação entre alimentos e estratégias de combate eram tão fortes que alguns eram chamados de “Alimentos da Vitória” :

Office of Defense and Welfare Services” possui também um serviço de informações dos alimentos vegetais disponíveis, de acordo com as estações do ano. Estes alimentos são marcados com um selo: o V da Vitória e a classificação de “alimento especial da Vitória”. O alimento especial da Vitória, é o alimento da estação, que deve ser consumido logo, e nos locais de produção, permitindo assim que outros sejam postos em reserva, e que não se transportem alimentos de uma região a outra desnecessariamente, ocupando os trens sem vantagens de ordem nutritiva. Quando há superprodução, de um produto, ele passa a ter preferência no consumo público, deve ser logo consumido, e é também um “alimento especial da Vitória” (Victory food especial). Assim, são “Alimentos especiais da Vitória”, em todos os Estados Unidos, por exemplo, o alface, durante o mês de maio, as cebolas, em junho, os tomates, em junho e começo de julho, e assim por diante (1951: 231).

Dentre tantas experiências do pós-guerra, no sentido de melhorar as condições nutricionais da população, DRUMOND (1994) destaca a tentativa de introduzir saladas cruas nas cantinas de operários, para fazer frente a perda de Vitamina C, que é inevitável em cocção de alta escala. A idéia convencional que salada consiste somente de alface, pepino e tomate e que estes alimentos devem ser consumidos apenas com refeições frias foi difícil de erradicar. Os responsáveis pelos restaurantes coletivos encorajavam as pessoas a experimentá-las. Bem mais tarde, as saladas como parte das refeições para coletividade tornaram-se um sucesso. Drumond acredita que a guerra tem poucas virtudes, mas uma é indubitável, alguns campos são imensamente estimulados, este foi o caso da Nutrição e Dietética. O autor dá como exemplo, o esforço dos restaurantes coletivos para fornecer condições de vida melhor a população em tempos de guerra. Eles desempenham, em tempo de guerra e de paz, um papel extraordinário na formação do novos hábitos alimentares.

A alimentação Coletiva foi viabilizada através da tecnologia de alimentos que tomou impulso durante períodos de guerra dado a necessidade de conservar os alimentos até a frente de batalha. Segundo VECCHIO MAURÍCIO (1965), a primeira conquista referente a tecnologia de alimentos foi o enlatado, usado nas guerras napoleônicas. Seu desenvolvimento foi incrementado na guerra civil americana e guerra dos Boers. A I Guerra Mundial utilizou a desidratação como meio de oferecer alimentos conservados e esta técnica se desenvolveu extraordinariamente na II Guerra Mundial. Ele apresenta os seguintes dados: a Alemanha em 1898 contava com três indústrias de desidratação, na I Guerra Mundial (1917) atingiu a 900 e na II Guerra Mundial (1942) consumiu-se 150000 toneladas de frutas e legumes desidratados durante as operações.

O período de 1950 a 1959 foi marcado pela substituição da desidratação por secagem à vácuo por “spray drying” (AMARAL, 1952). No que se refere a fonte proteica de origem animal o destaque era dado para a soja, apresentada sob a forma de produtos lactinoformes e de panificação (BERG, 1973). A fortificação de alimentos já era preocupação desde a década de 30. No entanto, sua implantação data do imediato pós-guerra (1944-1947). Atualmente a discussão sobre alimentos fortificados gira em torno da biodisponibilidade dos nutrientes, dada suas interações favoráveis ou desfavoráveis à assimilação (COELHO, 1995). Outro produto das pesquisas do pós-guerra foi o forno microondas, que surgiu de um refinamento da tecnologia de radar (LORENZ, 1976; DECAREAU, 1992; SAWER, 1991).

Mesmo em momentos de paz, a preocupação com a alimentação em tempo de guerra se faz presente. O exemplo é dado pela guerra fria, que pode ter sido um grande incentivo para a produção de uma série de artigos dedicados à Segurança Alimentar e a

Defesa Civil, bem como o desenvolvimento de tecnologias que garantissem a qualidade dos alimentos do ponto de vista sensorial e nutritivo.

5. Pós-fordismo

Representa a crise do sistema produtivo fordista e a transição (inconclusa) para um novo sistema produtivo capitalista. Especialistas internacionais, a partir dos fatos vividos pela civilização industrial dado à introdução da informática, prognosticaram que a década de oitenta marcaria uma mudança decisiva na história da humanidade trazendo transformações substanciais nas formas de viver, de ser, de compreender o mundo, de trabalhar. Acertaram no prognóstico, as mudanças aconteceram, mas de forma distinta nas economias desenvolvidas (centrais) e naquelas em desenvolvimento (periféricas). O avanço tecnológico não caracteriza o momento atual do mundo, pois ainda existem muitos países que se encontram em etapas pré-industrial, caracterizadas por ações econômicas ligadas à exploração. A globalização tecnológica não acompanhou a econômica e esta gerou mais retrocessos no panorama das políticas sociais que avanços qualitativos.

A escola francesa da regulação admite que a crise do Taylorismo e do Fordismo instalou-se a partir dos limites ao aumento da produtividade dentro das condições de organização existentes. PIORE, SABEL (1984) acreditam que os limites se deram diante de novos padrões de consumo. No entanto, os teóricos da Escola da Regulação justificam a crise pelo esgotamento do modelo fordista de ganhos adicionais de produtividade. MATTOSO chama a atenção para o esgotamento do padrão industrial fordista sem a adoção de um novo padrão, o que sugere uma transição inconclusa:

Se, por um lado, vivemos nas décadas finais do século XX um período de emergência e consolidação de um novo padrão industrial, com suas conseqüências nos planos produtivo, tecnológico, organizacional e do trabalho, por outro, ainda não se constituiu e se generalizou um novo padrão de desenvolvimento, prevalecendo formas relativamente híbridas e em mutação (1995:64).

Neste estudo, o conceito de crise do capitalismo fordista valeu-se da reflexão de WALLERSTEIN, CUTER (1984). Crise, para os autores, é uma circunstância rara, na qual um sistema histórico evoluiu para um ponto, onde o efeito cumulativo de suas contradições internas, fê-lo impossível resolver seus dilemas pelo ajustamento em seu próprio padrão institucional. A crise é uma situação, na qual o fim de um sistema histórico existente é indeterminado. Um sistema histórico tem uma vida, um princípio, um desenvolvimento e um fim. Em sua longa duração manifesta-se por processos cíclicos que constituem as conjunturas. Distinguir entre o processo estrutural e o conjuntural, entre o ritmo cíclico e a tendência secular de um sistema histórico particular é o elemento crucial na análise. Assim, quando as contradições atingem um certo nível de intensidade insuportável, pode-se dizer que o sistema histórico entrou em crise. Isto significa dizer que o desenvolvimento continuado do sistema fordista não pode ser viável por muito tempo; o fim está a vista. A transição do Fordismo ao Pós-fordismo implica na mudança de esquemas mentais e de estratégias políticas, que apontam para novas tendências.

5.1 Trabalho

A principal característica do trabalho pós-fordista é a eliminação das tarefas com alto grau de especialização por múltiplas tarefas, que exigem aprendizagem no trabalho com ênfase na co-responsabilidade do trabalhador no processo produtivo.

As novas tecnologias abrem a possibilidade de uma reconstituição das relações de trabalho e dos sistemas de produção em bases sociais, econômicas e geográficas inteiramente distintas (HARVEY, 1996; PIORE, SABEL, 1984) e testemunham que existe uma grande transformação no modo de produção capitalista hodierno, que ultrapassam os antigos modos de ver o mundo dos séculos XIX e XX.

A hegemonia tecnológica se divide entre Estados Unidos, Japão, França, Canadá e Alemanha e as escolas com seus currículos não estão dando conta de formar profissionais polivalentes, que deverão estar na vanguarda da pesquisa e do desenvolvimento. Particularmente, os Estados Unidos controlam cerca de 70% dos bancos de dados mundiais (FIGUEIREDO, 1986) e com este domínio parece que pode fazer com que os outros se subordinem a sua escolha.

Diferentemente do Fordismo, onde se requeria uma normalização das tarefas, que tornava possível definir um posto de trabalho através de um certo número de variáveis padronizadas; no Pós-fordismo as tarefas são complexas, a natureza e a duração dos gestos não podem ser pré-estabelecidos e calculados a partir de uma matriz. Como fica claro, o estudo dos tempos e postos de trabalho só podem ser aplicados às tarefas simplificadas ao máximo, aonde tenham sido eliminadas todas as contingências humanas. Se a tarefa permanece complexa, exigência para um trabalhador multiespecializado, ela requer iniciativa, criatividade e reflexão. Logo, o operário conserva o poder de determinar seu próprio modo de trabalhar, a velocidade de seus gestos e a intensidade de seu esforço, inventando simplificações. Nesta situação, o patrão não dispõe de nenhum meio seguro, que lhe possibilite saber se o operário está lhe fornecendo o máximo do que é capaz. O preço da criatividade paga pelo patrão possibilita ao trabalhador uma certa liberdade. No Fordismo, o trabalho ao se tornar idiotizado, não pretendia somente aumentar a produtividade, mas

reduzir ao máximo qualquer parcela de poder do empregado. Se o Pós-fordismo, por um lado trouxe consequência para o trabalhador, por outro abre-lhe a possibilidade de fazer com que o patrão viva no fio da navalha, sob o risco do operário se servir de sua criatividade contra quem o explora. É nesta face dos sistemas complexos homem/máquinas/mundo, que o capital movimenta-se .

Este cenário gera uma desordem no mundo do trabalho e amplia as dificuldades de construir formas emergentes de transformação. MATTOSO demonstra sua preocupação com a forma, pela qual surge um novo padrão produtivo oriundo da III Revolução Industrial⁸ e que gera a desordem do trabalho:

Em resposta a crise que explode nos anos 70, a emergência da Terceira Revolução Industrial e de um novo padrão tecnológico e produtivo, com as características que assumiriam sob a modernização conservadora, terminariam por romper, no limiar do século XXI, as articulações das antigas relações sociais e salariais daquele padrão de desenvolvimento. O mundo do trabalho passaria, então por uma verdadeira revolução de suas bases estruturais com a geração de múltiplas inseguranças que contribuiriam para uma intensa desordem do trabalho (1995:56).

Nas relações de trabalho, a desativação das plantas industriais concentradas nos grandes e tradicionais centros industriais e as perspectivas negativas para o futuro do emprego, enfraqueceram os sindicatos, *que nas negociações coletivas foram obrigados a fazer concessões econômicas e políticas, por um lado, na esperança de garantir o emprego futuro e, por outro, para permitir uma flexibilidade das relações de trabalho*

⁸ III Revolução Industrial (1970/1980) caracteriza-se pela velocidade da informação, alta tecnologia, novos mapeamentos de mercado e complexas questões sociais.

que postergasse as decisões das grandes empresas voltadas para a implantação de novas plantas altamente automatizadas (DEDECA, 1997:51).

Muito há por ser esclarecido no caminho da transição, mas já se sabe que a predominância da rotação de cargos, do trabalho em equipe e de outras formas de flexibilidade funcional em amplos segmentos da força de trabalho são variáveis, as quais se têm que conviver no novo mundo do trabalho.

KORNIS alerta que, no curso da Terceira Revolução Industrial, desenvolveu-se a questão mais relevante para o futuro da sociedade moderna: *a transformação dos processos de trabalho, esgota-se o trinômio crescimento econômico/estabilidade monetária/ pleno emprego de sustentar o ciclo expansivo do Fordismo no pós-Guerra Mundial* (1998:96). E acrescenta:

A flexibilização do trabalho seria determinada pela afirmação do novo paradigma de produção industrial de massa de bens diferenciados e do sistema integrado de produção flexível que lhe é conseqüente. Além dessa determinação anterior, a flexibilização do trabalho acaba por determinar o advento de um novo trabalho - polivalente, qualificado, participativo- e, sobretudo, a sua distinção em face do trabalhador fordista: especializado, parcializado e desqualificado (Boyer, 1986; Coriat, 1990 apud KORNIS, 1998).

Neste novo paradigma da produção industrial, a revolução da microeletrônica tem importantíssimas implicações econômicas, permitindo ganhos de produtividade com a redução dos custos operacionais. Paulatinamente vem se substituindo uma economia industrial por uma economia da informação. Mais do que nunca a informação é poder. Se o poder já esteve concentrado nas mãos dos donos de terra, na mãos dos donos das indústrias, ele passa agora às mãos dos detentores da informação, novos donos do capital.

A soberania nacional é agora determinada pelo controle do fluxo de informação, que garante a competitividade internacional para os seus produtos.

As relações de trabalho no chão da fábrica ou geradas pelo trabalho terceirizado formal ou informal estão muito afastadas do tipo ideal de cooperação entre trabalhadores entre si e estes e seus supervisores. A organização do trabalho, embora privilegiando o trabalho em equipe altamente cooperativo, tem resultado em competição acirrada entre seus membros, geradas pela pressão da velocidade dos avanços tecnológicos e pelo mercado de trabalho caracterizado por níveis altos de desemprego. Neste mundo, surgem três categorias de trabalhadores: *os produtores de rotina, os servidores pessoais e os analistas simbólicos*. Nas duas primeiras, os trabalhadores executam tarefas repetitivas, mas apenas os servidores pessoais têm contato com os usuários. A terceira, é formada por solucionadores de problemas complexos e estão comprometidos com a educação continuada, que lhes possa garantir o aperfeiçoamento contínuo. A educação necessária para formar analistas simbólicos deverá desenvolver quatro habilidades: pensamento abstrato, raciocínio sistêmico, capacidade de experimentação e capacidade de colaboração (REICH, 1994).

As negociações trabalhistas foram permitindo uma flexibilização nos contratos de trabalho criando o regime parcial/temporário e o gerenciamento flexível da jornada de trabalho. Paralelamente surge maior autonomia dos sindicatos em procederem negociações descentralizadas. Todas estas alterações foram ocorrendo num contexto de instabilidade econômica e sob uma perspectiva de modernização produtiva centrada na questão tecnológica. As empresas passaram a formular políticas salariais próprias (reguladas por mecanismo de mercado e não por negociações coletivas), que tentavam atenuar a mobilidade ocupacional, exigida pelas inovações tecnológicas e multitarefas dos

empregados, as quais geravam tensão na relação capital-trabalho. Não bastava mais que o trabalhador fosse eficiente, era necessário que sua produtividade estivesse entrelaçada com as dos demais companheiros (também eficientes), resultando num rendimento coletivo dentro de tarefas complexas (DEDECA,1997).

A produção em *alta escala* é substituída pela produção em *alto valor*, como explica REICH:

Na empresa de alto valor, os lucros não provêm de escala nem de volume, mas da descoberta contínua de novas ligações entre soluções e necessidades.(...) Todas as empresas de alto valor estão na área comercial de prestação de tais serviços” (1994:79)

A mudança da feição do trabalho ainda não foi assimilada totalmente por todos os setores produtivos, particularmente no de prestação de serviços, onde se insere a Alimentação Coletiva.

5.2. Capital Produtivo

No Fordismo, as exigências para entrar no jogo do mercado se restringiam em aumentar a produtividade e baratear custos unitários de produtos padronizados, o que era obtido por economia de escala à custa de enormes plantas industriais. O alcance de tal objetivo estava vinculado ao acesso fácil ao crédito para investimentos e comercialização dos produtos, o que implicava numa relação mais estreita entre indústrias e bancos.

Com a meta de atingir níveis mais elevados de produtividade e de redução dos custos operacionais, o Pós-fordismo incorpora a informática e a robótica nos processos produtivos, reorganizando-os visando maior flexibilidade e ajustes da produção à venda.

A passagem do modelo energético ao informacional, segundo BERTEN (1991), encontra uma realidade complexa. Ele acredita que um dos elementos determinantes desta transformação foi o encontro das possibilidades tecnológicas, nascidas das descobertas das sociedades industriais, com a necessidade econômica destas sociedades. Por outro lado, essas tenderam para o gigantismo e concentração do poder decisório. Os problemas de gestão destes enormes complexos, a coordenação e o tratamento de todas as informações necessárias à pilotagem correta das empresas criam dificuldades quase insuperáveis. O desenvolvimento da eletrônica permitiu prever um tratamento racional da informação. Assim, pode-se falar de um modelo cibernético ou informacional. As máquinas agora não são idealizadas para desenvolver a energia humana ou natural, mas para superar a velocidade limitada do homem em realizar tarefas intelectuais repetitivas. Sua função é tratar a informação, tanto a título de matéria prima como de produto. No setor tecnológico, a informação assume uma importância ilimitada, dado o volume e o investimento em pesquisa. A informatização também muda a noção de trabalho. A representação do trabalho no modelo energético é de uma atividade produtiva, no sentido da produção material; no modelo informacional, a concepção de trabalho *obriga, talvez, a pensar de outro modo a idéia de uma reconstrução da história e a introduzir de maneira pertinente os processos cognitivos como processos interpretativos essenciais* (BERTEN, 1991: 33). BERTEN reafirma que a informação é de qualquer maneira rebelde a um tratamento puramente econômico. A base das trocas econômicas, que implicam com efeito alienar um produto, aqui se desfaz. Ele lembra que alguém pode perfeitamente dar uma informação, sem a perder, e mesmo vender uma informação sem se desfazer dela. Daí a extraordinária complexidade do direito de propriedade intelectual e do direito de comunicação hoje. E conclui dizendo: *“certamente, é necessário ainda introduzir na reflexão as inflexões*

teóricas que emergem das teorias da informação e do desenvolvimento da teoria dos sistemas. (1991:34-35).

A gestão empresarial procura simplificar as hierarquias e terceirizar as atividades meios, focando energias nas atividades fins. O que reduz sobremaneira a dimensão das plantas industriais.

A adoção da terceirização está vinculada à simplificação e agilização da estrutura e processos das empresas, permitindo aumentar a produtividade e a competitividade, ao mesmo tempo que enxuga os custos. A terceirização surgiu com o processo de verticalização⁹ sofrido pelas empresas. Como o volume de produção cresceu e o mercado não, a oferta superou a demanda e as empresas começaram a competir duramente. O mercado passou a definir o que desejava comprar e as empresas sentiram a necessidade de atender às exigências deste mercado.

Esta nova organização abre espaço para novos arranjos na formação de pequenos negócios. A grande diferença é que empregados sem vínculo empregatício são os protagonistas do processo produtivo flexível.

O setor da indústria experimentou um ritmo acelerado de renovação de modelos gerenciais e desenvolvimento de novos produtos, devido às exigências do aumento da fragmentação e da complexidade do mercado que demanda uma tecnologia “flexível” e um operário pluriqualificado.

Há inúmeros problemas envolvidos no contraste entre o sistema de produção em massa e o de produção flexível, superáveis por meio de inovações organizacionais, que implicam em compreender a nova situação de mercado sobre a organização do trabalho e a divisão espacial da produção.

⁹ Verticalização: é a dedicação de uma empresa a uma atividade específica (SANDRONI, 1994)

Neste novo paradigma a produção caracteriza-se por pequenos lotes, variedade de tipos de produtos e eliminação dos estoques de matéria prima. O controle de resultados finais é substituído por um sistema integrado que detecta erros imediatos rejeitando produtos defeituosos durante o processo. Este procedimento reduz tempo perdido com retrabalho. A concepção dos produtos está voltada para a demanda e as exigências individualizadas do consumidor, o que favorece a redução do volume de produtos em estoque para a venda. A redução dos custos variáveis efetiva-se através da minimização dos desperdícios de matéria prima e da subcontratação da mão de obra. As plantas robustas das fábricas, caracterizadas pela especialização espacial funcional, são substituídas por espaços agregados multifuncionais, o que possibilita a proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas. Este tipo de produção é conhecida como *enxuta* (RIFKIN, 1995).

As plantas de produção em Alimentação Coletiva também substituíram em seus arranjos físico, a concepção produtiva inspirada no princípio da marcha avante, por sistemas modulados de preparo de alimentos, que possibilitam maior diversificação dos produtos. O sistema de atendimento de refeições sem opções já não é mais o preferencial. Em seu lugar, surge o self service com suas inúmeras particularidades. A adoção de alimentos pré-processados reduz as áreas de trabalho. No entanto, exigem um monitoramento dos fornecedores, cujos produtos entrarão diretamente na produção. Elimina-se espaços para grandes estoques de matéria prima e pré-preparo dos alimentos, criando-se fluxos de trabalho adaptados à diversidade da linha de produtos. Esta nova concepção de modelo produtivo acentua a importância da relação de subcontratação entre grandes empresas de Alimentação Coletiva e grandes e pequenas empresas fornecedoras de alimentos “in natura” e produtos alimentares. Os novos

tempos impõem maior diversidade de produtos, devido à exigência de mais liberdade nas escolhas das preparações alimentares para a composição das dietas, em lugar de uma produção em massa de refeições padronizadas a baixos custos, como era realizado sob a perspectiva fordista.

A experiência internacional mostrou que no atual estágio de globalização da atividade econômica, a eficiência produtiva requer a especialização em nichos de produtos e mercados. A concorrência dá-se por diferenciação de produto e o comércio tende a tornar-se intra-industrial, ou seja, especialização em seguimentos intra-setoriais por oposição à especialização intersetorial.

A maioria da diferenciação de produtos observada nas economias modernas é uma resposta natural e rica para as demandas do consumidor, uma vez que os desejos das pessoas são diversos (HAY, MORRIS, 1991).

Algumas firmas, dentre as mais bem sucedidas no mundo industrial parecem ter se permitido uma estratégia mista em suas plantas, ou seja, o renascimento das formas artesanais de articulação entre concepção e operação aliada às tecnologias avançadas, possibilitada por equipamentos rígidos e ilhas de flexibilização. A própria Alimentação Coletiva vem experimentando esta estratégia, quando opta por cozinhas centrais para produção e unidades periféricas de atendimento.

PIORE, SABEL (1984) criticam duramente os empresários ao afirmarem que os homens de negócios não sabem mais quais produtos fabricar, nem quais procedimentos utilizar, nem mesmo repartir a autoridade no seio de sua empresa.

Os empresários deveriam ter em mente que o sistema produtivo Pós-fordista vem se configurando a partir de: a) otimização de recursos (equipamento, mão de obra, matéria prima e informação; b) integração entre pesquisa, desenvolvimento de novos

produtos e serviços, novas configurações organizacionais de produção e de rede de vendas; c) produção do que se vende, graças a uma observação contínua e detalhada do mercado e d) opção por bens diferenciados de qualidade a custos decrescentes (BOYER, DURAND, 1993).

Esta é a tendência de difícil reversibilidade, a qual o setor produtivo deverá se ajustar.

5.3. Setor Produtivo Estatal

O Pós-fordismo envolve mudanças no padrão do desenvolvimento, criando um vasto movimento no sentido do setor terciário (serviços), bem como complexos industriais que extrapolam os muros das fábricas. O paradigma pós-fordista parece implicar níveis relativamente altos de desemprego estrutural criando excedente de mão de obra (desempregados ou subempregados), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e mudanças marcantes nas relações sindicais.

Numa economia de mercado há muito pouco espaço para o exercício da política industrial. Enquanto a política industrial do passado apoiava-se na proteção às vendas no mercado interno e o emprego de instrumentos fiscais para compensar os efeitos da proteção sobre o viés provocado pela não exportação de manufaturados; hoje, a eliminação dos incentivos tributários às exportações de manufaturados sinaliza a importância de manter-se o processo de redução das alíquotas do imposto de importação. O grande problema é o ajustamento da política econômica às tarifas externas. Numa economia de mercado, cabe ao Estado assegurar ao empreendedor a decisão do risco, na expectativa do retorno, definindo regras claras, estáveis e

universais. Mudanças constantes nas regras aumentam os custos de transação dos agentes econômicos e aumentam a incerteza, reduzindo os investimentos. Se o mercado é competitivo, os monopólios e oligopólios devem ser eliminados. Teoricamente, o livre fluxo de bens e serviços e a liberdade de entrar no mercado são as maiores garantias contra a exploração do poder de monopólio e o abuso do poder econômico. Os preços devem ser livremente formados pelas forças do mercado, sem qualquer interferência ou controle governamental. Congelamentos ou controles artificiais de preço devem ficar restritos a casos extremos de grave conturbação nacional. Deve-se manter livre os fluxos dos fatores de produção para não limitar investimentos e acesso às novas tecnologias. No que concerne à política salarial, não deverá haver qualquer intervenção à livre negociação entre empregados e empregadores, ficando o aumento do salário vinculado ao aumento da demanda de trabalho gerada com o crescimento econômico e à melhoria da qualificação e da produtividade da mão de obra. Reduz-se também a intervenção do Estado nas políticas previdenciárias, consideradas responsáveis por introduzir distorções no mercado de trabalho. O Papel do Estado é mudado, de gestor passa a articulador, mobilizador e catalizador da modernização. *Suas funções estariam concentradas em prover a necessária infra estrutura e em promover a capacitação tecnológica, a qualidade e a produtividade, quando mostram a clara existência de externalidades*¹⁰ (CAIUBY, FRENDR JUNIOR., 1993: 32).

Quais foram as conseqüências da adoção de uma economia de mercado?

¹⁰ Externalidades - Benefícios ganhos pelas unidades produtivas que se formam em decorrência da expansão de uma indústria ou de um setor industrial e/ou benefícios auferidos por uma indústria quando a região em que se localiza dispõe de boa infra-estrutura (SANDRONI, 1994).

O desemprego tornou-se estrutural deixando de ser uma crise conjuntural, uma vez que o novo processo capitalista opera por exclusão no mercado de trabalho e consumo.

A adoção da terceirização expandiu-se deixando de ser um suplemento à produção, que agora não mais se realiza na forma de plantas industriais, onde era concentrado todas as etapas da produção – da aquisição da matéria prima à distribuição dos produtos, mas opera por fragmentação e dispersão do processo de produção com a compra de partes do produto.

A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converterem em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade, que se tornam agentes econômicos diretos. E ainda, cria-se um monopólio de conhecimentos gerado pela força capitalista. NOE critica os mecanismos de globalização que controlam o desenvolvimento tecnológico, apesar de facilitarem a transferência de atividades entre países.

A globalização beneficia os agentes que controlam a tecnologia em detrimento das organizações sindicais. Por outro lado, as empresas transnacionais escapam ao controle dos Estados, na medida em que estão capacitadas para transferir atividades produtivas de um país para outro. (...) No quadro das políticas de globalização e ajuste estrutural, nas quais o modelo neoliberal se desenvolve e se estende cada vez mais, as transformações mundiais colocam o conhecimento como fator principal da competitividade dos países no século XXI (1996:33-34).

Houve a expansão em ritmo acelerado do mercado financeiro internacional, com vultuosas cifras de compra e venda de divisas, explicada pela mudança profunda nas

relações entre o mercado e os Estados, que passaram a depender da confiança deste mercado para seus investimentos e implementação de suas políticas públicas.

Neste cenário, o capitalismo rejeita a presença estatal, tanto no mercado quanto nas políticas sociais. A imagem do Estado Nacional é esquecida e o centro nervoso da economia encontra-se nas mãos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

A participação do Estado no setor produtivo caracteriza-se pela desregulação¹¹. A negociação coletiva dá lugar a negociações locais, ou por empresas, levando-se em consideração a individualização. A seguridade social é paulatinamente privatizada e o Estado muda seu papel na trama social: passa de "subsidiador" à "empreendedor". O Estado (nos países centrais) financia a pesquisa que interessa às suas prioridades desenvolvimentistas.

A crise do modelo fordista tornou imperativo a busca de uma nova ordem. Enquanto no período 1945-1975 (os trintas anos gloriosos) viveu-se a retomada do crescimento e do desenvolvimento da economia, nos 90 sofre-se o impacto do desemprego industrial, que induz a flexibilização dos modelos rígidos de gestão administrativa e de processos de produção (BOYER, DURAND, 1993).

Finalmente, a transição do Fordismo para a acumulação flexível, a partir dos anos 70, tem trazido dificuldades aos teóricos para a formulação de uma teoria, tanto para marxistas como para liberais. As análises estão afeitas às vantagens e desvantagens do novo empreendimento, às relações de poder e às transformações no

¹¹ Desregulação, antônimo de regulação - "nós não empregamos mais a palavra regulação dentro da concepção corrente: a regulação tal como nós a entendemos, não deve ser confundida com *a intervenção do Estado sobre os mercados privados*. Nossa concepção de regulação engloba, de fato, todos os aspectos que podem assumir o fenômeno: da mesma forma, o papel importante que determinados sistemas econômicos confiam ao Estado na regulação dos mercados. (Boussard In: PIORE, SABEL, 1984).

campo tecnológico e no processo de trabalho. Na verdade, o fenômeno não é dicotômico, mas traz pontos de continuidade e outros de ruptura.

A crise do modelo fordista está posta (BOYER, DURANT,1993; REICH,1994; MATTOSO,1995; HARVEY,1996; NOE,1996; DEDECA,1997; KORNIS,1998; CASTEL,1998).

PIORE, SABEL comparam-na a uma pane dos dispositivos da auto-regulação do sistema econômico e ela

se explica pela tendência das economias industriais a ultrapassar as estruturas institucionais, nas quais elas têm encontrado refúgio e não poderá corrigir se não criar uma nova estrutura capaz de assumir a estabilização e a coordenação da economia no estado de crise onde ela se encontra (1984:11).

Existe uma ameaça ao sonho do "cidadão pleno" e na opinião de CASTEL, o poder público é a única instância capaz de reconstruir a coesão social. Mas de que forma?

A resposta está vinculada à participação do Estado na tentativa de superação da crise do modelo Fordista como explica o autor:

O recurso é um Estado estrategista que estenda amplamente suas intervenções para acompanhar esse processo de individualização, desarmar seus pontos de tensão, evitar suas rupturas e reconciliar os que caíram aquém da linha de flutuação. Um estado até mesmo protetor porque, numa sociedade hiperdiversificada e corroída pelo individualismo negativo, não há coesão social sem proteção social (grifo meu). Mas esse estado deveria ajustar o melhor possível suas intervenções, acompanhando as nervuras do processo de individualização (1998:610).

A crise atual coloca em jogo não somente o destino da estrutura reguladora, mas também os próprios mecanismos que governam a economia e está claro que a sua

sobrevivência passa pela adoção de tecnologias e de estruturas organizacionais flexíveis, que não poderiam mesmo serem concebidas na etapa anterior da produção em série.

5. 4. Nutrição

A concepção do produto final em Alimentação Coletiva evoluiu. Inicialmente, padronizado para consumo de massa, ele vai se diversificando, numa tentativa de romper com a monotonia imposta pelos serviços de cafeteria sem opção próprios do período fordista, até aos atuais self services, com múltiplas opções. Os progressos técnicos disponíveis viabilizam inclusive o desenvolvimento de uma alimentação, que tenta reproduzir costumes de diferentes regiões e/ou crenças filosóficas: comida oriental, dieta mediterrânea, dieta vegetariana, macrobiótica etc. PROENÇA (1997; 1999) adverte para os riscos nutricionais da liberdade de escolha de alimentos sem conhecimento dietário prévio, quando o equilíbrio alimentar, embora tenha o seu controle dificultado pela multiplicação de opções disponíveis (mas plenamente atingível através da educação nutricional), aparece valorizado pela conscientização da importância da alimentação na manutenção da saúde. É a busca pela qualidade dos alimentos que reflete, além do seu valor nutricional, as preocupações com processos de produção e conservação dos mesmos que valorizam tudo o que é natural, fator este estimulado pela consciência ecológica. Outra vertente destes aspectos é o desenvolvimento dos produtos dietéticos, que permitem a produção adequada a vários tipos de disfunções que podem ser tratadas através da alimentação.

As inovações tecnológicas no mundo contemporâneo do trabalho reduziram o dispêndio energético, devido a automatização de processos laborais e paradoxalmente as múltiplas opções de produtos alimentícios levaram os indivíduos a consumirem mais.

Assim, se resolvido o problema da fome endêmica, esta situação conduziria em ampla medida, às prescrições da dietética: SORTINELLI aponta para esta aporia:

(...) no limiar do ano 2000, existem pessoas que morrem por causa da falta de alimentação ou sofrem pela falta de proteínas, calorias, vitaminas, enquanto outras estão abatidas com o problema oposto e submetem-se a dietas esgotantes e caras, inclusive a intervenções cirúrgicas, para limitar os estragos estéticos e fisiológicos causados pela superalimentação e a obesidade (1998:804).

As exigências da vida moderna fazem do tempo a variável mais importante para analisar comportamentos alimentares. O comensal espera um produto de excelente qualidade sanitária, sensorial e nutricional, ambiente agradável, serviço com certa personalização, mas o tempo de atendimento não pode ser negligenciado, o que significa ausência de filas e improvisações. Cumprir todas estas exigências do comensal contemporâneo faz com que o Setor de Alimentação Coletiva esteja em sintonia com os avanços da Tecnologia de Alimentos.

Na era pós-fordista o destaque a ser dado na evolução tecnológica da indústria de alimentos está vinculado às fontes proteicas alternativas, ou seja, proteínas oriundas do petróleo ou derivadas de microorganismos unicelulares, tal como leveduras, bactérias e fungos, genericamente conhecidas como “single cell protein-SCP (BERG,1973, WILKINSON,1989). Os alimentos funcionais¹² (VERGARA,2000; LIEVENSE, MANTOAN,2000; SILVA, STAMFORD,2000; ISOLAURI,1998) se tornaram tão populares que já constituem alternativas dentre os produtos oferecidos em alguns self

¹² Alimentos funcionais: apresentam alegação de propriedade funcional “ à saúde: fibra alimentar, ácidos graxos ômega-3 ou série n-3, os fitosteróis e os probióticos.

services. Os clientes procuram por biscoitos de fibra, óleo vegetal virgem de oliva, leites diferenciados, leites fermentados.

A biotecnologia mostrou sinais de iniciar uma força real para mudanças no sistema alimentar. Em 1986 aparecem registros de técnicas e processos biogénéticos de controle. Artigos discutiam a modificação genética de enzimas e seu uso na produção de ciclodextrina, queijo, iogurtes e outros alimentos e aditivos.

ELLAHI (1996) acredita que a justificativa para o uso de produtos modificados geneticamente é a possibilidade de redução dos fertilizantes, dependência reduzida de controle químico, melhor flavor e textura de legumes e frutos e possivelmente benefícios à saúde. No entanto, há grande polêmica sobre o tema.

Os alimentos orgânicos, aqueles que contêm pouco ou nenhum pesticida, não têm alcançado grande sucesso em Alimentação Coletiva. MIKKELSEN (1993) relata que alguns problemas existem para a adoção do produto, entre eles: um número limitado de alimentos, nenhuma garantia de suprimento, qualidade instável, nenhum produto de conveniência e preços altos. Alimentos orgânicos pré-processados ou supercongelados são quase inexistentes e a distribuição freqüentemente é cancelada. Embora os comensais que lhes dão preferência referem-se a seu valor nutricional, estudos realizados pelo autor revelaram existir muita pouca evidência que alimentos orgânicos possuam maior valor nutricional.

Parece que a Alimentação Coletiva, atualmente, não pode prescindir dos alimentos “diet”¹³ e “light”¹⁴. A força da mídia fê-los participar dos hábitos alimentares das pessoas que fazem uso por razões dietoterápica ou estética.

¹³ Alimentos diet: a sacarose foi substituída total ou parcialmente por outra substância que permite uma redução das calorias sem alterar seu sabor adocicado (MONEGO et al.,1994)

¹⁴ Alimentos light: baixo nível calórico

No que concerne ao processo produtivo, RIBEIRO NETO (1998), acredita que a tendência tecnológica para a Alimentação Coletiva está em cozinhas compactas com arranjo físico mais elaborado e equipamentos de melhor performance (mais potentes e adaptáveis). Os fornecedores já produzem a quarta geração de fornos (os combinados), que funcionam por convecção simples ou convecção forçada, com ou sem vapor, com ou sem pressão.

A evolução dos produtos alimentares permite classificá-los em cinco grupos: a) primeira geração – “*in natura*” b) segunda geração - conservas, c) terceira geração - branqueados e supergelados; d) quarta geração - vegetais crus descascados, subdivididos, embalados e resfriados; e) quinta geração - acondicionados, cozidos e resfriados ou cozido, acondicionado e resfriado, o que se costuma chamar – *sous vide*¹⁵. Os itens “b”, “c” e “d” fazem parte do grupo dos *semi-processados* e o item “e”, dos *processados*.

PROENÇA resume o processo produtivo avançado, quando se mesclam novos produtos e processos e o sistema de produção em escala:

Salienta-se que o surgimento de novos produtos alimentícios e equipamentos pode ser utilizado para expandir o rol de opções, aumentando as possibilidades de combinações. Exemplos franceses demonstram que a capacidade de produzir utilizando várias gerações de alimentos mostra-se mais eficaz para a UAN (Unidade de Alimentação e Nutrição), tanto do ponto de vista econômico como organizacional. A escolha por recorrer aos diversos tipos de alimentos disponíveis torna-se viável, não somente em função do preço da refeição como também da disponibilidade de pessoal e material.”(1999:50).

¹⁵ *sous vide* – sob vácuo

Esta solução aproxima-se da transição pós-fordista, quando busca a diminuição de tarefas repetitivas de pré-preparo e cocção com redução expressiva de equipamentos, mudanças de fluxo de trabalho, operadores com habilidade polivalente para a execução de tarefas e planejamento de produção a partir da demanda, privilegiando o “just in time”¹⁶.

Diferente de muitas outras indústrias, a Alimentação Coletiva não mudou radicalmente seus métodos, deslocou-se paulatinamente da arte para a técnica. A Alimentação Coletiva trabalha de forma intermitente, com picos de produção e períodos de inatividade. Na opinião de AMSTRONG et al.(1973), a única forma de evitar este perfil é dissociar completamente as operações de produção daquelas referentes ao consumo. As “cozinhas de montagem”, que recebem alimentos e preparações congeladas ou resfriadas para serem rapidamente regeneradas e então, convertidas em refeições nutritivas e atrativas, reduz trabalho, equipamento e espaço necessários para manter um serviço em operação.

O avanço da tecnologia também tem contribuído para a mudança dos postos de trabalho. Nos novos, exige-se cada vez mais qualificação. Quanto mais habilidade, maior a probabilidade de assegurar a empregabilidade. A palavra de ordem é multiespecialistas. Os gestores terão que ter velocidade para aprender, capacidade de realização, profundo conhecimento de seu negócio e visão prospectiva.

O processo produtivo fordista/taylorista, o qual exigia grandes plantas, está sendo substituído pelas “cozinhas de montagem”, que reduzem horas de operação e número de operadores. A consequência disto é a pulverização do processo produtivo em uma série de subcontratações sob a forma de terceirização ou quarteirização.

¹⁶ “Just in time” – conjunto de tecnologia e práticas administrativas, ancoradas na filosofia da qualidade total, que objetiva o controle do estoque, reduzindo perdas com a matéria prima, tanto no armazenamento quanto na manufatura.

Nos Estados Unidos e na Europa, a tendência acelerada é das empresas não operarem suas plantas de restaurantes industriais e tomar os serviços de firmas especializadas em produção e atendimento de refeições, permitindo-lhes mais tempo para gerir seus próprios negócios. O Brasil também fez esta opção. Ao mesmo tempo as empresas de “catereres” industriais estão mais sofisticadas e vem investindo em pesquisas (congelamento, regeneração e mecanização do atendimento) face ao desafio de prover serviço de qualidade para os clientes.

A evolução da Tecnologia de Alimentos modificou o perfil laboral, pois foi introduzido no processo produtivo novas máquinas e ferramentas e matéria prima reinventada, sendo necessário habilidade renovável. A produção flexibilizada de refeições balanceadas de padrão nutricional e sanitário, exige que os gestores estejam sintonizados com os avanços tecnológicos. Estes provocam alterações sensíveis na composição dos alimentos e por conseqüência no planejamento dietético, no processamento dietético e na biodisponibilidade dos nutrientes da dieta ofertada. Este será o desafio para o próximo milênio, harmonizar os interesses da indústria de alimentos com a dietética e a nutrição humana.

MARX, Karl Heinrich, nascido em 1818, foi o mais eminente teórico da ideologia socialista contrapondo-se aos economistas clássicos ingleses. Marx adota a teoria do valor desenvolvido pelos clássicos, pela qual o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo socialmente necessário a sua produção. No entanto, o faz integrando-a a dialética hegeliana. Nesta perspectiva, a mercadoria é uma contradição, ao mesmo tempo que é um objeto útil com valor de uso, tem um valor de troca que esconde uma apropriação do trabalho do empregado e que não é remunerada pelo capital. Nesta dialética, Marx flagra seu tema central, a problemática da alienação que se concretiza através das relações entre capital/trabalho, as quais favorecem a acumulação capitalista a partir da mais-valia. Esta forma de ver o valor do trabalho humano sugere a fragmentação do potencial global do trabalho. (MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS e outros textos escolhidos/Karl Marx, 1978).

ii TAYLOR, Frederick: Winslow nascido em 1856, tornou-se especialista em organização sistemática de fábricas e propagador da organização científica do trabalho: decomposição em tarefas, organização, definição dos movimentos, normas, e remuneração que incite o respeito à norma. Ele desenvolveu uma forma de melhorar a qualidade da administração industrial baseada em princípios científicos. Sugeriu que a produção eficiente em uma fábrica seria grandemente aumentada pela observação individual do trabalhador (PALGRAVE, 1987).

iii FORD, Henry, nascido em 1863, na mesma linha de raciocínio de Taylor, avançou na administração científica, ao criar a "linha de montagem", ou seja, empregados dispostos em ordem de operação com movimentos repetidos e padronizados dispensam a qualificação do operário e possibilita a redução do custo do produto (carros) e por conseqüência aumenta o volume de venda. Sua concepção industrial era simples: reduzir o preço do produto, aumentar o volume de vendas, melhorar a eficiência de produção, aumentar a produção para vender ainda a preços mais baixos e então repetir o ciclo indefinidamente. Sua forma de gerir a produção possibilitou a fabricação do primeiro carro para um mercado de massa. Ele estabeleceu os princípios do trabalho em produção de escala (PALGRAVE, 1987).

iv Keynes, Jhon Maynard, nascido em 1883, tornou-se o economista pioneiro da macro-economia. Em sua principal obra "A teoria geral do emprego, do lucro e da moeda" escrita durante os anos da Grande Depressão - 1929, realizou estudos sobre emprego e ciclo econômico conduzindo a uma nova relação entre Estado e o conjunto de atividades econômicas. Sua obra foi de encontro aos dogmas econômicos dos marginalistas que acreditavam no equilíbrio do mercado sem a intervenção do Governo. Para eles jamais haveria superprodução, pois a cada venda correspondia uma compra. Ele demonstrou que numa economia capitalista é possível receber sem gastar o dinheiro ou seja, vender sem comprar. A aplicação lucrativa do dinheiro faz a demanda reduzir a atividade produtiva e por conseqüência surge o desemprego. Esta situação só pode ser resolvida por meio de investimentos capazes de assegurar o pleno emprego e influenciar a demanda. Para que a economia encontre seu equilíbrio sem gerar altas taxas de desemprego é necessário que o Governo intervenha no mercado com uma política adequada de investimento e incentivos capaz de gerar a demanda efetiva, mantendo altos níveis de renda e emprego. O Estado precisa ser dotado de instrumentos de política econômica que permitam: a) regular a taxa de juros, mantendo-a abaixo da expectativa de lucros, b) incrementar o consumo por meio da expansão dos gastos públicos, c) expandir os investimentos através de empréstimos públicos capazes de absorver os recursos ociosos (PALGRAVE, 1987).

CAPÍTULO II

A ALIMENTAÇÃO COLETIVA COMO COMPONENTE ESTRATÉGICA DO SISTEMA PRODUTIVO: a Nutrição enquanto elemento de promoção da saúde.

A Alimentação Coletiva vivenciada nos dias de hoje, caracteriza-se por uma atividade econômica orientada para um mercado competitivo e é dirigida mais para ganhos lucrativos, embora se diga preocupada com a qualidade de vida. Este aspecto é uma das formas encontradas para validar a qualidade de seus produtos e serviços e ainda diferenciá-la das demais produtoras de refeições e/ou alimentos.

Existe uma diferença entre a Alimentação Coletiva e qualquer outro processo produtivo de alimentação para o público, ou seja, produzir preparações alimentares que permitam compor um cardápio ajustado às recomendações nutricionais da clientela. Isto pode ser alcançado através de um planejamento dietético, norteado pelos quatro princípios propostos por Escudeiro: qualidade, quantidade, adequação e harmonia (TEICHMANN, 1990). Estes princípios são operacionalizados através de processos físicos e químicos, aos quais os alimentos são submetidos durante o processamento das preparações componentes do cardápio oferecido.

A mudança comportamental dos comensais fez com que o atendimento de refeições coletivas evoluísse dos serviços de cafeteria sem opção, do tipo “bandejão”, para os self-services de diferentes padrões de sofisticação.

O processo produtivo fordista/taylorista, caracterizado pela produção em massa de dietas padronizadas, realizado em grandes cozinhas industriais, está sendo substituído, principalmente nos países capitalistas avançados, por “cozinhas de montagem ou de finalização”. Nestas cozinhas periféricas, os alimentos chegam das cozinhas centrais pré-elaborados ou totalmente elaborados, resfriados ou congelados, restando somente as operações de regeneração por calor seco ou úmido e a montagem dos pratos ou bandejas.

Assim, as horas de operação e contingente de operadores são significativamente reduzidos. A consequência disto é a pulverização do processo produtivo em uma série de subcontratações sob a forma de terceirização ou quarteirização (LANZILLOTTI, 1996).

A adoção de uma política de maior liberdade nas escolhas das preparações alimentares – "opção pré-marcada", "self-service" e "refeições a quilo", a partir dos anos 80, trouxe como consequência um novo contexto nutricional, onde as possibilidades de consumo de uma dieta equilibrada em princípios nutritivos reduzem-se, levando ao aumento do risco de doenças oriundas de comportamento alimentar incorreto, como por exemplo as cardiovasculares. Artigos em revistas especializadas apontam para as consequências da adoção desta nova atitude:

Hipertensão arterial, diabetes (mellitus) tipo II (2), hiperlipemias e artropatias são manifestações da síndrome plurimetabólica que, juntamente com o estresse mental, constituem os principais males que afetam, organicamente, a população adulta neste final de século. A mudança do estilo de vida tem sido responsabilizada, pelos epidemiologistas, como agente comum a todos esses malefícios (...) Assim, do abuso do sal, do carboidrato simples, dos alimentos gordurosos, da falta de vegetais e frutas. Agravados pelo alcoolismo, tabagismo, depressão e estresse. houve a explosão de adultos mórbidos. Talvez, como principal causa de morbidade, figura o sedentarismo decorrente do estilo de vida moderno. (...) há a obesidade que já acomete 11% da população americana, 7% do mundo e 9% dos brasileiros (A ATIVIDADE física e a alimentação adequada, 1999).

Se o Serviço de Alimentação Coletiva é gerido por um nutricionista pode-se garantir os cálculos de valor nutritivo dos cardápios oferecidos e a promoção de programas de educação alimentar para a clientela, uma vez que estas atividades se incluem nas suas atribuições como determina a resolução 200/98 – (CFN estabelece atribuições do nutricionista..., 1998). Ela ainda deverá integrar a equipe de atenção à saúde ocupacional.

MELLO ao escrever sobre a importância das refeições no local de trabalho, afirma que para atingir seu objetivo devem ser confeccionadas de acordo com a reposição necessária para cobrir o desgaste físico da coletividade trabalhadora, equilibrada em valor nutritivo e orçamentário, uma vez que a *"cozinha dietética é, sobretudo, econômica porque é calculada por quocientes fixos, não há desperdícios, sobras etc., havendo, pelo contrário, aproveitamento de tudo que representa valor nutritivo"* (1979:22).

Pesquisa (KIRK et al., 1989) realizada no Texas com 300 empregadores e 300 nutricionistas na área de Alimentação Coletiva para estabelecer a tendência de emprego para este profissional no comércio e na indústria revelaram que a maioria dos empregadores (72%) acredita que existe uma tendência para contratá-los que vem ganhando expressão. O propósito de contratar nutricionistas varia com o tipo de organização. Os empregadores justificam a contratação pelo aumento das vendas, consequência da imagem do nutricionista como um agente de saúde. A melhoria na credibilidade da organização atingiu 20%. Foi, inclusive, constatado melhor compreensão das exigências da clientela, quanto a concepção dos produtos, privilegiando a interação entre necessidades nutricionais e expectativas do consumidor.

KIRK, DALY (1992) em um artigo sobre a contribuição significativa dos "Catering" para a dieta de uma ampla proporção da população britânica mostra os riscos nutricionais advindos da atitude do setor em planejar produtos, cuja responsabilidade é promover um tipo de cardápio que o cliente quer. Isto conduz ao erro de acreditar que nutrição é importante somente em áreas limitadas do "catering".

As bases das recomendações do “Committee on Medical Aspects of Food” – 1991,

- Redução da gordura total da dieta ($\leq 30\%$ da energia)
- Redução do consumo de gordura saturada ($\leq 10\%$ da energia)
- Redução de sal
- Redução da ingestão de leite com açúcar refinado (1)¹
- Aumento da ingestão de fibras alimentares

para melhorar a dieta britânica não vem sendo seguidas pelos alimentos oferecidos nos “fast food”- ricos em gorduras e contendo grandes quantidades de sal. Enquanto o governo britânico, através de campanhas de Educação à Saúde, está constantemente encorajando os consumidores a fazer escolhas de alimentos saudáveis, um grande número da sociedade está militando contra tais escolhas. KIRK, DALY (1992) relatam que pesquisas têm mostrado claramente que a população jovem sabe quais alimentos são saudáveis para eles, mas eles nunca os seleciona entre seus alimentos favoritos. Por outro lado, eles falam sobre a dificuldade que as indústrias de “Catering” têm em produzir alimentos “fast food” saudáveis. Alimentos fritos em gordura de emersão é um modo rápido e eficiente de produzir, usando pouca mão de obra.

A adoção de alimentos denominados “convenience foods” ou seja, alimentos processados e refinados, com baixo teores de fibras alimentares, elevados teores de sódio e gorduras saturadas, vem se tornando uma prática usual globalizada. Considerando que uma alimentação variada e balanceada é um dos pilares da saúde, os “convenience foods” podem constituir uma ameaça a formação de hábitos alimentares adequados. NEUMANN et al. descrevem os efeitos da globalização: nas últimas décadas, a dieta europeia experimentou uma “americanização”, ou seja, incorporou uma notável quantidade de alimentos processados, pela comodidade de uso, contrariando seus hábitos normais que se baseiam num alto consumo de hortaliças e leguminosas, provocando uma diminuição no consumo de fibras”(2000:20).

Pesquisa encomendada pelos organizadores da SIAL/96 (Feira Internacional de Alimentação) em Paris para levantar hábitos alimentares em oito países revelam:

Quadro 1: PERFIL DO HÁBITO ALIMENTAR - freqüência relativa da amostra para alimentos consumidos diariamente nas refeições ⁽¹⁾

País	Carnes embutidos	Iogurtes sobremesas lácteas	queijos	sanduíches	frutas	Legumes verduras	arroz	massas
Alemanha	...	51	48	...	80	69
Grã Bretanha	54	47	67	79
Itália	41	...	75	66	...	71
Espanha	33	34	77	49
França	66	66	68	81
EUA	71	38	70	80
Japão	93	95	...
Brasil	72	44	58	92	...

Fonte: SIAL/96 In: SIAL 96 levanta..., 1996.

(...) dados não informados

(1) tamanho da amostra e erros de estimativa não declarados

Estes dados revelam para Grã Bretanha, França, Estados Unidos e Brasil percentagens altas de carnes e embutidos, alimentos ricos em proteínas, lipídeos e sódio.

FITZPATRICK et al. (1997) acreditam que o restaurante é um local importante para programas nutricionais que objetivam cumprir as recomendações de redução do consumo de gordura. Eles relatam que, tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá, os restaurantes "food service" têm desembolsado mais na década de 90 em relação à década de 80, uma vez que o aumento da consciência nutricional levou o consumidor a demandar por alternativas de produtos mais saudáveis. A avaliação dos restaurantes com programas de Nutrição mostraram aumento nas vendas. Entretanto, estas informações revelam pouco acerca de como os programas são recebidos e interpretados pelos usuários. Os autores realizaram, no Canadá, pesquisa para verificar o nível de satisfação dos comensais com a introdução de preparações alimentares com pouca ou nenhuma quantidade de gorduras. Os comensais ficaram significativamente mais satisfeitos com os itens de baixo teor de

¹ A preocupação do autor prende-se ao alto consumo de açúcar refinado.

gordura do que com os itens de teor regular ($p < 0,001$). As autoras também revelaram que o New York City Department of Health tem resposta positiva para suas promoções de alimentos e receitas com baixo teor de gordura em um restaurante e “food services”.

KIRK, DALY (1992) declaram que a Alimentação Coletivas (Catering) vem contribuindo significativamente para a dieta de uma grande proporção da população britânica, sendo assim, é crucial esforçar-se para introduzir refeições saudáveis (1992). Eles ainda comentam que são muitos os exemplos de serviços que não contribuem para o melhoramento desejado na dieta britânica e os alimentos oferecidos nos “fast food” são ricos em gordura e portanto em calorias e também contem amplas quantidades de sal. Em alguns pratos étnicos o conteúdo de sal é superior a 1,5 g por porção (recomendado 3 a 6 g por dia). Isto leva a acreditar que o alimento ingerido fora de casa contribui desproporcionalmente na ingestão de lipídeos, energia e sal dos indivíduos e particularmente naqueles setores da população que consomem grandes quantidades de “fast food”.

Os autores ainda comentam que as práticas dietéticas das pessoas jovens no Reino Unido trazem preocupação. Se elas continuarem com as mesmas durante a vida, então, o prognóstico para a redução na incidência de doenças coronarianas não é bom. Enquanto o Governo Britânico está correntemente encorajando os consumidores a fazerem escolhas de alimentos saudáveis através da educação alimentar, existem os que militam contra tais escolhas. Sua sugestão está na procura de veículos efetivos para comunicação de informação nutricional (KIRK, DALY, 1992).

O consenso nutricional em Alimentação Coletiva para a década de 90 tirado da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Committee on Medical Aspects of Food Policy (COMA) está assentado nos seguintes pilares:

Quadro 2: Consenso nutricional em Alimentação Coletiva.

	OMS (1990)	COMA(1991)
lipídeos	Objetivo de longo prazo: Redução da gordura total para 20-30 % da energia / somente 10% de saturada	Redução da gordura total para 33% da energia, da qual não mais que 11% de saturada e não mais que 10% de polinsaturada
glicídeos	Aumento do consumo de carboidratos complexos, tal que o consumo de fibra alimentar diário atingisse 37g nos países do bloco sul; 22 g na Inglaterra Redução do consumo de açúcar simples abaixo de 10% do consumo total de energia	Consumo de carboidratos aumentaria para aproximadamente metade do total de energia. Fibras alimentares consumo aumentado para 18g por dia na Inglaterra Consumo de açúcar extrínseco bebidas não lácteas cair de 60g por dia para 10% do consumo de energia total.
Sal	Diminuição do consumo para 3-6g por dia	Consumo de sódio é alto e pode ser substancialmente reduzido

Fonte: Silverstone, 1995.

Pesquisa realizada por ALMANZA et al. (1997) levantou os obstáculos para implementar a rotulagem em produtos de restaurantes industriais e institucionais. Os resultados revelaram que o grande número de itens do cardápio, a perda de flexibilidade na mudança de itens, a dificuldade de treinar os empregados para implementar a rotulagem, bem como a não disponibilidade de tempo são os principais obstáculos. A maioria não usa rotulagem e acredita que tem efeito negativo sobre as vendas.

No Brasil pesquisa realizada por BERNARDO constatou que na maioria das empresas, a oferta de proteínas, lipídeos e sódio ultrapassa as recomendações diárias dos nutrientes. Particularmente para os lipídeos, *a proporção entre ácidos graxos encontra-se em grande desequilíbrio, isto é, há um maior número (uma maior quantidade) de saturados e polinsaturados e um consumo mínimo de monoinsaturados. Deste modo, aumenta-se o risco de colesterolemia e peroxidação lipídica* (1999:42). E prossegue: *com a moderna tecnologia de equipamentos, é perfeitamente possível e viável a redução do consumo de óleos e gorduras, preservando-se a excelência dos pratos e saúde do comensal* (Ibid: 42).

Por outro lado, vem existindo investimentos em saúde pelo setor de Alimentação Coletiva. Um dos exemplos é a Alimentação Offshore, destinada ao atendimento às plataformas de petróleo (Campos e Rio de Janeiro). A Petrobrás realiza freqüentemente um programa de verificação permanente das concentrações de colesterol, triglicérides sanguíneos entre outras taxas. Em sua última análise, o programa da empresa constatou a necessidade de mudança nos hábitos alimentares e, para isso, solicitaram a ação de nutricionistas das empresas de "offshore"(ALIMENTAÇÃO offshore, 1999).

BENEDICTO, REGGIOLLI (1997) relatam as principais enfermidades relacionadas à Nutrição, que acometem os trabalhadores nas indústrias paulistas independentes do sexo, idade e condições sócio-econômicas e cultural: gastrite e úlcera (60%), dispepsia (20%), hipertensão arterial (10%), obesidade (9%) e gota (1%).

MOTTA apresenta os resultados de uma avaliação diagnóstica do serviço de alimentação de uma empresa produtora de cerâmica revelando que *a alimentação da empresa é muito mais voltada para a quantidade servida do que para a sua qualidade nutricional, não sendo manifesta a preocupação com a saúde do trabalhador; os cardápios oferecidos, inadequados em função das deficiências e excessos acima referidos², não cumprem o papel educativo inerente a um serviço de alimentação para coletividades. (...) A implantação de um serviço de dietas especiais, oferecidas aos trabalhadores que tivessem essa necessidade confirmada pelo exame clínico, justifica-se nessa empresa, bem como reformulações dos cardápios básicos, para torná-los compatíveis com as recomendações para a prevenção de doenças crônico-degenerativas (...) Levantamentos das características biopsicossociais dos usuários desses serviços*

² A autora refere-se ao total calórico e volume alimentar excessivo oferecido nas grandes refeições; desjejum insuficiente, teores elevados de gordura, colesterol e sódio, inadequação de fibras alimentares.

(Alimentação Coletiva) incluindo inquéritos de morbidade, são indispensáveis para a adequação nutricional da alimentação servida."(1990: 77).

Mônica Valle de Carvalho em entrevista ao Jornal do Conselho Regional de Nutricionistas – 4ª Região (RESTAURANTES comerciais..., 1999), revelou os resultados de uma pesquisa sobre os desafios éticos da atuação dos nutricionistas em restaurantes comerciais. Entre os resultados da pesquisa, uma evidência:

o nutricionista não encara como atividade prioritária o atendimento ao usuário final, assumindo como foco de seu trabalho o controle das condições higiênico-sanitárias e a administração de pessoal. O fato do nutricionista colocar o cliente dos seus serviços em segundo plano pode demonstrar um afastamento do papel social que desempenha e uma excessiva concentração nos aspectos técnicos do exercício profissional (grifo meu). Além disso, significa uma atuação tímida em relação a uma das suas atribuições de maior relevância social: a educação nutricional da população (1999:07).

Ela acredita que o principal desafio é “posicionar-se como profissional da área de saúde, mantendo a perspectiva de uma atuação em prol do bem estar da coletividade”(Ibid:06). E acrescenta: “O relacionamento com o cliente final através do enfoque educativo é um caminho para construir diferenciais para o restaurante em que se trabalha, porém mais do que isso, é uma forma de fazer valer mais um aspecto da responsabilidade social do nutricionista. E pode significar um grande passo no reconhecimento pela sociedade da importância da categoria”(Ibid:07).

É importante frisar, que “o aspecto técnico do exercício profissional” tem os princípios dietéticos como núcleo. São premissas que garantem o compromisso da categoria com a promoção da saúde dos comensais. Neste sentido, os nutricionistas que se afastam dessas premissas, em primeira instância, negam os aspectos técnico-científicos de seu “saber fazer” e em segundo, do seu papel social como revela a autora.

Estas revelações demonstram que alguns nutricionistas, ao se afastarem de seu compromisso com a saúde, estão na contra mão histórica de sua origem e mais, o monitoramento dietético e a educação nutricional constituem em seu conjunto, a razão de ser de sua profissão. Faz-se necessário realinhar o rumo desviante da história dos nutricionistas. Se a atuação dos nutricionistas retornar a sua origem, ou seja, a promoção e recuperação da saúde de indivíduos e coletividades, a Alimentação Coletiva pode se transformar em mais um espaço de luta pela qualidade de vida.

Em contra partida, firmas de grande porte vem desenvolvendo programas centrados na promoção da saúde, onde a alimentação é parte de um trabalho integrado de promoção da qualidade de vida dos empregados, que envolve o serviço médico, o serviço social, a segurança no trabalho e o serviço de alimentação. Nestes realizam-se campanhas permanentes de educação alimentar (QUALIDADE se fisga pela boca, 1998). Cleonice Nunes de Almeida, nutricionista e gerente geral de Nutrição de uma empresa aérea no Brasil, faz questão de lembrar que a função do restaurante institucional é servir uma alimentação adequada e saudável, com produtos de qualidade inquestionável, visando a promoção da saúde do funcionário. Ao entrar na empresa (há 25 anos) ela fez um trabalho de conscientização com a equipe de produção: *Mostrei, através de um curso, a diferença entre o profissional de Nutrição, que prescreve cardápios pensando na promoção da saúde, e os gourmets, que antes administravam o restaurante* (O CÉU é o limite, 1996: 15-16).

POPE (1982) prevê que o crescimento contínuo dos restaurantes industriais serão um desafio constante e mudanças devem ocorrer. Tendências demográficas importantes incluem taxas mais baixas de crescimento da população, uma percentagem maior de pessoas mais velhas, famílias menores e ainda, maior número de mulheres no mercado de trabalho. O último pode ser um fator que disponibilize mais recursos para se adotar o

hábito de comer fora. Todos estes fatores vem exigido que as cadeias de restaurantes desenvolvam novos itens no cardápio e adotem estratégias de venda para atrair consumidores. A própria mudança no estilo de vida, mais férias, mais lazer, novos regimes de trabalho nos países mais desenvolvidos são outras razões válidas para prever aumento no setor de Alimentação Coletiva. Paralelamente os supermercados também vêm oferecendo alternativas: alimentos pré-preparados, alimentos preparados e ainda seus próprios restaurantes. POPE (1982) acredita que o aumento do número de clientes, que exigem alimentos bem preparados e saborosos, é devido ao maior interesse na nutrição adequada, no crescente número de pessoas com dietas hipocalóricas e a apreciação de ambientes confortáveis e bem decorados. Na sua opinião estas serão as bases para a mutação nos negócios relativos a Alimentação Coletiva.

POPE (1982) é dono de uma cadeia de restaurantes industriais nos Estados Unidos e tem participação em restaurantes europeus. Ele diz que os restaurantes comerciais do futuro, tal qual os Serviços de Alimentação de hoje, terão sucesso na medida em que mais rapidamente se adaptarem às novas condições de mercado.

Atualmente, as empresas para sobreviver devem diversificar seus produtos vinculando a concepção dos mesmos às exigências dos clientes, que desejam ampla liberdade de escolha e as de Alimentação Coletiva não são diferente das demais. No que se refere à matéria prima adotam, na medida do possível, o "just in time" mesmo que parcial, reduzindo as áreas de estocagem e produção. Caminha-se para o uso de produtos semi-elaborados ou elaborados. As plantas otimizadas são as "enxutas" - mínimo de espaço, nível máximo de produção. No Brasil, o que se observa é um grupo de empresas multinacionais de grande porte, capazes de manter o padrão de qualidade da refeição, enquanto as de médio e pequeno porte, geralmente familiares, pouco ou nada investem em programas para atingir padrões de qualidade. Estas, muitas vezes, para manter seus

compromissos com fornecedores dependem do faturamento da contratante, uma vez que seu capital de giro não sustenta o montante das despesas de fabricação.

O fordismo foi o perfil de gestão adotado em Alimentação Coletiva durante a sua expansão, mas devido às transformações ocorridas, este tipo não mais se adequa às expectativas do comensal, que exige liberdade na escolha, não só das preparações alimentares, mas também do local, do atendimento e das responsabilidades do prestador de serviço com sua saúde, o que pode ser considerado um avanço qualitativo em relação ao resgate do papel da Alimentação Coletiva como promotora e mantenedora da saúde de grupos populacionais. Vislumbra-se que ocorrerá incorporação de alguns elementos do Fordismo, necessariamente articulados com as transformações da base produtiva emergentes a partir dos anos 70.

Desde a crise do Fordismo até os dias de hoje, existe um intervalo de tempo, onde inovações tecnológicas ocorreram, envolvendo equipamentos, produtos alimentícios e processos produtivos, que contribuem para o conhecimento das propriedades estruturais do sistema produtivo em Alimentação Coletiva. Nesta perspectiva, a crise do Fordismo pode não ter significado uma crise na Alimentação Coletiva, uma vez que *"apesar do mercado global de Alimentação Coletiva apresentar-se relativamente estável, a parte correspondente às concessões encontra-se em constante expansão* (PROENÇA, 1997:42). Esta declaração merece um parêntese.

A partir de 1974, em consequência da crise do petróleo, quando as taxas de juros externos saltaram de 5 a 7 % para 12 a 17%, diferentemente da maior parte dos países ocidentais, o Brasil prosseguiu com sua política de crescimento (LUGARINHO, 1989). Este fato é relevante para explicar a expansão das concessões, uma vez que atreladas ao crescimento econômico, este se torna um mecanismo de alavancagem do mercado de refeições coletivas. Se o setor industrial cresce, há a possibilidade da Alimentação

Coletiva se expandir. CASTRO descreve a situação brasileira em pleno período recessivo: *os resultados da marcha forçada começaram a surgir sob a forma de uma (surpreendente) melhora no balanço de pagamentos - atribuída, em regra, e equivocadamente, à política econômica dos anos 80"* (1985:8). O autor explica que este resultado foi devido às mudanças provocadas direta ou indiretamente pela própria "marcha forçada", que se iniciou em 1974. E segue: *suas conseqüências continuavam se impondo, mesmo quando indesejadas pelos gestores da política econômica* (Ibid).

Esta situação permite entender que a história da Alimentação Coletiva no Brasil, não é uma reprodução exata da história da Alimentação Coletiva no mundo. Em sua expansão, ela provocou uma imensa proletarização da força de trabalho, tanto a nível técnico, quanto a nível operacional. Diferentemente dos países capitalistas avançados, que vêm substituindo a mão de obra especializada em cozinhas industriais (considerada de alto custo) por sistemas produtivos automatizados, no Brasil as grandes firmas inovam tecnologicamente, reduzem a força de trabalho, mas aviltam os salários.

Paralelamente, intervenções de caráter educativo, sob a forma de recursos de comunicação e/ou a orientação nutricional individual, podem gerar transformações que englobam: aquisição de conhecimentos em Nutrição, uma relação mais estreita com os alimentos e em caso de sucesso, mudanças comportamentais, criando novos hábitos alimentares. Se o planejamento dietético considerar o perfil da clientela, corrigindo excessos ou deficiências da dieta habitual empírica, a Alimentação Coletiva assume uma feição de prevenção às enfermidades, cuja gênese está num conjunto de fatores de risco, entre eles a dieta, nutricionalmente inadequada. Neste sentido, a Alimentação Coletiva pode assumir características da atenção primária em Saúde, ou seja, um meio prático para pôr ao alcance de todos os conhecimentos básicos de nutrição, fundamentados na

quantidade, qualidade, harmonia e adequação dos princípios nutritivos veiculados nos cardápios planejados por este setor produtivo.

MALUF ressalta que o público alvo das políticas de Segurança Alimentar é formado não só pelos indigentes, mas também pelo conjunto dos trabalhadores e afirma que "*nos domínios das profissões ligadas à saúde, a Segurança Alimentar*³, *envolve os problemas de alimentação e de estado nutricional dos indivíduos* (1994:19).

A Nutrição integrada ao trabalho em Saúde tem na produção de refeições balanceadas o elemento que relaciona a administração de produtos e serviços com ações educativas, tanto a nível da equipe operacional, quanto da clientela, uma vez que a *atenção dietética* é explicitada através do cálculo e elaboração de dietas, do planejamento de cardápios, da orientação alimentar e nutricional e da avaliação de consumo alimentar por inquéritos dietéticos. Ela é a intervenção que garante a identidade à Alimentação Coletiva como componente estratégica do sistema produtivo de refeições balanceadas.

Ancorado nos pilares da Segurança Alimentar⁴, cabe ao Governo, ao Setor Produtivo (capital/trabalho) e ao indivíduo, assumirem suas parcelas de responsabilidade para propiciar mudanças positivas no perfil nutricional da população, que promovam um ganho na saúde e na qualidade de vida.

TANSEY (1994) alerta que o sistema de alimentação desenvolvido pelos países industrializados está tomando conta dos países em desenvolvimento.

³ Segurança Alimentar - significa garantir a todos, condições de acesso aos alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. (TUMA, 1999).

⁴ Segurança Alimentar – “a alimentação deve ser disponível em quantidade e qualidade nutricionalmente adequadas, além de ser livre de contaminações que possam levar ao desenvolvimento de doenças de origem alimentar”(World Health Organization, 1984 apud BOULOS,1999)

Então, entender o que está acontecendo nos mercados líderes é vital para os países em desenvolvimento, se eles estão para desenvolver políticas alimentares apropriadas.

WILKINSON comenta sobre a transferência dos hábitos alimentares de países centrais para os de periferia:

Enquanto os países do Terceiro Mundo estão se adaptando penosamente ao hamburger, a refrigerantes e massas, as preocupações com a nutrição e saúde, evidentes nos países desenvolvidos, estão também começando a surtir efeitos naqueles (1989:137).

Governantes e legisladores terão que decidir até onde reagir a estas mudanças e que controles são necessários para assegurar os interesses individuais, sociais e ambientais.

As informações sobre nutrição e tecnologia de alimentos transitam tão rápido na aldeia global, que exigem soluções criativas com estratégias diferenciadas para problemas antigos. As questões ainda são as mesmas: o que, quanto, por que métodos e para quem os alimentos são produzidos. Os novos caminhos terão que fugir das certezas fordistas para as ambigüidades de modelos híbridos, ou seja, aqueles que dialeticamente criam novas formas de decidir e agir. Assegurar um mundo bem nutrido é preliminarmente um problema econômico, social e político, envolvendo poder e controle sobre as classes de recursos e a distribuição dos benefícios de seu uso. Governos que pretendam melhorar o estado nutricional num sistema alimentar global deverão romper as amarras do passado, uma vez que, na realidade, o sistema não foi desenhado pelo nutricional, mas pelo mercado e a necessidade competitiva.

CAPÍTULO III

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NA ALIMENTAÇÃO COLETIVA

A História da Alimentação Coletiva no Brasil confundiu-se com a história do operariado brasileiro. Assim, foi necessário montar o cenário econômico e político, no qual ela se desenrolou. Sua construção foi realizada através de depoimentos e levantamento bibliográfico. A escolha dos entrevistados foi norteada por dois critérios: o de representatividade em função do percurso histórico da Alimentação Coletiva no Brasil e a afinidade profissional com processos de tecnologia de alimentos aplicáveis em produção de refeições coletivas. Para tanto, foram escolhidos quatro nutricionistas e quatro tecnologistas em alimentos. Dentre os nutricionistas, N1, N2, N3 e N4, N1 formou-se, em 1944, na primeira turma de Auxiliares de Alimentação do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS, onde também graduou-se em Nutrição. Trabalhou nesta instituição desde sua criação, através do Decreto-lei n. 2 478 de 5 de agosto de 1940 (Leis do Brasil, 1940: 154), até sua extinção - Decreto n. 224 de 28 de fevereiro de 1967 (Leis do Brasil, 1967:321). Após sua extinção, N1 continuou como nutricionista de um Hospital Universitário, até 1976, sem afastar-se do processo de produção de refeições para a coletividade. Sua participação na Diretoria do Conselho Regional de Nutricionistas, possibilitou manter-se sintonizada tanto com os problemas do exercício profissional dos nutricionistas, quanto a atuação dos empresários do setor de Alimentação Coletiva, tendo em vista a necessidade das afiliações ao Conselho para credenciamento e operação do Programa de Alimentação do Trabalhador- PAT, implantado a partir de 1976. N2 foi graduada pelo SAPS em 1950 e ali esteve de 1951 até a sua extinção. N3, graduada em Nutrição desde 1973, sempre trabalhou na área de Alimentação Coletiva iniciando sua vida

profissional na Construção Naval e em seguida foi contratada por uma empresa multinacional, permanecendo até sua aposentadoria. É fundadora e participante, até a presente data, do GENⁱ – Grupo Executivo de Nutrição, entidade criada em 1992 e que tem como objetivo discutir questões relativas ao processo produtivo de refeições coletivas. N4, graduada em 1978, iniciou sua vida profissional em gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição em empresas e em seguida migrou para as Concessionárias, onde foi nutricionista de produção, gerente operacional, supervisora operacional e atualmente é empresária de uma firma de consultoria de médio porte destinada a alocação de mão de obra, treinamento de pessoal e desenvolvimento de programas para Avaliação Nutricional de grupos populacionais específicos e Educação Nutricional. Fundadora e participante da Diretoria do GEPENⁱⁱ – Grupo de Estudos e Pesquisa em Nutrição, com objetivos semelhantes ao GEN.

Todos os tecnólogos, T1, T2, T3 e T4 são do Centro de Tecnologia de Produtos Alimentares do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – CTPA/SENAI/FIRJAN e vêm desenvolvendo projetos para treinamento de pessoal e consultoria às empresas de Alimentação Coletiva, sendo que T4 já trabalhou em empresas de refeições coletivas, traçando desenho de plantas e estudando processos. Ele também fez parte de agências certificadoras.

Quanto ao segmento empresarial, foram enviados questionários por fax a quatro empresas de Alimentação Coletiva de âmbito nacional e que foram certificadas com a ISO9000ⁱⁱⁱ. Apenas duas, E1 e E2 responderam, apesar de contatos telefônicos com os gerentes responsáveis pelo preenchimento dos questionários. De forma análoga, mantivemos contato com a Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas-ABERC^{iv} – que nos forneceu seu Estatuto e dados relativos ao setor, através de seus meios

de comunicação: “Boletim ABERC” (bimestral), considerado como um espelho dos acontecimentos do universo de refeições coletivas e “ABERC Comunica” (mensal), um informativo aos associados e agentes de gestão. A associação também é responsável pela publicação de manuais de práticas de elaboração de serviços de refeições coletivas e de um catálogo de fornecedores. Foram criadas, em 1998, Equipes de Produtos Estratégicos – EPEs\ABERC, como instâncias de assessoria, que se organizam em Grupos de Ação de Sub-produtos – GASP/ABERC . São quatro as EPEs : EPE I, fortalecimento institucional (marketing institucional); EPE II, apoio para o desenvolvimento dos associados (subsídios técnicos, gerenciais, fiscais e de representação empresarial); EPE III, apoio para crescimento de mercado (ações de impacto sobre mercado) e EPE IV, com a missão de capitalizar a ABERC (esforços para a viabilidade e representatividade da instituição). No que se refere a produção de conhecimento, a ABERC instituiu, a partir de 1990, o concurso “Alimentos”, somando até 1999, 114 trabalhos inéditos, que estão a disposição para associados e não associados.

O que se buscou com esta estratégia foi flagrar a relevância política dos discursos escritos e falados. A experiência brasileira na Alimentação Coletiva também contribuirá para a geração do Modelo Conceitual Simbólico que representa a interação entre os componentes do Sistema de Alimentação Coletiva.

Percurso histórico

Partindo-se da contribuição histórica dada por FRITSCH (1990), a história do operariado brasileiro começa na segunda metade do século XIX. O Brasil, cuja a produção era agrícola e que, por isto mesmo, importava praticamente tudo, começou a produzir, a partir de 1850, de maneira bastante precária, artigos manufaturados. Uma das razões do

ponta pé inicial para o incremento industrial foi a abolição da escravidão, que exigiu do país traçar sua economia.

O rápido crescimento das exportações de borracha e o início do grande “boom” de investimentos europeus nos países periféricos (1902-1906) permitiu ao Brasil crescer seu produto agregado a uma taxa média superior a 4% ao ano, ao mesmo tempo que se arregimentava a formação de capitais industriais e se reaparelhava o sistema de transportes portuário e ferroviário.

Em 1906, o Brasil adotou o padrão ouro, vinculando a estabilidade monetária doméstica ao comportamento do balanço de pagamentos. Assim, os acontecimentos mundiais que afetavam os mercados internacionais do café e da borracha e o fluxo de capitais da Europa, tornaram-se decisivos para o destino da economia brasileira. Em 1913, o comportamento desfavorável dos preços da borracha e do café, que despencaram no mercado internacional, devido a reversão da tendência de alta forçada pela ação antitruste dos Estados Unidos nos países detentores de estoques, levou o país a um período de crise de liquidez, que se estendeu até a eclosão da I Guerra Mundial.

Por volta de 1907, mesmo enfrentando déficit orçamentário e balanço de pagamentos negativo, o governo brasileiro proporcionou condições para a constituição de um sistema industrial para a produção de bens de consumo. Tarifas especiais, concedidas pelo governo, incentivaram a instalação de algumas fábricas, a maioria em fundos de quintais, o que denota o desejo de consolidação de um projeto de desenvolvimento com presença forte do Estado. Não demorou e algumas indústrias estrangeiras também se instalaram no país.

Uma das conseqüências da I Guerra Mundial (1914-1919) foi a mudança do eixo na posição de hegemonia, que sai da Inglaterra para os Estados Unidos, explicada pelo

fornecimento de armas aos aliados (França, Inglaterra, Rússia) num grande estímulo à indústria e ao comércio, acumulando vultuosas reservas de ouro nos bancos americanos.

A I Guerra Mundial forçou o governo brasileiro a adotar uma série de medidas de contenção de gastos, impostas pelas circunstâncias internacionais para tentar superar a depressão em que a economia vivia. O Brasil aproveitou-se da situação para suprir, com algumas matérias primas a preços altos, os países envolvidos na contenda, expandindo sua exportação e estimulando o crescimento de várias indústrias de processamento de alimentos. Em paralelo, as restrições das importações favoreceram a recuperação da produção industrial doméstica a partir de 1915. Os problemas advindos da guerra provocaram alta nos preços dos alimentos, que levou às manifestações operárias, culminando nos primeiros movimentos grevistas. Estes fatos constituíram as raízes de futuras transformações na estrutura social brasileira.

O fim da guerra precipitou o início de violenta recessão nos Estados Unidos e no Reino Unido, que exigiram a adoção de políticas monetárias restritivas para controlar fortes pressões inflacionárias resultantes do pós-guerra. O colapso dos preços internacionais de produtos primários teve efeito devastador sobre a posição internacional do Brasil. A situação agrava-se a partir da recessão mundial de 1920, com a depreciação cambial que afetou em cheio o equilíbrio do setor cafeeiro. O colapso cambial levou o Brasil a sofrer forte pressão inflacionária, acompanhada da dificuldade de saldar a dívida de curto prazo, gerada em 1922, originada pelo déficit de caixa do governo federal. Na tentativa de uma estabilização frente a desvalorização do mil-réis, o governo considerou a necessidade de obtenção de um vultuoso empréstimo para liquidar o débito do Tesouro com o Banco do Brasil. O aumento da capacidade de empréstimo do Banco do Brasil, geraria recursos, evitando a emissão de moeda. Assim, as autoridades brasileiras

formalizaram um empréstimo de 25 milhões a seus banqueiros ingleses (FRITSCH, 1990). Estes acenaram com a possibilidade de obtenção de empréstimo, caso o Brasil adotasse um programa de austeridade, que incluiria a volta ao padrão ouro e a criação de um Banco Central. O abandono pelo Reino Unido do padrão ouro, fez tais esperanças desaparecerem (ABREU, 1990). A partir de 1929, algumas empresas norte- americanas, donas de grandes capitais, vieram para o Brasil, motivadas pela situação de crise nos Estados Unidos.

FRITSCH afirma que:

(...) ao contrário do contido na maior parte da historiografia corrente, é nas profundas mudanças nas regras do jogo ocorridas nas relações econômicas internacionais durante a Grande Depressão, e não na recomposição da base política do Estado que se seguiu à revolução de 1930, que devem buscar-se as explicações da racionalidade e da viabilidade das políticas econômicas e reformas estruturais ocorridas após o colapso da Primeira República (1990:71).

A crise mundial teve como consequência, uma produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas grandes cidades. As dificuldades políticas eram marcadas pela queda das exportações e a moeda conversível se evaporava (FAUSTO, 1994). ABREU (1990) chama a atenção que o crescimento industrial brasileiro, na década de 30 não dependia exclusivamente do que ocorria com o café, mas também da produção doméstica de bens de consumo. Este é um dado relevante para mostrar que a força de trabalho era expressiva e justificava a preocupação com suas reivindicações, principalmente em um governo disposto a não entrar em confronto.

O governo Vargas substituiu as esporádicas atenções dadas às classes trabalhadoras urbanas na década de 1920, por uma política governamental específica. Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e em seguida, uma nova legislação

trabalhista modificou as condições laborais dos trabalhadores, regulamentando o trabalho das mulheres e dos menores, a concessão de férias, o limite de oito horas da jornada normal de trabalho. Foram criadas as leis de enquadramento dos Sindicatos dos trabalhadores e patronais (Decreto n.19 770 de 19 de março de 1931, substituído pelo Decreto n.24694 de 12 de julho de 1934 In: FAUSTO, 1994:335) e as Juntas de Conciliação e Julgamento que possibilitaram resoluções de conflitos entre patrões e empregados. Adotou-se o "princípio da unidade sindical"¹ até 1934, substituído pela "pluralidade sindical"².

FAUSTO comenta que *"a política trabalhista do governo Vargas constitui um nítido exemplo de uma ampla iniciativa que não derivou das pressões de uma classe social e sim da ação do estado"* (1994:336). Embora, à princípio, as associações de industriais e comerciantes, fizessem pressão contra as medidas do governo, acabaram por aceitar.

O período do estado getulista (1930 a 1945), foi o palco de questões trabalhistas, marcado por reivindicações operárias e pela movimentação em áreas de classe. No ano de 1934, uma série de greves explodiram no Rio, em São Paulo, em Belém e no Rio Grande do Norte, com paralisações nos setores de serviços: transportes, comunicações, bancos. A resposta do governo foi a proposta de uma Lei de Segurança Nacional -LSN- (1935), o que provocou manifestação de protesto, não só dos sindicatos como de um grupo de oficiais do Exército e da Marinha. O apoio dos políticos liberais permitiu a aprovação de um substitutivo ao projeto da LSN que se converteu em Lei, a 4 de abril de 1935, onde se definia os crimes contra a ordem pública e social, incluindo entre eles: a greve de funcionários públicos, a provocação de animosidade nas classes armadas, a incitação de

¹ Princípio da unidade sindical: um único sindicato por categoria funcional.

² Pluralidade sindical: reconhecimento de mais de um sindicato representativo de uma categoria profissional.

ódio entre as classes sociais, a propaganda subversiva, a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política e social, por meios não permitidos em lei. (FAUSTO, 1994). Getúlio fazia de tudo para evitar choques políticos e neste período o Governo tinha motivos para interferir nos assuntos ligados ao trabalho, como forma de impedir a organização independente da classe trabalhadora. Se estes estivessem sob a proteção do Estado, seria mais fácil efetuar uma manipulação populista das massas mais tarde, como aconteceu.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial foi mais importante para o Brasil, no sentido da definição dos rumos da política externa brasileira, do que a implantação do Estado Novo (FAUSTO, 1994). O bloqueio inglês levou ao recuo comercial da Alemanha na América Latina, mas a Inglaterra não tinha condições de se aproveitar desta situação e por conseqüência surgiu com mais força a presença americana. Notar que, até então, o vilão da história econômica brasileira era a Inglaterra e não os Estados Unidos.

FAUSTO (1994) explica que a expectativa da guerra levou os estrategistas americanos a ampliar o que consideravam o círculo de segurança do país, incluindo a América do Sul e em especial a "saliência" do Nordeste brasileiro. Havia uma questão político-ideológica: a defesa das Américas sob o comando dos Estados Unidos, independentemente do regime político vigente em cada país. No plano econômico, os americanos trataram de estabelecer uma política bastante conservadora e voltada para materiais estratégicos como a borracha, o minério de ferro, o manganês, tentando obter o controle de compra desses materiais. A resposta brasileira a este conjunto de medidas consistiu na aproximação cada vez mais estreita com os Norte-americanos, procurando extrair vantagens da nova situação. A entrada dos Estados Unidos na guerra em 1941, forçou uma definição do Brasil. Getúlio habilmente aproveitou-se do discurso Pan-

americano para mostrar a necessidade de reequipamento econômico e militar do Brasil, como condição de apoio aos Estados Unidos. Em fins de 1941, tropas americanas estacionaram no Nordeste. Apesar de um período de ambigüidades, o Brasil rompeu relação com o Eixo (janeiro de 1942) e em maio, Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo político-militar de caráter secreto. O autor relata que os Estados Unidos demoraram a enviar equipamento militar, porque acreditavam que muitos oficiais brasileiros eram simpatizantes do Eixo. O incidente que envolveu os cinco navios da Marinha Mercante, afundados por submarinos alemães, deu fim a indefinição. Sob pressão de grandes manifestações populares, o Brasil entrou na guerra ainda naquele mês. O alinhamento brasileiro ao lado da frente antifacista se completou, em uma decisão do governo brasileiro, com o envio de uma força expedicionária - a Força Expedicionária Brasileira - FEB - para lutar na Europa, a partir de 30 de junho de 1944. A decisão, foi uma consequência da necessidade de "*superar as restrições dos americanos e a franca oposição dos ingleses*" (FAUSTO, 1944: 382). O Brasil não só entrou na guerra contra o eixo como, em abril, estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética, pela primeira vez na sua história. Havia todo um movimento em torno da guerra, que gerava um incremento na indústria brasileira e eram maiores as preocupações com a força de trabalho. aqui e nos Estados Unidos o que deu ensejo ao nascimento da Alimentação Coletiva no Brasil.

N1 refere-se a este movimento da seguinte forma:

Veio Volta Redonda, Vidro Plano, era aquela indústria básica, básica para se desenvolver. Isto afastava os indivíduos de suas casas, eles já vinham para os grandes centros. Então era este clima (...) a gente era comprometido com o desenvolvimento, com a industrialização do país, todos, todas as classes e nós. Tanto que nos fazem muita

crítica, aos nutricionistas, que nós fomos massa de manobra e tal. Mas eu não vejo assim, porque aquilo era um momento e com a guerra, só quem viveu em clima de guerra, é que sente a responsabilidade que cada cidadão tem. É impressionante... de se juntar para resolver os problemas. (...) as campanhas de "Dê asas ao Brasil", nós não tínhamos nem aeronáutica! Nós vendíamos bonos de guerra".

É inegável que havia uma motivação para trabalhar em uma proposta que privilegiava o esforço de guerra e o desenvolvimento do país e isto incluía a higidez da força de trabalho.

N1 (1998) justifica a preocupação com alimentação dos trabalhadores:

Eu me lembro que quando nós fazíamos inquérito, os primeiros inquéritos lá em 1942,43, a nossa preocupação era a marmita, a meta era tirarmos aquela marmita, que fermentava, aquele feijão duro com farinha, que ele não podia ou não sabia que não podia comer, seu ensopado azedava com o calor (...) não era mais com aquela dieta dele, que você iria transformar artesão em operário! Até o tipo de trabalho, era um trabalho que demandava muito mais energia (...) Agora, quem é que estava preocupado com isto? Eram os próprios Partidos Socialistas, anti-ditadura eram todos, Dante Costa era socialista, Josué de Castro socialista. Então havia uma preocupação muito grande com o indivíduo, tanto que o primeiro salário mínimo, quando foi criado, nele já constou que 50%, como cálculo, era para alimentação.

Afim de atrelar a classe trabalhadora a máquina governamental, em julho de 1940, foi criado o imposto sindical, instrumento básico de financiamento do sindicato e de sua subordinação ao Estado. Ainda no bojo das políticas trabalhistas de Vargas é criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social, que em seus desdobramentos dá origem a

Alimentação Coletiva no Brasil, acompanhando o modelo desenvolvimentista brasileiro (1930-1980).

O Serviço de Alimentação da Previdência Social, o SAPS, criado em 1940 no Ministério do Trabalho, da Indústria e Comércio, durante a vigência do Estado Novo de Vargas é o primeiro órgão de política de alimentação instituído no Estado brasileiro (...) os nutrólogos detendo o saber e procurando obter poder para transformar esse saber em medidas concretas e o Estado, dispondo de grande quantidade de poder e com intenção de trazer para seu interior os intelectuais que pudessem concorrer para seu projeto político, nasce a política de alimentação no Brasil (L'ABBATE, 1988:87 e 91).

N1 dá mais detalhes:

Então você vê que está tão ligado a este tipo de desenvolvimento (...) Foi no IAPI³, porque o Getúlio criou aqueles Institutos (...) e lá, tinha um Serviço Médico como todo o Instituto tinha na época e eles começaram a descobrir o problema de desnutrição (...) E quem estava lá, dentre outros? Josué de Castro, Dante Costa (...) Silvio Mendonça e outros, Moscoso e outros. Eram grandes clínicos e começaram a estudar a Nutrição. Uns foram para Escola de Escudeiro (Argentina) e outros foram para a França, como Dante (...) e Josué de Castro também.

Os nutrólogos da década de trinta, após uma ampla releitura da história brasileira, concentraram na alimentação a solução para alguns males sociais do Brasil. As duas questões básicas eram dinamizar o abastecimento de alimentos e educar nutricionalmente o povo.

MOSCOSO era médico e um dos técnicos de higiene do Serviço Nacional de Educação Sanitária. Publicou um livro sob o título "Alimentação do Trabalhador" em

³ IAPI: Instituto de Aposentadoria e Pensões do Industriário

1942, onde tenta mostrar a relação entre energia laboral (para ele capital humano) e produtividade.

A alimentação rege-se pelos princípios de economia, não admite esbanjamento nem usura; nas trocas orgânicas qualquer das duas formas é sempre prejudicial. O excesso de alimentos provoca o acúmulo de material, dificulta seu emprego útil e imediato, entrava a mobilização proveitosa e surge daí o aumento do peso, a gordura desproporcionada, as doenças de nutrição - obesidade - diabetes etc., a inércia e a inatividade. A restrição de alimentos acarreta a redução de substâncias necessárias, o desfalque do tecido vital, leva ao déficit, diminui a resistência e decorrem, então, a fraqueza, a desnutrição e a falência orgânica com todas as conseqüências malélicas da anemia, tuberculose, etc., e as decorrentes fatalidades - inaptidão para o trabalho, miséria, fome e morte.

(...) O capital homem é caprichoso e paradoxal; mesmo parado desvaloriza-se, porque, além de não render juro, ainda se consome com a vida (...) Essa alimentação insuficiente e defeituosa aniquila o homem, reduz a produção e desequilibra a balança econômica do país.(...) Não discutiremos a ação preponderante e inevitável (grifo meu) da pobreza, salientamos logo como elemento fundamental a ignorância profunda que ainda temos do assunto – alimentação (1942:3-4).

As palavras de Moscoso estão carregadas de fatalismo, como se a pobreza fosse inevitável. Sua visão mecanicista é explicitada quando vê o homem como uma máquina produtiva, que deveria ser cuidada para estar apta a contribuir com sua parcela para o desenvolvimento. Estes discursos motivam críticas imperiosas, quando se acredita em desenvolvimento sem exclusão social.

Como o governo conduzia a política pública?

O Governo populista (1930 a 1964) adotou um estilo ambíguo, no qual ao mesmo tempo que se mostra sensível às pressões populares, buscava conduzir, manipular e jogar com as aspirações dos cidadãos. Se por um lado, os trabalhadores podem ter sido considerados massa de manobra, por outro conseguiram através do desenvolvimento urbano e industrial, incorporar-se ao jogo político. Isto possibilitou à força de trabalho arregimentar-se.

Segundo L'ABBATE (1988), o SAPS estabelecia um "laço simbólico" entre a classe trabalhadora e o Estado. Na sua opinião, este foi um dos motivos, que fez com que ele resistisse por quase trinta anos, apesar das denúncias de corrupção e práticas de clientelismo. Mas a autora também comenta que a partir de meados da década de 50 foram muito poucas suas realizações.

Embora reconhecido, mas não alardeada, a situação da desnutrição na população infantil preocupavam nutrólogos e nutricionistas, mas *apesar da gravidade da desnutrição infantil, os trabalhadores adultos foram privilegiados. Nada mais coerente com a política populista.*(LANZILLOTTI, 1988).

O relato de N2 mostra bem as intenções de Getúlio:

N2: *Quando eu cheguei foi na época do Getúlio, até fazia refeições lá, no próprio SAPS. Quantas vezes, nós recebíamos autoridades, ministros, não é? Para almoçarem no próprio restaurante popular, como eles chamavam, e servia na época quatro mil refeições (...) Havia um interesse político muito grande. Porque todos os políticos faziam questão absoluta de estarem lá, de participar, de comer junto, com os trabalhadores (...) eles iam para lá junto dos outros para ficar mais popular (...) fazer política mesmo, junto com os trabalhadores.*

Perguntou-se a N1 e N2: Na sua opinião, como o operário via isto?

N1: *Eu vou te dizer como é que via. Porque o SAPS como eu falei, era ligado a Institutos, IAPC⁴ e tal. Tinha um desconto, três por cento..., porque não era de graça não. Três por cento daquele desconto do Instituto, ia para o SAPS (...) E Eles, acompanhavam muito esta criação em parte, também foi um movimento do Partido Comunista, foi um movimento do operariado (...) Quando o operariado começou a se organizar, ele queria resolver os problemas que estavam colocados e a alimentação era muito séria para eles. O que eles queriam... era sempre motivo de luta (...).*

N2: *O operário adorava, eu acho, eles sentiam o prazer de comer aquela refeição balanceada. No início foi meio estranho, mas era aquilo que ele gostava, que costumava comer, com mais alguma coisa, que não tinha o hábito, que não tinha recursos para fazer.*

Então, aquela fruta, aquela verdura, tudo tinha uma fruta e uma verdura.

Mas o SAPS ia além do fornecimento de refeições.

N1: *Como este grupo (os nutrólogos) era de alto nível, eles estavam comprometidos com a ciência, então houve um grande desenvolvimento técnico, pela primeira vez se estudou a composição química dos alimentos brasileiros (...) o caju, os frutos todos, o dendê, o teor de gordura, o teor de vitamina A, de vitamina E. (...) Eu participei disso, de enriquecer pão (...) distribuída (a merenda) no próprio SAPS com pão enriquecido com soja, aquelas primeiras experiências com soja e que se escreveu muito na época. Então, tudo isto começava, caminhava junto, o político e o técnico (N1, 1998).*

Os discursos denotam a crença que o saber técnico era essencial para a conquista de uma alimentação equilibrada, que favorece a melhor qualidade de vida.

Vargas ao adotar a estratégia de cooptação das elites sindicais simpatizantes e de exclusão das discordantes (LUZ, 1991), trouxe ganho de ambos os lados: por parte dos

⁴ IAPC: Instituto de Aposentadoria e Pensões do Comerciário

trabalhadores, a alimentação, por parte dos técnicos, a possibilidade de desenvolver suas pesquisas e divulgá-las.

Não há dúvida, que as “elites sindicais simpatizantes” foram protagonistas da história da Alimentação Coletiva no Brasil, restava saber como N1 e N2 viam a participação dos sindicalistas.

N1: Os sindicatos cobravam, era um serviço de alto nível cobrado e acompanhado. Eu mesmo trabalhei dentro do Sindicato da estiva (...) Você não queira saber, eles cobravam, cobravam tipo de serviço, qualidade.

N2: Eles exigiam realmente aquilo, quando faltava alguma das preparações, que eles estavam acostumados a ver, tipo leite, eles brigavam(...). No início eles aprenderam, foram se ajeitando e depois começaram a exigir (...) Os sindicatos pareciam que eram a favor, porque eles apoiavam o que nós fazíamos e o que o SAPS fez na época. Eles estavam sempre ali. Quando a gente via aquela roda política, já estavam eles lá (os sindicalistas). (...) Mas eles, realmente, eles foram atuantes na época.

Percebe-se através dos discursos, que, na época, os nutricionistas acreditavam que estavam lado a lado com o trabalhador, fazendo o seu papel de educadores na luta pela promoção da saúde.

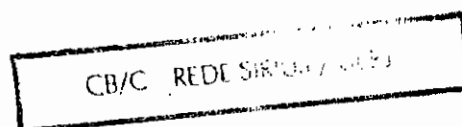
Os restaurantes eram muitos e em pontos considerados estratégicos pelo governo, como são hoje os Centros Integrados de Ensino Público - CIEPS, as favelas-bairro e outros no futuro, sustentados por políticas sociais populistas. Os relatos de N1 e N2 dão uma idéia da dimensão alcançada pelo programa.

N1: Eram muitos, aqui no Rio, no Brasil inteiro, porque depois começaram os restaurantes nas capitais, grandes Centros Industriais (...) foi de norte a sul do país, sendo que mais naquelas regiões(...) São Paulo teve vários, em Pernambuco, na Bahia, mais no

polo industrial, porque o objetivo era este. Agora, eles criaram aqueles postos de subsistência (...) inclusive começou sabe por que? Para atender a família dos pracinhas. (...) havia todo um cadastro e elas vinham com comprovante e compravam, eram preços mais fáceis para manter as famílias dos pracinhas, que estavam lá na Itália, depois ampliou. Ampliou para os trabalhadores, que tinham também que se cadastrar. Depois ampliou mesmo para toda a comunidade e prestou um serviço relevante. Então você atendia a família e atendia ao trabalhador, porque havia uma necessidade de se fazer isto. (...) O posto era muito mais fácil de implantar. Implantou no Estado do Rio, tinha em Carapebus, tinha em Campos, tinha no sul do Estado, toda a cidade de um determinado porte e que havia uma reivindicação, era implantado.

N2: Olha, eu me lembro de alguns populares, Imprensa Nacional, eu até trabalhei na Imprensa Nacional, O calabouço, que era dos estudantes, foi ali na ponta do Calabouço, no Castelo, depois tinha outros menores, tinha na Faculdade de Medicina, uns outros, no Leblon também, que depois acabou. Estou me lembrando mais destes, depois foi criado o do Palácio do Catete (...) tinha no Ministério do Trabalho, mas este era mais fino, mais requintado. Eu me lembro mais da Imprensa Nacional, Estiva, Restaurante da Estiva.

L'ABBATE (1988) confirma as declarações explicando que as realizações do SAPS apontam para uma diversificação de atividades: restaurantes populares (um Central e 4 gregários) atendendo a 5000 pessoas, fornecimento de refeições para 55 firmas, fiscalização de 45 outros, mantidos diretamente pelas empresas e órgãos públicos, postos de subsistência nos restaurantes e sindicatos profissionais e ainda algumas atividades culturais realizadas no restaurante Central, na Praça da Bandeira (Escola-Biblioteca, discoteca, filmoteca e aulas de corte e costura para filhas de operários). Havia ainda um "Consultório de Alimentação Econômica" para orientar os trabalhadores nas compras



domésticas de alimentos e um “Setor de encaminhamento e empregos”, funcionando a guisa de seguro-desemprego. Em relação à pesquisa, um laboratório, um biotério e uma cozinha-escola. Tudo contribuindo para um laço afetivo entre o Estado, as classes trabalhadoras, representadas pelos sindicatos, e os intelectuais tradicionais^v.

A história contada até aqui, faz supor que os sindicatos tinham grande interesse no fornecimento de alimentação à época do SAPS. Hoje quando os sindicatos lutam pelo emprego, não mais pelo salário ou benefícios, foi perguntado se o nutricionista teria perdido o parceiro.

N2: Eu acho, não sei se perdeu, mas diminuiu, não é? Ele já não é a mesma coisa, não sei se eles estão preocupados com outras coisas, eu acho que não é a mesma coisa, que era antigamente, não.

O SAPS não estava sozinho, vários outros locais implantaram serviços para fornecimento de refeições a trabalhadores, dentre eles o Serviço Social da Indústria – SESI e o Serviço Social do Comércio - SESC, ambos iniciados em 1947 (CARVALHO, 1998).

Havia uma convicção forte, que o caminho para resolver o problema alimentar brasileiro era a força da educação. Eram dois os movimentos dos precursores da Nutrição no país: aquele de caráter tecnicista e outro sócio-político. No primeiro, a ideologia que perpassava as questões nutricionais era a de que o povo não sabia se alimentar e precisava aprender. Um texto de OLIVEIRA, que indica consultas bibliográficas a artigos de nutrólogos brasileiros tais como Silva Melo, Umberto Perogrino, Dante Costa, Moura Campos, cobrindo o período de 1943 a 1957 dá a dimensão da crença:

A alimentação é a base da vida. Não há ser vivo sem alimentação; quando se fala em viver, pensa-se logo em alimento. Mas, para se viver com saúde, há necessidade de saber comer (1962:13).

Tal crença também era sustentada por MOSCOSO, que entendia que a educação alimentar deveria ser estendida a família em todos os níveis sócio-econômicos, o que justifica o SAPS organizar programas para a família dos trabalhadores.

Este hábito da inconveniência das horas das refeições é proveniente da falta de ensino da boa alimentação, que também incapacita as donas de casa no exato conhecimento de economia na aquisição, na conservação dos alimentos úteis e indispensáveis, na obtenção de melhor rendimento e no modo de seu preparo, com preservação das substâncias necessárias à nutrição, cuidados até agora inerente à profissão de cozinheiras indiscutivelmente mais bisonhas que as patroas e, portanto, ainda mais inaptas (1942: 93)

A vigilância dos médicos pioneiros não era unicamente com os aspectos de seleção e preparo dos alimentos, mas com o conteúdo das propagandas de novos produtos no mercado.

É fato que a indústria moderna dos aparelhos aperfeiçoados muito contribuiu para facilitar o árduo encargo da dona de casa e também para modificar a alimentação, mas o reverso também sucedeu, porque sua aplicação diretamente à indústria alimentar proporcionou um grande número de produtos conservados, que nem sempre guardam suas vantagens nutritivas e que à força de reclamos e anúncios atraem e seduzem, garantindo lucros compensadores e vantagens aos fabricantes (MOSCOSO, 1942:93)

Os relatos de N1 e N2 permitem imaginar como a educação nutricional era feita nos refeitórios:

E era interessantíssimo, minha experiência, por exemplo na estiva, (...), o cidadão entrou com uma garrafa de cerveja(...) e lá foi eu (...) cheguei e disse: Não pode. Mas porque eu não posso, aqui é meu sindicato. Eu disse, olha a cerveja vai ficar aqui, você

tem que ver meu lado e tal, aí entrou e aí quando ele recebeu a bandeja com aquele copo de leite, os parceiros gozavam uns aos outros e no fim, tinha sempre uma doutrinação (...) tinha um autofalante (...) uma aparelhagem de som muito boa, com pessoas muito preparadas (...) a Divisão Técnica fornecia, todo o instrumental, explicando as coisa: o valor dos alimentos, da importância daquela bandeja. (...) eu dizia as quantidades e os volumes, eles ficavam espantados (...) não caberia isto na sua marmita? Não, não...Então você já dizia tudo o que fazia.

N2: A cada semana nós discutíamos um assunto, por exemplo: se a gente mudasse o cardápio, se tivesse ave, a gente falava um pouco sobre aves, como é que usava e até ensinava a este povo, a estas pessoas como fazia algumas preparações com aves, aquelas alternativas que eles poderiam fazer em casa, mais baratas. A gente conversava com frequência, eles se interessavam muito em saber.

N1 relatou com entusiasmo a experiência de cursos chamados 4 Es - Educação, Espírito, Esforço e Êxito.

Educação, Espírito, Esforço e Êxito, era bem copiadinho dos Estados Unidos, na época da Guerra tinha isso.(...) Então tinha o clube dos 4Es (para meninos e meninas) e tinha para moças e para donas de casa. Era um programa um pouco extensionista, porque, americano gosta disto (...) e este curso de senhoras aprendiam alimentação e aprendiam a costurar, porque o objetivo era ensinar instrumentos que ela melhorasse a receita da família para poder comprar ovos que a gente recomendava (...) a nutrição e alimentação básica. Aprendiam os sucos, aprendiam o valor dos alimentos, fontes.(...) O SAPS no Brasil inteiro espalhado, com esta preocupação de educar a família, para melhorar o padrão alimentar, mas também da participação da família no orçamento doméstico.

O programa proposto pelo SAPS entusiasmou alguns empresários que foram buscar sua parceria.

N1: *Havia parcerias sim, mas isto já foi mais adiante. No início não, porque depois houve interesse. Havia interesse do empresário, interesse do próprio trabalhador, o outro tinha e ele não tinha e houve parcerias.*

Nos primeiros anos de 1940, quando da implementação do SAPS, a situação do Brasil no plano financeiro era favorável, pois acumulara divisas no exterior, resultante das exportações nos anos de guerra (FAUSTO, 1994). Este é um fato que pode ter possibilitado o crescimento do projeto de restaurantes populares.

A preocupação com a alimentação do trabalhador ia além das fronteiras brasileiras. MOSCOSO ao dar as linhas da prescrição dietética para os trabalhadores, mostra isto.

As comissões técnicas da Liga das Nações, do ministério Britânico da Saúde, a Comissão Consultiva de Nutrição da Sociedade Real de Medicina da Grã-Bretanha, o Departamento de Saúde dos Estados Unidos, o Instituto de Nutrição de Tóquio e os especialistas Tiszka, von Norden, Starling, Bottazzi, Saiki, Aykroyd, Burnet, etc. concordam unanimemente que a necessidade diária de um trabalhador adulto é de 3000 Kcal por dia, fornecidas por uma alimentação que contenha proteínas, das quais 1/3 de origem animal, gordura, principalmente de origem animal, para assegurar a vitamina D, hidratos de carbono, vitaminas A-B-C-D e cálcio, ferro e fósforo nas quantidades já estabelecidas"(1942:74).

As orientações dietéticas de hoje não seriam absolutamente estas, muitos conceitos evoluíram, após anos e anos de pesquisa. As características do trabalho também mudaram, da mecanização se passou a automatização, o que contribuiu para redução do aporte calórico da dieta do trabalhador. No entanto, o relato revela que as dietas a serem

oferecidas para os trabalhadores estavam pautadas em recomendações técnico-científicas. Aliás, a cientificidade era uma justificativa para as propostas de melhoria nutricional dos trabalhadores, dentro de uma conjuntura política de caráter populista.

É interessante mostrar, que naquela época, a dieta dos brasileiros, em relação ao aporte protéico, eram bem mais contempladas do que a dos europeus. Se os dados do Quadro 1 dizem a verdade, é válida a crítica: esbanjava-se proteína no Brasil. Neste sentido, ontem como hoje, eram poucos os privilegiados que podiam queimar proteína para produzir energia laboral, mesmo que estas fossem para desenvolver industrialmente o país. Aí se justificava os esforços dos nutricionistas do SAPS em balancear as dieta, porcionando de forma adequada “as refeição nossas de cada dia”.

Quadro 1. Consumo de carne geral por pessoa e por dia

PAÍS	Gramas
Itália	44,0
França	123,0
Alemanha	150,0
Inglaterra	164,0
Brasil	200,0

Fonte: Almeida Junior. In: Moscoso, 1942.

O problema não é o consumo médio (que o autor chama de geral) por pessoa, mas saber dentre os trabalhadores, quantos não têm acesso ao disponibilizado. O Estudo Nacional da Despesa Familiar – ENDEF/IBGE (74/75) In : SICHIERI (1998), indica um consumo de carnes em gramas para o Estado do Rio de Janeiro de 68 para bovina e suína, 45 para frango e 29 para pescado. Estudo conduzido por SICHIERI (1998) em 1996 indica um consumo em porções de 1,2 para carne e frango e 0,29 para peixe, que transformadas em gramas, segunda a tabela de PINHEIRO et al. (1994) corresponde a 90 e 150 respectivamente. Comparando-se os dados de Almeida Junior, ENDEF e Sichert, mesmo

com restrições metodológicas, verifica-se que o menor consumo foi no apagar das luzes do milagre econômico.

A relação entre o Brasil e os Estados Unidos modificou-se bastante após o início da guerra como explica ABREU:

Enquanto no final da década de 30 e nos anos iniciais da guerra o governo brasileiro era visto em Washington como uma ditadura mais aceitável de que outras, depois de 1943 as preocupações quanto a falta de democracia interna tornaram-se evidentes (...) O ostensivo apoio norte-americano foi importante elemento do processo de desestabilização da ditadura varguista que culminaria na sua deposição logo após a vitória no pacífico.(...) A eleição de um novo governo, que provou ser bastante menos apto a ter dúvidas quanto à necessidade de respeitar os compromissos implícitos assumidos pelo Brasil em relação aos Estados Unidos, marcou, na verdade, o início de um longo período de hegemonia econômica e política dos interesses norte-americanos no Brasil (1990:103).

VIANNA, acredita que *as perspectivas do Governo Dutra* (sucessor de Getúlio) foram fundamentalmente determinadas pela idéia de um mundo organizado de acordo com princípios liberais de Bretton Woods^{vi}(1990:105). Segundo o autor, o ano da reviravolta foi 1947, quando da proclamação da doutrina Truman, que anunciava a disposição norte-americana de combater a expansão comunista. Neste ano, os comunistas foram banidos dos governos francês e italiano. Começava a guerra fria.

No Brasil, viu-se também a repressão ao Partido Comunista, que surgiu em 1946 e em 1947, já obtinha o terceiro lugar no número de votos nas eleições estaduais (FAUSTO, 1994). Este relato mostra a expressividade que adquiriu o partido e explica a perseguição, a qual esteve sujeito e seus reflexos no movimento sindical com relata FAUSTO.

No mesmo dia do fechamento do PCB (Partido Comunista Brasileiro), o Ministério do Trabalho ordenou a intervenção em catorze sindicatos e fechou uma central sindical controlada pelos comunistas. Seguiram-se nos meses seguintes novas ações repressivas, a ponto de haver mais de duzentos sindicatos sob intervenção no último ano do governo Dutra. (1994:402).

Do ponto de vista da política econômica, Dutra optou por um modelo de estilo liberal. *“Passou-se a acreditar que o desenvolvimento do país e o fim da inflação gerada nos últimos anos de guerra dependiam da liberdade dos mercados em geral e principalmente da livre importação de bens”.* (Ibid:403). Na prática a orientação parece não ter dado os frutos esperados e o Brasil adota *“uma nova política econômica (que) surgiu como resposta aos problemas do balanço de pagamentos e da inflação, mas acabou por favorecer o avanço da indústria”*(Ibid).

A partir de 1942, o Brasil passou a receber comissões de técnicos norte-americanos, que elaboraram uma série de análises setoriais e regionais, apresentando sugestões e fazendo um inventário pormenorizado das nossas potencialidades. Em 1948 há a retomada da cooperação mútua Brasil-Estados Unidos e em 1950 foi firmado um novo acordo, sendo constituída a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (extinta em 1952) para o Desenvolvimento Econômico. A partir destes estudos, o governo Dutra criou o Plano Salte, que concentraria seus esforços nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia. O Plano foi abandonado em 1951, devido a uma lei promulgada pelo Congresso norte-americano, que previa a assistência técnica dos Estados Unidos aos países carentes, mas apenas nas áreas de agricultura, saúde pública e educação.

O retorno de Getúlio, pelo voto popular em 1950, está marcado por uma defesa da industrialização e na necessidade de se ampliar a legislação trabalhista.

VIANNA relata que:

Mantinha-se a taxa de cambio sobrevalorizada e progressivamente impunha-se medidas discriminatórias à importação de bens de consumo não essenciais e os com similar nacional; daí resultou um estímulo considerável à implantação interna de indústrias substitutivas desses bens de consumo, sobretudo os duráveis, que ainda não eram produzidos dentro do país e passaram a contar com uma proteção cambial dupla, tanto do lado da reserva de mercado como do lado do custo de operação. Esta foi basicamente a fase de implantação das indústrias de aparelhos eletrodomésticos e outros artefatos de consumo durável (1990:115).

O período de 1930 a 1950 pode ser considerado como o período áureo do desenvolvimento brasileiro e nada mais coerente que uma política alimentar que contribuísse para alavancar um processo de industrialização tardio.

A partir dos anos 50, os restaurantes populares evoluíram para os restaurantes industriais, que se valeram inicialmente da experiência dos técnicos do SAPS. Assim, surge no Brasil a administração de serviços de alimentação no modelo “auto-gestão”, favorecida por um período intensamente desenvolvimentista.

Segue-se ao período populista (1930-1950), uma época que ficou conhecido pela tentativa de implementar-se um projeto nacional de desenvolvimento econômico. O governo Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), 1956 a 1960, foi marcado por ações que objetivavam por em prática o "Plano de Metas", que envolvia grande número de obras, uma vez que centrado no setor de energia/transporte e em atividades industriais básicas, siderurgia e refino de petróleo. Para tanto, o governo se viu na contingência de levantar vultuosos empréstimos estrangeiros, já que o plano envolvia vigorosa elevação dos gastos públicos. O Plano de metas compreendeu duas etapas: a de formulação em 1956, e a de

implantação, entre 1957 e 1960. Não se pode negar o nível de desenvolvimento que o Brasil alcançou (LUGARINHO, 1989:98).

Enquanto Vargas equacionou o desenvolvimento industrial brasileiro, seu financiamento só se viabilizou na *administração Kubitschek (JK)*, quando a *idéia do financiamento público foi substituída, na prática, pelo investimento privado estrangeiro e a industrialização pesada, por uma indústria de bens de consumo de bens duráveis(...)* com alto grau de internacionalização produtiva e dependência tecnológica e com baixo grau de articulação financeira e monopolização. Finalmente com J.K, fez a opção definitiva por um padrão de financiamento dependente do capital estrangeiro e do uso pelo Estado do endividamento interno e externo, ou mesmo da inflação, como forma de escorar uma burguesia empresarial extremamente conservadora, protecionista e anti-popular.(FIORI, 1995: 66 e 70).

Se por um lado alcançou-se elevado ritmo de crescimento, por outro, trouxe como conseqüências: a) liderança econômica das empresas multinacionais, uma vez que o financiamento expansionista abria possibilidades financeiras atraentes para às empresas privadas nacionais e estrangeiras; b) o crescimento da dívida externa, devido ao intensivo apoio à entrada de capital estrangeiro; c) violenta inflação, resultado da cobertura de elevados déficits extra-orçamentários sob a responsabilidade direta do banco do Brasil; d) aumento do custo de vida refletindo nas classes trabalhadoras e redução da capacidade de importação.

Segundo LESSA, *A alta de preços adviria de erros dos mentores da política econômica*" (1981:75). Ele explica que com base na estimativa de que as inversões do Plano de Metas apenas representariam 40% do setor público e que um terço destas inversões teria que ser financiado pelo exterior, não pela via forçada da alta de preços, não

havia porque gerar um movimento inflacionário tão alto. O problema parece ter explicação na não rigorosa previsão do esquema de financiamento e na decisão de, ao invés de diminuir os montantes de investimentos, visando atenuar o movimento inflacionário, a decisão foi no sentido de confirmar o esforço sobre esses. Mesmo a adoção de uma política de contenção de preços não resultou no esperado.

Havia uma crença: se a economia estava crescente, não importa a penetração do capital estrangeiro no país, assim, bastava industrializar para resolver todos os problemas sociais. Era necessário aos países em desenvolvimento estreitar os laços com o capital internacional. Implementar o plano de metas era de grande interesse para o setor industrial, uma vez que um conjunto de empresas seriam diretamente beneficiadas pela expansão dos gastos públicos. Na opinião de LESSA, o Plano de Metas foi *a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país* (1981:27). Esta opinião é compartilhada com ORENSTEIN, SOCHACZEWSKI: *(o Plano de Metas) consistiu o mais completo e coerente conjunto de investimentos até então planejados na economia brasileira* (1990:171). No entanto, a decisão de construção de uma nova capital - Brasília- foi formulada por decisão autônoma do governo, o que veio agravar o quadro de individualismo do país.

Os mais prejudicados com o movimento inflacionário que se seguiu foram os operários, dada a contenção salarial imposta (funcionalismo e operários industriais) em um momento em que a organização sindical estava visivelmente desestruturada. O autor ainda acrescenta que a industrialização favoreceu a faixa de empregados qualificados em detrimento a mão de obra não qualificada.

LESSA mostra em seu livro "Quinze anos de política econômica" (1981) que os investimentos requeridos pelo Plano de Metas 1957/1961, atribuíram para o setor

alimentação 3,2% sobre o custo estimado dos bens e serviços produzidos no país, contra 73% dos setores energia e transporte somados. Apesar do alcance das metas, em relação aos alimentos, houve encarecimento, oriundo dos custos de transporte.

A década de 50 até meados de 60 foi marcada por uma profunda alteração no pensamento desenvolvimentista. Sob um enfoque mais geral, o Plano de Metas desejava elevar o padrão de vida do povo, ao máximo compatível com as condições de equilíbrio econômico e estabilidade social (ORENSTEIN, SOCHACZEWSKI,1990).Esta afirmativa pode ser uma das razões para diminuir o interesse por restaurantes populares, nos moldes do período populista. Esta tendência se efetivou com a extinção do SAPS em 1967.

De fato, após 1964, quando várias intervenções ocorreram nos sindicatos e o movimento sindical perdeu força, reduziu-se tanto o campo das conquistas salariais como o poder de barganha dos trabalhadores em relação a outras reivindicações. Nesta conjuntura, realmente, não se justificava restaurantes populares, principalmente em parceria com sindicatos como aconteceu na década de 40. O novo cenário da Alimentação Coletiva se constrói com maior intensidade nas empresas.

Favorecidos por empréstimos oficiais, sem reajustes financeiros e com longos prazos de amortizações, as indústrias automobilísticas, mecânica, de material elétrico pesado e de construção naval desenvolvem-se e muitas criam serviços de alimentação em suas fábricas, por iniciativa própria.

No período 1967 a 1973, *a política salarial e a política de relações trabalhistas do governo tiveram como resultado uma contenção dos níveis de salário real, dentro do espírito de combate à inflação de custos da nova administração, favorecendo a acumulação de capital via manutenção de elevar a taxa de lucro e possibilitando uma política de remuneração seletiva para o pessoal de nível mais elevado* (LAGO, 1990:287).

Neste mesmo período ocorreu um desnível expressivo entre as classes sociais quanto a distribuição de renda. Dados censitários citados por LAGO (1990) revelam que o índice de GINI (indicador de desigualdade), no limite inferior, teria aumentado de 0,497 em 1960 para 0,562 em 1970. Daí para frente, a tendência foi crescente. Neste sentido, não se pode contestar aqueles que dizem que o milagre, de 1968 a 1973, beneficiou apenas uma pequena parcela da população brasileira, uma vez que os bens de consumo produzidos pelas indústrias brasileiras foram reclamados por um estrato restrito da população.

Os trabalhadores especializados, os técnicos e os gestores dos setores de ponta da economia, ao serem beneficiados pelos altos salários, impulsionaram o consumo de bens e criaram a ideologia de consumo.

N2: Os empregados nossos (serviço próprio) tinham salários altíssimos. Então, um cozinheiro meu ganhava muito mais que hoje um cozinheiro ganha numa empresa. E o ajudante de cozinha, o auxiliar de serviços gerais e tal.(...)Então hoje os salários deles são baixíssimos. (...) Houve realmente uma proletarização para estes empregados.

As taxas de desemprego na ordem de 3 a 4,9% no setor urbano (PNAD,1973:XII apud LAGO, 1990) parecem encobrir uma economia formal que paulatinamente foi subempregando o trabalhador.

O setor terciário já começava a evoluir (LAGO, 1990). Diversos economistas como CASTRO, SOUZA (1985), LESSA (1981), LAGO (1990), LARA RESENDE (1990) comentam que as empresas estatais atingiram níveis de maturidade bastante aceitáveis.

A situação econômica dando sinais de reaquecimento, quando o Bruto Interno Bruto atinge a taxa de crescimento médio de 12,2% aa (CASTRO, SOUZA, 1985:118), facilitou as negociações para criar um Programa Nacional de Alimentação. Em 1972 é criado o Instituto de Alimentação e Nutrição. Dentre os três programas propostos,

Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN I, II e III, foi o segundo que idealizou e concretizou, o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (BRASIL, 1987, 1995,1997), que contempla a Alimentação Coletiva.

Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, regido pela Lei nº6 321 de 14 de abril de 1976, dispõe sobre a dedução, sobre o lucro tributável para fins de imposto de renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas em programas de alimentação do trabalhador e confere prioridade ao trabalhador de baixa renda. O Decreto nº78 676 de 8 de novembro do mesmo ano, regulamenta a Lei determinando que a dedução estaria limitada a 5% do lucro tributável em cada exercício, podendo o eventual excesso ser transferido para dedução nos dois exercícios subsequentes.

A espinha dorsal do programa repousava na premissa que o problema da desnutrição no país poderia ser considerado como uma enfermidade social, causada pelo baixo poder aquisitivo da população e só poderia ser superado com a melhoria das condições de emprego e renda. A grande verdade, é que o PAT beneficiou e continua beneficiando trabalhadores do mercado formal e não a classe trabalhadora como um todo.

N1 acompanhou a implantação do PAT:

Eu era na época delegada pelo Estado do Rio da FEBRAN⁵ e veio aquele jovem David do Ministério e tal que era o Pai do PAT e veio para um encontro eu acho que foi no Hotel Nacional, para mostrar o que era o PAT para o empresariado, os técnicos (...) nós ficamos muito preocupados, porque, ao mesmo tempo, ele não incluiu nutricionista na época. A lei não dizia nada que tinha (o programa) que ser assinado por nutricionista. Aliás, isto justifica uma outra coisa. Ele disse que não podia publicamente, porque aquilo era projeto a nível nacional e que não havia nutricionista no país de norte a sul. Foi a

⁵ FEBRAN - Federação Brasileira de Nutrição que congrega as associações das unidades federativas.

grande explosão de cursos a nível nacional (...) nós não temos o profissional suficiente para ocupar o espaço. (...) Eu fiquei muito impressionada com o PAT, quando sai de lá. (...) Eu via naquilo uma grande chance do nutricionista mostrar o seu trabalho. Isto não ocorreu, ocorreu exatamente isso. (...) quando eu fui para o Conselho, encontrei colegas sendo responsáveis, na época não tinha responsabilidade técnica, (mas) elas eram responsáveis (...) de dezessete, quinze. Quer dizer, não podiam estar em lugar nenhum. Isto foi uma pena, porque descaracterizou, pelo menos para nós, sob o ponto de vista técnico.

Na opinião de N2, o PAT era mais caracterizado por uma supervisão do processo produtivo do que pela orientação nutricional: *Enquanto era só supervisionado, você não vivia o dia a dia com o trabalhador, você não tinha tempo de conversar, de saber das idéias dele.*

Esta situação levantou a hipótese de que o nutricionista perdera de vista o compromisso com as questões sociais que perpassam a Alimentação Coletiva.

Qual era o cenário em que a Alimentação Coletiva era ator?

A súbita e violenta elevação dos preços do petróleo, ocorrida em outubro de 1973, afetou em cheio a economia, porque o Brasil dependia do petróleo importado para suprir cerca de 80% de suas necessidades energéticas. Seu sistema viário centrado em rodovias, era a forma de unir os mercados do interior aos do litoral. A indústria automobilística tornara-se a maior dos países em desenvolvimento. Assim, o petróleo era um insumo crítico e de difícil substituição a curto prazo. Apesar desta ameaça, o Brasil optou pela estratégia de crescimento, fundamentada no desenvolvimento dos setores de base, procurando reduzir a dependência em relação a fontes externas, ao mesmo tempo que se procurava dar mais impulso ao desenvolvimento tecnológico industrial, onde estava

incluída as indústrias de alimentos. A este quadro CASTRO, SOUZA chama de "*marcha forçada*" e explica:

Em princípio ela se traduz, basicamente, na sustentação de taxas de investimento excepcionalmente elevadas, não obstante as dificuldades trazidas pela crise (...) em pleno período recessivo, os resultados da marcha forçada começam a surgir sob a forma de uma (surpreendente) melhoria no Balanço de Pagamentos - atribuída, em regra, e equivocadamente, à política econômica dos anos 80 (1985: 8).

O autor explica que este resultado é devido às mudanças provocadas direta ou indiretamente pela própria "marcha forçada" (que se inicia em 1974). *Suas conseqüências continuavam se impondo mesmo quando indesejadas pelos gestores da política econômica. (Ibid:8).*

A estratégia adotada em 1974 forçou o país a tomar vultuosos empréstimos para cobrir a diferença entre o dispêndio interno (consumo + investimento) e a produção nacional. Assim, a entrada de capitais externos, tornou-se um dos mecanismos básicos para conciliar os objetivos de crescimento e de estabilização. O governo anunciou o II Plano Nacional de Desenvolvimento _ II PND - cujos objetivos eram ampliar a base do sistema industrial, ou seja, a construção de uma moderna economia industrial, e aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho.

Segundo CASTRO, SOUZA(1985) o plano deixa claro que a consecução dessas mudanças requer a ativa presença do Estado, o que contraria uma autêntica economia de mercado. O plano era ambicioso, desejava superar a crise e o subdesenvolvimento.

O II PND cumpriu sua meta de transformação da estrutura produtiva, mas não foi capaz de por em prática as estratégias de desenvolvimento social, no sentido de garantir a todas as classes e, em particular, às média e trabalhadora, substanciais aumentos de renda

real, nem eliminar os focos de pobreza absoluta. Para tanto, seria necessário realizar políticas redistributivas enquanto o bolo crescia (CASTRO, SOUZA, 1985).

As mudanças nos rumos da economia europeia, ocorrida a partir dos anos 70, indicam um esgotamento do modelo de crescimento em bases de uma produção fordista, caracterizada por *aumentos gerais de salário com a elevação da produtividade decorrente principalmente de economia da produção em grande escala*. (BALTAR, PRONI, 1995:1). O novo modelo propõe a flexibilização do trabalho, eliminando direitos legais conquistados ao longo de décadas e exige do trabalhador a multi-especialização. Isto permitiu a redução do custo da mão de obra e facilitou a competitividade acirrada da indústria nacional.

No entendimento de CASTRO (1998) as empresas estrangeiras, com centros decisórios situados fora do país estagnaram ou mesmo regrediram, as empresas públicas, legalmente desprovidas da agilidade necessária à sobrevivência num meio ambiente turbilhonário, em que as próprias regras do jogo eram por vezes alteradas, sofreram enorme erosão. Os consumidores sem acesso ao crédito e acuados pela possibilidade de desemprego, contiveram gastos.

A partir de 1981, o Brasil passa por um processo de endividamento com recessão (CASTRO, SOUZA, 1985). A fase crítica é 1982, com o colapso do mercado de créditos internacionais para países em desenvolvimento. A orientação dada pelo Fundo Monetário Internacional _ FMI à política econômica agravava a recessão, exigindo enormes sacrifícios da nação, com despesas crescente do serviço da dívida. O Brasil para assimilar a sucessão de choques externos adotou um programa de ajustamento (engajamento da política econômica num processo de adaptação da economia a nova conjuntura) idealizado pelas autoridades brasileiras e consagrado no acordo com o FMI. O Balanço de

Pagamentos respondeu bem, *não obstante os juros externos médios continuarem excepcionalmente elevados, os capitais de risco não terem voltado a ingressar no ritmo desejado e o mercado financeiro internacional não ter se recuperado*, como comenta CASTRO, SOUZA (1985:19).

Com o passar dos anos, o mercado de Alimentação Coletiva vai se expandindo, ajudado pela idéia da terceirização das atividades meio da empresa, adotada a partir da crise dos anos 80. Na década de 90 o perfil da terceirização incluía a Alimentação Coletiva com bastante expressividade.

Quadro 2. Atividades terceirizadas nas 500 maiores empresas - %
Primeiro quadrimestre de 1992

ATIVIDADE	%
Restaurantes	70,0%
Transportes	58,4%
Segurança	45,9%
Construção e montagem	41,7%
Consultoria Organizacional	16,7%
Metalurgia e mecânica	04,2%

Fonte: Price Waterhouse apud VANCA, 1994

A situação econômica do país vai modelando as formas de contrato entre as empresas e concessionárias. Inicialmente, década de setenta, havia uma única modalidade: a gestão, onde os insumos mão de obra, matéria prima e métodos de gestão e dietéticos eram de responsabilidade da contratada, ficando a contratante responsável pelo fornecimento dos equipamentos e instalações. Mais adiante a gestão passa a ser integrada e então, ela é compartilhada entre contratante e contratada, mas a responsabilidade sobre os insumos, não se altera. Esta modalidade evolui para a gestão mista ou aberta, onde era estipulado um custo total destinado a recursos humanos e materiais, incidindo sobre estes uma taxa de administração. Em todas estas modalidades havia padronização de produtos e serviços.

Embora o programa fosse prioritariamente para operário de baixa renda, na realidade, empregados de todos os níveis, incluindo os executivos eram beneficiários do programa. Uma das conseqüências da participação ampla e irrestrita, foi o aumento do nível de exigência quanto ao padrão da refeição e serviço, ou seja mais variedade de produtos e diversificação de serviços. Nestas condições, os custos subiam e a solução encontrada pelas concessionárias (empresas contratadas) foi a modalidade contratual conhecida como mandato. Neste, o gerenciamento é dividido entre a contratada e a contratante, cabendo a contratante a aquisição e gerenciamento de recursos materiais e a contratada a alocação de recursos humanos, de acordo com a política salarial da contratante, se assim o desejar. Incide sobre os custos uma taxa de administração em torno de 20% (negociável). Esta modalidade ainda evolui para o mandato compartilhado, onde o gerenciamento é realizado pela contratada nos itens recursos humanos e materiais, sendo que as faturas de compra são feitas em nome do cliente que repassa à contratada o valor das faturas e esta efetua o pagamento. Também incide sobre o custo uma taxa de administração. Sob o postulado do cliente tem sempre razão, as negociações entre contratadas e contratantes foram tão flexibilizadas, que os contratos passam a traduzir o desejo de cada cliente, desde que ele aceitasse pagar por isto. É mister ressaltar, que em todas as formas de terceirização as despesas indiretas de fabricação correm por conta da contratante, salvo situação de simples arrendamento da área física, previamente instalada. Neste caso, a contratante perde a autonomia administrativa. Do exposto, percebe-se que a terceirização em Alimentação Coletiva tem suas peculiaridades que contrariam a concepção da terceirização: produção de produtos fora da planta.

O ajustamento à nova conjuntura, exigiu do setor de Alimentação Coletiva adotar uma nova estratégia, que dispensava financiamentos para montar plantas operacionais de

produção de refeições nas empresas. Cria-se um novo sistema de fornecimento de refeições, a modalidade refeição-convênio (fornecimento através de tíquete). Foi inegável o sucesso. Em aproximadamente dez anos depois da efetivação do sistema, 1988, o setor apresentava crescimento médio anual em torno de trinta por cento, atingindo níveis de 600 milhões de refeições, segundo informação dado pelo Diretor financeiro de uma das maiores firmas do setor com cerca de 19% do mercado e 28 filiais em todo o Brasil (BRAGA,1988).

Neste mesmo ano, o PAT beneficiava 4,5% da população economicamente ativa do país, sendo que naquele momento o programa atendia a 4650000 refeições por dia, 1230 x 10⁶ por ano, com tendência de crescimento anual da ordem de 20% (BRAGA, 1988:14). Em contra partida, o trabalhador rural em nada se beneficiou do PAT. Esta afirmação está em sintonia com o pensamento do Ministro do Trabalho,

O setor patronal rural deveria se interessar por soluções. Sei de algumas iniciativas neste sentido. Usineiros do interior de São Paulo estão levando a refeição quente de Kombi até aos trabalhadores no campo. Chamam até de bóias-quente. A Klabin, no Paraná, fez o contrário. Instalou um refeitório central e vai buscar, com transporte gratuito, os trabalhadores no campo para o almoço. (...)Na Usina da Barra, na usina São Martinho é perfeitamente possível fazer isto. Agora. o pequeno proprietário rural dedicado, por exemplo, à pecuária leiteira, as pequenas granjas, não tem condição. Mas é um caso a se estudar por todos os lados. Porque me pergunto: nestas situações o problema de alimentação do trabalhador realmente existe? (Ibid: 1988:15). Será que o Ministro desconhecia os índices de pobreza? Um Glossário de "Notas" publicado pelo INSTITUTO LIBERAL obtidos do Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística _ IBGE revela:

Cerca de 30% da população brasileira sofre de desnutrição, em variados graus de atividade. No campo, este percentual supera 41% da população (grifo meu) Sob o ponto de vista de remuneração, cerca de 50% dos economicamente ativos ganham mensalmente até 2 salários mínimos (1993:199).

Retornando ao sistema de refeições-convênio. Donos de restaurantes de um lado e operadoras de outro discutem as taxas de administração em torno de 6%. As operadoras se apoiam em uma pesquisa que demonstrou que cerca de 70% da renda de restaurantes que não sejam de luxo, vêm do tíquete (BONATTO, 1999). Por outro lado, os proprietários de restaurantes não parecem nada satisfeitos, como revela estes depoimentos: *Os restaurantes são vítimas dessa ratoeira que é o PAT. O único argumento das operadoras para cobrarem esta taxa abusiva é que são poderosos e possuem um forte lobby. Eles servem como intermediários para encarecer o produto” (Ibid: 13-14). Para o dono do restaurante, a única solução é o sindicato acabar com este programa, para o trabalhador usar o dinheiro, pagando menos (Ibid: 14). As operadoras tem a resposta pronta: Eles gostariam de ter um aumento de 70% no faturamento e não pagar nada (Ibid:13). Os sindicatos há muito que não podem se preocupar com a alimentação do trabalhador, estão muito mais preocupados em garantir o emprego.*

A verdade é que mais de dez anos se passaram e o governo não implementou nenhuma ação necessária para moralizar a refeição-convênio. As declarações denunciam as irregularidades: *a venda dos tíquetes gerou uma máfia de tiqueiros. Andando pelas ruas de São Paulo, qualquer trabalhador pode vender seu talão de tíquetes, ou ainda, se preferir, apenas a unidade, para ambulantes que pagam de 80 a 85% do valor total.(BONATTO, 1999: 15). Isto também vale para os comerciantes, que preferem perder 20% da receita, mas ter seu dinheiro no dia. Neste caos, os donos de restaurantes acharam*

uma nova forma de enfrentar as operadoras, pagar a seus fornecedores com os tíquetes. É inegável, o tíquete-refeição é moeda no “baixo mundo” da Alimentação Coletiva. A refeição-convênio, como era já esperado desde sua implantação, foi distanciando o nutricionista de sua tarefa de manter e recuperar nutricionalmente o trabalhador em seu esforço laboral, uma vez que são responsáveis técnicos das operadoras. Todos estes desdobramentos fizeram emergir uma insatisfação bilateral, tanto para o nutricionista, quanto para força de trabalho.

Inicialmente, paralelo ao PAT, havia um programa, no qual o Governo financiava equipamentos e obra civil para a montagem de cozinhas. A partir dos anos 80, os financiamentos foram suspensos, levando as indústrias nacionais a sofrerem com a redução da demanda. Várias empresas nacionais fecharam. Os equipamentos foram substituídos por modelos importados, tecnologicamente mais arrojados. As empresas tinham dificuldades para conviver com os preços dos equipamentos vigentes no mercado externo, principalmente italianos e alemães, embora não seja esta a opinião das “dealers”⁶.

QUEIROZ descreve a situação vivida pelos fabricantes de equipamentos: *para os fabricantes de equipamentos, o maior problema enfrentado nestes últimos 3 anos foi a retração nas vendas acompanhada de queda no preço final dos seus produtos (1993:27)*. Em algumas indústrias a queda do volume de vendas alcançou até 30%. *É justamente entre as concessionárias que as dealers, distribuidoras exclusivas de equipamentos importados, têm encontrado maior dificuldade de penetração. Estas empresas não têm demonstrado grande interesse por produtos que são hoje o que há de mais moderno para o mercado de refeições (Ibid:28)*. As concessionárias se justificam: *No exterior não há apenas*

⁶ Dealer – Neste caso, é um representante exclusivo de empresas estrangeiras, tem desconto de revenda e outras vantagens que possibilitam vender o equipamento por um custo próximo ou mesmo praticado no exterior. Em alguns casos, o equipamento importado é mais barato que o nacional.

fabricantes de equipamentos modernos, mas também toda uma indústria de alimentos pré-elaborados dando sustentação ao negócio (...) Na Europa há um grande envolvimento entre as três partes –

concessionárias, fabricantes de equipamentos e de matéria prima (...) Outra dificuldade está nos preços dos importados em relação com os da mão de obra do País (...) Estes equipamentos nos dão ganhos de produtividade, mas custam 2 vezes mais aqui do que no exterior, enquanto nossa mão de obra é 3 vezes mais barata. Fazendo as contas, demoramos 6 vezes mais tempo para recuperar o investimento feito.(...) o interessado tem que se certificar se o distribuidor oferece assistência técnica, reposição de peças e se não vai parar de representar o fabricante estrangeiro no Brasil de um momento para o outro (Ibid:29). No entanto, as dealers são duras ao se referirem à indústria nacional: as dealers só tem se viabilizado porque oferecem produtos a preços compatíveis com a realidade brasileira.

A opinião dos tecnólogos não é diferente.

T1: Você pega uma máquina alemã e uma máquina nacional...Não é desmerecer o nosso, tem muita diferença de tecnologia, de durabilidade, o próprio projeto do equipamento. Então no início, houve essa invasão da máquina, porque as tarifas estavam baixas, então, o preço era competitivo. Depois o governo apertou novamente, então, eu percebo que a indústria nacional deu novamente um salto.

As empresas contratantes foram ficando cada dia mais exigentes e então, a partir dos anos 90 as firmas de Alimentação Coletiva iniciam a corrida para a obtenção dos certificados de ISO (International Standardization Organization).

Como a institucionalização da ISO repercutiu entre as empresas de Alimentação Coletiva?

T4: *Eu estive em algumas cozinhas para fazer implantação, para fazer auditoria de ISO (...) Para as grandes, isto já é um fato, a maioria delas estão se adaptando a isto. A pequena, houve falar e quer fazer, mas não sabe como e acha que é um negócio inatingível (...) Isto é o meu "feeling" do negócio.*

Um dos primeiros passos para a implementação do sistema de ISO é a qualificação da mão de obra operacional e de supervisão, que deverá estar preparada e disposta a cumprir os critérios necessários ao monitoramento das condições sanitárias do processo de refeições coletivas. Cotejou-se as opiniões dos nutricionistas e tecnólogos.

T1: *Já fomos procurados por cozinhas industriais, por redes de restaurantes, que querem dar treinamento. Então, dentro daquela interface, quer dizer, quando nós temos, um profissional habilitado e que atinge também o objetivo daquele cliente, a gente tem dado curso nesta área.*

N4: *Eu conheço Alimentação Coletiva há 22 anos. As primeiras empresas de refeição coletiva eram empresas estrangeiras. Depois é que o capital brasileiro foi se preocupar com isto (...) Elas (empresas nacionais) chegaram em berço esplêndido (...) Então o que fizessem estava bom. Ao longo do tempo, o cliente está mais exigente, elas agregaram alguma tecnologia (...) Mas ainda assim há uma precariedade muito grande na formação de mão de obra. O problema que existia à 20 anos atrás, continua existindo. Os quadros que estas empresas montam para prestar serviço as empresas continuam altamente desqualificados. Até porque a competitividade é grande, os preços tem que ser cada vez menores. Então opta-se por ter um número maior de empregados, ou seja quantitativamente a equipe satisfaz, mas qualitativamente não.*

CARVALHO (1998) corrobora as declarações: *é grande o contingente de pessoal não especializado que atua no setor(...) mesmo desqualificados(...) as mulheres vêm do*

trabalho doméstico (...) os homens da construção civil (...) desconhecem o nível de responsabilidade de quem manipula alimentos (...) a formação deste pessoal ocorre, apenas em serviço (...) o setor apresenta pouca atratividade para a mão de obra devido as inadequadas condições de trabalho e os baixos salários (1998: 53-54).

Dados relativos a 1989, compilados por BALTAR, PRONI (1995), mostraram que: a) a rotatividade da mão-de-obra e a flutuação sazonal do emprego são fenômenos frequentes entre os empregados com baixa escolaridade; b) esta rotatividade traz como resultado a permanência do trabalhador com pouca instrução na base da pirâmide salarial do emprego formal, mesmo tendo alcançado o limite de sua trajetória profissional. Estes achados dão sustentação às observações de CARVALHO. Somam-se a todos estes fatores, os atributos do processo produtivo : *dinâmico, pouco padronizado e adaptativo, por variarem* (as atividades) *conforme o cardápio do dia* (o que torna a) *gestão do processo bastante complexa* (pela sua) *altíssima variabilidade* (Ibid:54).

Quanto custa preparar mão de obra operacional com qualidade ISO?

T1: *As nossas turmas não podem, são proibidas de terem mais que dezesseis alunos. Por isto é que sai caro. São cursos em que a carga de aula prática é superior a das aulas teórica (...) o aluno nosso (CTPA/SENAI/FIRJAN) , sai a um custo em torno de oitocentos a novecentos reais por mês. (...) Existe em São Paulo também uma Escola do SESI, só voltada para treinamento de mão de obra nesta área. Então, eles dão um treinamento de tudo o que você imaginar na área de cozinhas de refeições coletivas.*

A explicação de T1 dispensa comentários quanto à pouca disposição dos empresários em manter programas de treinamento de alta qualidade para o pessoal operacional.

ARRUDA resume a situação: *O segmento de refeições coletivas tem sofrido as conseqüências de algumas décadas de baixos investimento em estruturas das cozinhas profissionais. A mão-de-obra, até pouco tempo considerada barata, não atende às necessidades de ganhos em produtividade, resultantes de maior exigência do consumidor e acirramento da concorrência.* (1994:22).

É mister ressaltar que o setor empregou em 1999, 135 mil trabalhadores, somente dentre as empresas associadas à ABERC.

Atualmente, a Alimentação Coletiva se divide em dois ramos: as concessões e o sistema “refeição-convênio”. Na primeira, a tônica do padrão de qualidade vem sendo a vigilância sanitária, não a nutricional. Na segunda, nem uma nem outra são objeto de preocupação. A questão que se coloca, pertinente à refeições-convênio é: como monitorar restaurantes credenciados aos borbotões em todo o país?

O Ministro do Trabalho Almir Pazzianotto, em entrevista a Revista Restaurante Industrial , no final da década de 80, recomendava:

Acho que o setor (Alimentação Coletiva) deve ter algumas preocupações. Primeiro, atuar de forma mais organizada. Segundo, precisa manter contato mais estreito com o Ministério do Trabalho . (...) Se o governo criou e mantém este programa é porque atende uma população de interesse social acentuado. Desagrada-me muito ler subitamente na imprensa coisas do tipo: O PAT sofre desvirtuamentos. Ou seja, pessoas estão comercializando o vale-refeição, trocando-o por cigarros, refrigerantes ou bebidas. O interesse primeiro é do próprio setor empresarial impedir que isto aconteça. (...) O contribuinte não pode subsidiar a compra de refrigerante. Ele subsidia a refeição (BRAGA,1988: 14).

Apesar do Governo reconhecer as distorções do PAT, nada ou quase nada tem sido feito para coibi-las, até o momento. Muito pelo contrário, a modalidade refeições conveniadas foi a que mais cresceu, como demonstra o Quadro 3.

Quadro 3: Evolução da Alimentação Coletiva no Brasil
Em milhões de refeições

TIPO	1995	1996	1997	1998	1999
Autogestão (administrado pela própria empresa)	1,5	1,2	0,9	0,7	0,6
Refeições coletivas (prestadoras de serviço)	2,5	2,7	3,0	3,5	3,7
Refeições convênio (tiquetes/cupon para restaurantes)	2,8	2,7	3,2	3,3	3,2

Fonte: ABERC, 1999.

O crescimento, no período 1995 a 1999, não foi o mais desejável para equacionar problemas de saúde do trabalhador, porque como pode ser observado há uma tendência de redução da autogestão (com possibilidade de intervenção) em favor da refeição-convênio, que não garante nenhuma qualidade nutricional ou higiênico-sanitária do produto final. Achado interessante foi a inversão do movimento prestação de serviço/ refeições-convênio no período 1998 a 1999. Parece que as empresas contratantes começam a despertar para a falácia do sistema convênio em relação ao alcance dos objetivos de melhoria da qualidade nutricional da dieta oferecida ao trabalhador.

O crescimento das possibilidades de negócio fez surgir, juntamente com as firmas de grande porte, muitas outras, consideradas como aventureiras no setor. Tal qual as demais empresas, as de refeições coletivas viviam em ambiente de competitividade.

Qual o perfil desta competitividade?

Os representantes do GEN e GEPEN declararam:

N3: *Eu não posso te dizer com certeza, mas o que eu vejo, o que eu escuto, os depoimentos dos colegas, é que é realmente uma concorrência desleal (...) eles vão a uma concorrência oferecendo o menor custo possível para ganhar aquela unidade sem ter nenhuma condição de fornecer uma refeição dentro daquele custo e, logicamente, que a qualidade acaba caindo ou ele vai pedir uma negociação melhor.*

N4: *Hoje, a coisa está ficando preta (...)Este ano (1999) o que houve de compra das grandes em relação as empresas menores. E a última que eu soube é exatamente ao contrário, uma empresa de capital nacional que comprou uma empresa estrangeira (...)Então a tendência é esta. Só vão ficar os melhores (...) porque isto é o que eles dizem, os grandes, aqueles que são capazes de usar tecnologia de ponta (...) Nós vamos encampar todas as outras. Eles falam. E eu acredito mesmo, que isto venha acontecer. Agora vão ficar os maiores, eu não consigo encará-los como os melhores, uma vez que eu não vejo a preocupação com a saúde do cliente atendido, ele não é o melhor.*

A visão do setor empresarial não é diferente:

E2: *concorrência predatória, e em alguns casos, sem a preocupação de proteger o setor contra a marginalização de sua imagem (como empresa e enquanto mercado). Hoje o mercado deseja o melhor pelo menor preço. Consequentemente, o comportamento da concorrência tornou-se desleal, optando por situações ilícitas para suportar os baixos preços oferecidos aos clientes.*

O Diretor de uma das empresas líderes do mercado em Santa Catarina e no Ceará, é enfático: *O setor é competitivo. Muito competitivo. O lado positivo é o incentivo imposto pelo mercado na criação de novas alternativas e desenvolvimento de novas tecnologias. Como negativo, considero a falta de profissionalismo (PADILHA, 1999:25).* E uma das novas alternativas deste gestor para enfrentar os concorrentes foram os projetos de

“Educação Nutricional” e de “Redução do Desperdício” premiados em 1997 e 1998, respectivamente, pelo SENAI e Sistema FIESC (Ibid).

Mas há quem discorde disto. A nutricionista de uma empresa, que produz cerca de 48 mil refeições/mês em dois restaurantes de sua empresa contratou duas concessionárias diferentes para cada um deles e segundo ela: *a experiência tem sido altamente positiva. Não existe uma competição desleal, pelo contrário, são altamente cooperativas uma com a outra, trocando informações sobre fornecedores, gramaturas etc. Isto tem contribuído para elevar o padrão do serviço nos dois restaurantes* (QUALIDADE se fiska ..., 1998:14-15).

Difícil acreditar, considerando que a indústria de 1980 a 1990 cresceu apenas 2,5%, de 1990 a 1992 ela sofreu uma brutal retração (16%) e em 1994 ela estava a níveis de 1980 (CASTRO, 1998), o que permite inferir que o número de refeições também retraiu. O diretor operacional de uma grandes firmas do setor declarou a PADILHA (1999) que vários clientes reduziram em até 50% o número de empregados. A queda começou em 96 e se acentuou em 98. Ele estimou que a queda do volume de refeições nesse período foi de até 12% em todo o Brasil, sendo o estado de São Paulo o mais afetado, com 17%. PADILHA revela:

Só para se ter uma idéia, em 1997 a indústria de alimentação registrou um crescimento de apenas 1,2% e em 98, de 4,8% contra um crescimento médio de 15% no período de julho de 1994 a dezembro de 1996 (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação In: PADILHA, 1999).

Apesar de todos estes problemas o setor mantém seu faturamento, como indica o Quadro4.

Quadro 4: Evolução da Alimentação
Coletiva no Brasil
Em bilhões de reais

TIPO	1998	1999
Autogestão (administrado pela própria empresa)	0,7	0,6
Refeições coletivas (prestadoras de serviço)	2,8	3,2
Refeições convênio (tiquetes/cupon para restaurantes)	3,5	3,2

Fonte: ABERC, out./nov.1999.

A conquista da clientela por um setor que flutua ao sabor das ondas da industrialização propiciou e continuará propiciando uma acirrada concorrência. Esta situação levou as concessões a fazerem investimentos antes improváveis, tal como financiarem a montagem de cozinhas e restaurantes de seus clientes. *Em troca firmam contratos válidos por cinco anos aproximadamente, tendo a oportunidade de diluir o investimento no preço da refeição ao longo do período. Ao final do contrato, todos os equipamentos e utensílios passam a ser de propriedade do cliente (QUEIROZ, 1993: 26).*

A empresa E1 comenta que não somente investem *nas instalações do cliente, viabilizando a colocação de alguns equipamentos* como se responsabilizam pela *manutenção de equipamentos.*

A tendência fagocitósica das empresas de maior porte na direção das pequenas, também traz restrição na qualidade da prestação de serviços. Os nutricionistas comentam que empresas grandes se afastam do cliente:

N4: (...) *se todas são empresas muito grandes (...) a capacidade de resposta está muito distante (...) ficando tão poucas empresas, o poder de decisão vai ficar cada vez mais longe. Aí, eu quero saber como é que vai ficar na hora do cliente-empresa (contratante), quiser uma resposta mais imediata a nível de negociação (...) quem é que vai vir responder a ele, se o poder de decisão está tão longe. Veja, em Alimentação*

Coletiva (...) o modelo organizacional é complicado, se torna pesado, apesar do discurso moderno. (...)Elas querem ficar três, quatro só competindo no mercado. Se elas estão se agigantando, a cabeça está lá em cima, Se a cabeça está lá em cima, ela está na contra-mão da coisa. Cadê a agilidade de resposta? Cadê a antecipação do que o cliente quer, se você está lá longe? (...) Não está vendo, não convive ali com ele? Então isto para mim é contra mão.

Esta também é a crença de N3: *Acho que elas (as menores) estavam menos estruturadas, mas elas estavam, acho, que mais próximas.*

No entanto, a opinião de E2, grupo empresarial de grande penetração no mercado é bem diferente:

Diante da profunda mudança de cultura empresarial que está ocorrendo, as grandes empresas passaram a disputar espaço no mercado buscando sempre mais qualidade e prestação de serviços com menor preço, atuando com estratégias bem definidas, investimentos, fusões e aquisições de novas empresas do ramo de alimentação. As pequenas empresas, sem tecnologia de ponta, sem cultura de investimento em treinamento, totalmente fora da nova ótica do mercado, isto é, não voltadas a valorização de RH⁷, Qualidade e Marketing, tendem a desaparecer em função de não estarem preparadas para as mudanças, permanecendo com suas irreversíveis filosofia e cultura empresariais sem foco em recriar empresas mais competentes e vibrantes(...). A E2 incorporou seus 80 clientes e 1,6 mil funcionários e, depois da integração, o novo conjunto de restaurantes do Grupo XX (além de fornecimento de alimentação em locais públicos como rodoviárias, aeroportos, auto-estradas) é responsável pela administração de 650 unidades de alimentação e 430 mil serviços/dia, com faturamento de 350 milhões

⁷ RH: Recursos Humanos

de dólares/ano. Deverá ocorrer uma concentração maior de empresas nos próximos anos e a “X” certamente participará de aquisições de empresas, desde que estabelecidas em locais onde sua presença já seja relevante.

Qual seria a opinião de um consultor de firmas de diferentes portes?

T:4 Muito provavelmente. Seria esta a tendência. Agora esta tendência pode ser revertida, eu acho, se eles começarem bancar algum sistema de qualidade e identidade, não só de qualidade, mas de gestão empresarial, tomando como base, qualidade de produto e tomando como base também resultados da empresa. Um sistema de gestão, que realmente organize, fiscalize e verifique se a empresa está andando dentro do sistema de viabilidade financeira e econômica.

A resposta de T4 permite inferir da falta de métodos de gestão mais vinculados às exigências de um mundo produtivo pós-fordista. Embora com possibilidade de maior rapidez nas tomadas de decisão, claudicam nas ações necessárias às respostas qualitativamente competitivas. As declarações levam a crer da fragilidade técnica e de gerenciamento a que estão sujeitas as firmas de Alimentação Coletiva, à exceção dos grandes grupos multinacionais.

CASTRO comenta que a tentativa de rebaixamento dos juros levada a efeito em 1997, ao reaquecer a economia, resultou em exacerbação do déficit externo. E mais, *diante deste fato, dificilmente alguém poderia negar que a enfermidade da sobrevalorização - adquirida pelo real nos seus primeiros dias - havia levado a economia brasileira a um novo regime de stop and go (1998).*

Segundo o segmento empresarial existe um outro problema além da flutuação dos empregos na economia, que desacelera o setor de refeições coletivas: é o chamado Custo Brasil, ou seja a carga tributária e fiscal (PADILHA, 1999). A solução para enfrentá-la é a

racionalização dos processos, reduzindo ao máximo as perdas na produção e por consequência o custo.

A estratégia adotada é a minimização de suas tarefas produtivas que exigem muita especialização. Ao longo do tempo as empresas de Alimentação Coletiva vêm introduzindo em sua linha de produção produtos semi-processados. Inovar e desenvolver serviços e produtos nucleares passaram a ser os objetivos básicos e permanentes destas empresas. Neste sentido a questão fundamental é saber: como as empresas de Alimentação Coletiva vêm internalizando novas tecnologias e a concepção de novos produtos?

N3: Eu acho que eles estão muito preocupados com isto (...). Hoje, como eu te falei, o fundamental é custo. (...). Então, eles estão atrás, realmente, de empresas que forneçam um produto já quase pronto, elaborado (...) Inclusive no GEN (...) um dos nossos objetivos este ano, é a gente fazer um papel de parceria com as empresas (...) Em vez deles desenvolverem um produto e vir a nós e perguntar se aquele produto nos serve. A gente vai fazer exatamente ao contrário. A gente vai dizer para ele o que é hoje a nossa preocupação, a nossa necessidade. (...) A gente vai fazer isto pró-ativamente.

N4: Há 10 anos já, eu venho batalhando com fornecedores, que evoluíram na qualidade do produto que eles oferecem (...) E hoje as empresas estão cada vez mais diminuindo seus quadros, ocupando espaços menores e privilegiando alimentos pré-processados e processados.

T1: O que a gente tem sofrido uma demanda é com relação aos chamados "produtos vegetais minimamente processados (...) No setor de processo, até aonde a ciência avançou na década de 70, a gente não vislumbra pelo menos a curto prazo nada de especial que vire as coisas de perna para o ar. (...) Agora no ramo de embalagens, sim. A cada mês você tem materiais novos surgindo, aplicações novas (...) você partiu de

alguns filmes rígidos (...) para as embalagens que admitiam já a atmosfera modificada, atmosfera controlada. E hoje em dia você tem a chamada embalagem inteligente, que ela vai respirando junto com o vegetal que permite que ele chegue ao consumidor mais fresco, mais saudável. (...) nesta área de criogenia, elas (as empresas) estão avançando agora para tentar sair do nitrogênio (...) Estão voltando novamente as pesquisa para o CO₂, (...) estão conseguindo desenvolver um processo de obtenção do CO₂, com um ponto de ebulição mais alto, a troca de calor não é tão violenta quanto o nitrogênio, mas ele se prestaria tranquilamente para estes processos (...) o custo cairia bastante.

T2: Em termos de inovação tecnológica (...) o que alterou basicamente foi sensivelmente o aspecto nutricional e o sensorial (...) O paladar das pessoas vai ficando mais exigente recusando alimentos, brigando por alimentos melhores (...) tecnologias de alimentos, por exemplo, chamado "sous vide"⁸, entende, "direto aplicar" (...). Outra tecnologia também, aquelas empresas que trabalham com produtos vegetais hidroponia, (...) ou seja, vegetais com mais condições, sem problemas de protozoários, condições biológicas mais perfeitas. (...) produtos embalados em atmosfera modificada, principalmente no caso de produtos vegetais (...) acaba tendo uma cadeia onde todo mundo tenta se otimizar em termos de produção. Aí, neste ponto sim, você teria grandes tecnologias colocadas em jogo.

T4: Eu não chamo cozinha industrial de cozinha industrial (...) é uma indústria de alimentos (...) mesmo que o tempo de conservação seja horas que você precisa para servir o produto, todos os cuidados precisam ser tomados do ponto de vista de tecnologia, implantação de sistema de APPCC⁹, de BPM¹⁰, de treinamento de pessoal, como se fosse

⁸ Sous vide: produtos crus ou cozidos acondicionados sob atmosfera controlada (PROENÇA, 1997)

⁹ APPCC. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle.

¹⁰ BPM – Boas Práticas de Manufatura.

uma indústria que produz um produto que vai ter um longo tempo de conservação. (...) como você tem produtos com um tempo de duração pequeno, que você precisa manter sob refrigeração ou sob aquecimento, os cuidados devem ser muito maiores ainda (...) Então as inovações que surgem nas indústrias de alimentos, certamente, em termos de automação, em termos de treinamento de pessoal, em termos de novos sistemas de qualidade, em termos de equipamentos, tudo isto tem que ser transportado, para o setor produtivo da cozinha industrial.

Quanto a utilização dos alimentos "sous vide" T4 discorda de T2.

Mas eu já não acredito muito no alimento pré-cozido "sous vide", nada disso. Porque você precisa de uma estrutura maior, de uma cadeia de frio bem estruturada, qualquer ponto que você quebra da cadeia de frio, você pode ter problema. (...) Não é nem o manipulador. O manipulador você treina (...) Eu acho que é o sistema de transporte, a infraestrutura de "marketing" de um produto. Toda a cadeia desde a produção até o consumo, você precisa ter certos cuidados (...) Eu acho que o grande problema é treinar o setor produtivo. Por que? O que acontece? Para você comprar em condições ideais de transporte, você tem de comprar dos grandes. Dos grandes só se vende muita coisa. Essas companhias pequenas, elas não podem comprar dez toneladas, uma tonelada, uma carreta fechada. Ela compra duzentos quilos, cem quilos, entendeu? Isto dificulta. Na verdade falta conscientização deste pessoal e uma fiscalização mais rígida por parte das autoridades da Vigilância Sanitária. (...) Um dos itens do sistema de qualidade são as parcerias estratégicas, que você tem que fazer com seus fornecedores (...) Eu tenho consciência disto hoje, não tenho à disposição dados para sustentar esta afirmação, mas as empresas grandes tipo S... trabalham com planejamento de produção integrada . A

matéria prima que ela tem é a melhor matéria prima, por causa da assistência técnica ao produtor (...) E a cozinha, obviamente, de grande porte vai ter que partir para isso.

Devido a sua larga experiência como consultor de firmas de Alimentação, solicitou-se que ele descrevesse a ótica do empresário em relação a adoção de novas tecnologias necessárias à inovação de processos e produtos.

T4: Olha, na maioria dos casos o empresário, ele pensa com o bolso, não pensa com a cabeça. Aquela inovação tecnológica que for trazer algum resultado em termos de economia, em termos de ganho para a empresa, certamente você convenceria. Se for um fator de marketing para ele também, se for um fator de diferenciação em relação a outra empresa, que vai permitir ele ganhar mais clientes, certamente ele vai estar consciente.

E1 relata que existe uma área em sua empresa definida como área técnica que é aquela que tem como missão buscar novas tecnologias, manter-se atualizada com o que o mercado disponibiliza, criação de novos produtos, processos e sistemas de produção. Esta área usa unidades piloto para testar novos projetos e o resultado é divulgado para toda a empresa.

Mas este tipo de investimento no processo produtivo não parece comum a todas as empresas de Alimentação Coletiva. CARVALHO descreve o processo de trabalho em Alimentação Coletiva da seguinte maneira:

O Brasil não acompanhou essas inovações. O processo produtivo de refeições coletivas no Brasil ocorre predominantemente através do processo tradicional de produção. Neste processo o consumo das refeições se dá no mesmo dia e local em que são produzidas. Caracteriza-se por utilizar grande variedade de alimentos em estado bruto, in natura (...) No modo tradicional, a produção ocorre através de processos artesanais (1998:38).

O revelado sobre a dificuldade de encontrar fornecedores com infra-estrutura adequada às necessidades do processo de refeições tem eco na reportagem de QUEIROZ, onde as concessionárias se queixam da dificuldade dos fornecedores adequarem-se ao sistema de distribuição ponto a ponto de entrega. *O problema que os fabricantes enfrentam é o de tornar viável financeiramente a operação ponto- a ponto (...) A entrega pulverizada exige um grande investimento de capital e se pode gastar mais do que o real lucro obtido.* (1993:26).

E1 afirma que *o conceito de “just in time” ainda não pode ser utilizado, fazendo-se necessário receber produtos com antecedência de forma a garantir imprevistos e possibilidade de troca quando o produto não for entregue na qualidade contratada, embora venha desenvolvendo um programa de Avaliação, Desenvolvimento e Certificação de Fornecedores.*

Enquanto no Brasil, T1 e T2 ressaltam o avanço na tecnologia de embalagens, T3 revela que a tendência na Alemanha é acabar com a embalagem em Alimentação Coletiva. A principal razão está relacionada com a preservação ambiental. T3 explica que a embalagem é muito cara e quem usa ou fornece é obrigado a retirar a embalagem. Então, *(...) se você (consumidor) compra uma coisa embalada você tem o direito de dar a embalagem de volta ao vendedor (...).* A opção é por utensílios que possam ser higienizados e reutilizados. No que se refere ao processo produtivo adotam o “just in time”, o que reduz áreas destinadas ao estoque. T3 afirma: *A idéia é, não a matéria prima. A carne já vem toda cortada em bifés, só precisa assar. Os legumes , as hortaliças, já tudo congelado, com este pré-cozimento (...) Cook-chill¹¹. Há serviços que já entrega para a*

¹¹ Cook-chill: Cozer e resfriar, consiste em preparar, cozer o alimento e deixá-lo no estado de feito na hora seguido de um rápido resfriamento e armazenado em condições de temperatura controlada severamente (REIS, 1999).

cozinha. Isto tudo quase pronto, cozinhas para cozinhas. A partir da experiência de T3 no Brasil, ele revela que existem várias empresas no Brasil que já estão fazendo isto. O grande problema, aqui, é a insensibilidade do Governo. Existe a mesma lei para a pequena, a micro e a grande empresa. Por consequência, a maioria fugiu do controle da fiscalização (...) A fiscalização é completamente insuficiente. Na Alemanha, a fiscalização do Governo é mais fraca que a das empresas, que tem uma fiscalização muito mais rígida que o Governo.

O texto de AMARAL, DAIN esclarece porque as empresas de pequeno porte não têm capacidade para se desenvolverem melhorando o padrão de qualidade de seus produtos.

A legislação vigente exhibe diversas deficiências no que se refere ao tratamento fiscal concedido às empresas, resultando em penalização desproporcional dos segmentos empresariais de menor renda. O tratamento tributário diferenciado, aparentemente favorável às micro, pequenas e médias empresas, não foi bem sucedido no objetivo de capacitá-las a se desenvolver e competir no mercado. Isto porque, por um lado, os benefícios fiscais não são suficientes para habilitar as pequenas unidades produtoras à integração à economia formal. Por outro lado, as empresas de maior porte se beneficiam também de alguns dos incentivos fiscais concedidos aos pequenos estabelecimentos, dada a inexistência de controles adequados (1994:140).

Na opinião de T3, no Brasil, *a fiscalização do governo quer o mínimo, mas várias empresas não atingem o mínimo.* O alcance dos padrões de qualidade requer uma *mudança do comportamento, do pensamento, da idéia*, como reclama o técnico.

Em 1998, a ABERC definiu a implantação do "Selo ABERC de Qualidade" _ SAQ com o objetivo de consolidar a credibilidade das empresas de refeições coletivas no

mercado, fomentando o autodesenvolvimento das prestadoras de serviço. Segundo seus idealizadores o SAQ passa a ser o grande diferencial do setor e o principal motivador de ações necessárias às mudanças relacionadas às melhorias das condições higiênico-sanitárias envolvendo a preparação de alimentos. Na opinião dos membros do Sindicato das Empresas de Refeição Coletiva da Bahia, o SAQ é um instrumento menos complicado e mais abrangente do que a ISO, que pode substituí-la. (ABERC Notícias, 1999). Isto não é verdadeiro. ISO e SAQ têm propostas diferenciadas. Enquanto a ISO visa a normalização de determinados processos de produção ou serviço, o SAQ visa o desempenho global da empresa. (Ibid).

Embora o SAQ monitore toda a cadeia produtiva, do fornecedor ao atendimento do comensal, as questões relativas ao monitoramento nutricional e dietético não foram contempladas. Este é o maior óbice quanto a sua intenção de criar um instrumento que avalie a *qualidade total* nas empresas de Alimentação Coletiva.

A qualidade nutricional é a outra face da Alimentação Coletiva, além da sanidade do produto. Isto é o cerne da questão. Partiu-se do pressuposto que a Alimentação Coletiva tem como premissa a responsabilidade com a promoção da saúde da clientela, afinal foi com este intuito que ela nasceu e é este atributo que lhe dá identidade. Não importa se o processo produtivo tenha características pré-fordista, fordista ou pós-fordista, a agregação de novas tecnologias e aderência às exigências do mundo hodierno, não podem ser justificativas para qualquer tipo de negligência com a saúde. Então, o que mudou na Alimentação Coletiva no decorrer de seis décadas?

N:1 *Eu não vejo a alimentação coletiva hoje, como um projeto de nutrição. Eu vejo a alimentação como o Mac Donald faz, o Bob's faz. (...) não vejo esta preocupação que nós tínhamos no início, nós calculávamos (...) Nós não tivemos competência de encontrar os*

meios de manter aqueles compromissos com os postulados da Ciência da Nutrição e o compromisso com o empresário, ao qual você está ali, a empresa, a qual você se vincula (...) Oh! Porque estávamos despreparados, acovardados.(...) Então a coisa ficou muito difícil (...) não sei se as Universidades falharam nisto. Talvez aqueles professores antigos só tivessem experiência nos grandes serviços públicos, o hospital público, nos restaurantes, nos serviços de coletividades sadias também dentro de programas de políticas públicas(...) não souberam passar ou preparar ou enfim, para mudar os conteúdos da sua disciplina para preparar aquele profissional para aquele momento, que é o momento do mundo todo, não é só aqui(...). Por isto que eu digo a você, eu não fiquei muito triste, porque lá (No Conselho Regional de Nutricionistas - 4ª Região) eu vi que isto tinha ocorrido em outras profissões também.

N2: Eu acho que a Alimentação Coletiva, mesmo a partir do PAT, não é mais aquela, anterior que nós pensávamos no momento (década de 50). (...) Estão preocupados em comer, mas não estão preocupadas com a nutrição. (...) estas companhias de Nutrição estão cada vez mais visando o lucro.(...) Eu acho que estão usando quantidade até, as vezes, demais e a qualidade de menos(...) no tempo do trabalhador com a nutricionista orientando, a gente fazia com qualidade, a gente fazia uma coisa científica, balanceada, todos os dias.

N3: A gente percebe, hoje, que as empresas estão muito preocupadas com o lucro, não existe mais aquela preocupação com a educação nutricional (...) O importante é fornecer refeição e ganhar dinheiro. O preço menor, o custo menor e a parte de educação nutricional dos indivíduos, isto é deixado em segundo plano. (...) hoje em dia a maioria das empresas estão preocupadas em atender em "self service", refeição a quilo, é alguma coisa que diversifique o maior possível número de pratos(...) ela precisa fazer um

programa de educação nutricional para ensinar para o cliente o que ele deve escolher (...)
Ela realmente fornece refeição de acordo com a necessidade do cliente, pensando na
satisfação (...) mas a saúde do cliente, na realidade, isto não é muito visto (...) Eu acho
que antes, era exatamente ao contrário, (...) a maioria das empresas com cardápio único,
onde o nutricionista era muito preocupado com o valor nutricional (...) Então ali, a gente
induzia as pessoas a se educarem nutricionalmente. Mas em termos de satisfação nem
todos a gente conseguia(...) hoje as pessoas estão mais satisfeitas, porque tem uma série
de produtos para escolher (...) mas na realidade a gente pode ter, de repente mais obesos,
mais pessoas com colesterol alto, se não houver realmente uma preocupação das pessoas
reeducarem realmente.

N4: *a nove anos eu vivencio o lado de cá, já fui alto gestão, antes de ser*
concessionária, eu não sentia, no tempo que trabalhei com alimentação coletiva a
preocupação com a saúde do empregado da empresa cliente. Eu via a preocupação da
satisfação a nível de “Oba! Oba!, vamos chamar assim. Vamos fazer uma campanha
motivacional .Não esquece de fazer a festinha do Dia das mães, no Dia dos pais, almoço
caprichado no Natal(...) Eles partem do princípio que tem nutricionista fazendo o
cardápio, ele vai estar balanceado, equilibrado. Mas só isto não basta, especialmente do
ponto de vista do self service. (...) você vai ter algumas opções de proteínas, algumas
opções de guarnição. Se você não praticou a orientação nutricional para aquela
população que vai se servir daquele self service, com certeza ele vai comer errado (...)
quem migrou para o quilo, põe o máximo de ofertas possíveis para não perder o cliente e
vender uma quantidade maior, porque é aí que ele ganha o dinheiro. Quem migrou para o
self service, tem hoje uma margem de lucro menor, porque é muito inseguro (...) e é um
preço fixo (...) mas continuo não vendo a preocupação com a saúde do trabalhador. (...)

cabe as empresas se preocuparem em orientar a este empregado que vai ter aquela infinidade de ofertas a saber comer direito, para evitar problemas de saúde que hoje é um grande problema nas empresas, de um modo geral. Durante estes anos de prestação de serviços e com o objetivo de agradar cada vez mais os usuários dos restaurantes de coletividade, as empresas acabaram deixando de lado a Ciência da Nutrição já que o hábito alimentar da população dá preferência a uma alimentação que está longe de obedecer aos seus pressupostos: com muita fritura, muitos doces de sobremesa, suco e refrigerante durante a refeição, dentre outros. Muitas empresas de refeição coletiva tentaram diminuir seus custos oferecendo a alimentação por quilo que dificilmente são adequadas, especialmente no que diz respeito a quantidade, adequação e harmonia.

A verdade é que o mundo da Alimentação Coletiva está mudando. Os comensais estão cada vez mais exigentes. Pesquisa realizada em uma empresa de grande porte trouxe os seguintes resultados: *identificamos que o funcionário queria multiproduto, queria se sentir como se estivesse saído da empresa para fazer suas refeições (QUALIDADE se fisga ..., 1998:14)*. Este desejo fez com que a firma buscasse outra proposta. Estão instalando serviços de lojas de conveniência, lanchonetes, minishoping e outros (PADILHA, 1999).

GALEAZZI faz um balanço do PAT até 1989, época em que nem todas estas novidades na operação do programa existiam.

O programa não atingiu os mais necessitados, nem as regiões mais carentes. Em 1989, dezoito por cento dos beneficiários tinham renda até 2 salários mínimos, setenta por cento dos atendidos estavam na região sudeste. Foram também excluídas as empresas de pequeno porte. Para cumprir suas funções de assistência alimentar aos carentes e de complementação salarial aos trabalhadores de menor poder aquisitivo, o PAT precisa rever sua sistemática de operação (GALEAZZI, 1993:66).

No entanto, o discurso governamental pregava:

Tem-se constituído preocupação básica da nova administração governamental implementar ações que contribuam para o desenvolvimento social e harmónico dos vários segmentos da população. Esta prioridade confere ao Ministério do Trabalho papel significativo, pois cabe-lhe assegurar os direitos dos trabalhadores e estabelecer um equilíbrio nas relações sociais entre capital e trabalho (BRASIL, 1987).

O PAT, nascido no milagre¹², mais contribuiu para o desenvolvimento das empresas de Alimentação Coletiva do que para a promoção da saúde do trabalhador. A Alimentação Coletiva, desde a década de 80, vem saindo massivamente da estrutura organizacional das indústrias para o setor serviço, com significativa diversificação de produtos, muitas vezes nutricionalmente incorretos.

Neste cenário de transição fordista, quais as perspectivas para a Alimentação Coletiva, na direção do compromisso com a saúde do trabalhador?

N1: *Nós somos um profissional de saúde. Então, nosso trabalho sempre tem por objetivo melhorar a saúde ou promover a saúde, recuperar a saúde, nós estamos comprometidos com isto.*

N2: *Nós temos várias colegas que tentam fazer um trabalho com um bom conteúdo técnico, se ajustando, principalmente a estas preparações hoje, tipo comida a peso e tal que a pessoa faz a escolha (...) Mas se houvesse um trabalho, mais técnico... Uma pedagogia, tinha que ser inventada (...) e eu tenho a certeza que vai.*

¹² Milagre: Período (1968-1973) de implementação de uma política expansionista, quando o Produto Interno Bruto cresceu a uma taxa de 11,2%, alcançando um máximo de 14% em 1973, diante de uma média histórica no período do pós-guerra até o início dos anos 60, da ordem de 7%. O crescimento industrial alcançou a taxa de 13,3%, com máximo de 16,6% e a indústria de construção, grande absorvedora de mão de obra, a taxa de 15% ao ano (LAGO, 1990).

N3: *Eu tenho uma preocupação muito grande com o nutricionista que trabalha dentro dessas empresas.(...) O nutricionista não pode deixar de ser um profissional da saúde, mas eles acabam se distanciando em função das pressões dos empregadores (...)*

N4: *Hoje o grande trabalho é a educação alimentar em empresas. Posso dizer que a nove anos que venho fazendo isto (...) Só por duas ocasiões é que tive este trabalho contratado pelo prestador de serviço, afim de agregar valor ao trabalho que ele prestava (...) quem contrata é o empregador, porque ele mapeia sua população e fica assustado com os custos da assistência médica, com a ausência do trabalho por doença e doença provocada por erros alimentares. Se não provocada, pelo menos agravada pela má alimentação. Ele não vai voltar atrás e tirar o self service que ele colocou, então ele acaba contratando um serviço para ensinar o pessoal a comer (...). Souberam da incidência de lipidêmicos e obesos e resolveram investir nisto. (...) E eu espero que as empresas acordem para isto. (...) a reeducação alimentar. (...)Para mim, no terceiro milênio, isto vai virar mercado de trabalho. (...) A gente tem que parar para pensar que a adolescência de hoje, (...) vive de fast food (e) são os futuros dislipidêmicos, obesos e hipertensos do terceiro milênio. Estes já foram educados nutricionalmente errado. Eles nasceram tomando coca-cola e comendo hamburguer e cheeseburger. Quem vai concertar isto lá na frente é o profissional de nutrição. Porque ninguém está tomando conta disto agora.*

E1: *No entanto, nos últimos anos, esta mesma população está cada vez mais preocupada e sensibilizada quanto a necessidade de uma alimentação equilibrada, certos de que esta deve colaborar para sua qualidade de vida. Esta nova tendência tem gerado a implantação de pratos de verão ou denominados "light" com o objetivo de atender a necessidade da clientela. Programas de educação alimentar também têm sido muito aplicados com o objetivo de educar a população alvo, proporcionando-lhes a*

possibilidade de decisão (...) Neste momento, o restaurante de coletividades está fazendo seu papel de educar e a divulgar conhecimentos sem cercear a liberdade das pessoas em definir sua própria alimentação. Assim sendo o profissional nutricionista deixa de ser o único responsável por oferecer uma refeição equilibrada, dividindo esta responsabilidade com cada usuário e tornando-se educador dos pressupostos da Ciência da Alimentação.

E2: O perfil do usuário mudou. As empresas que não acompanharam essa mudança estão na contramão da satisfação do cliente. A preocupação das empresas explicita-se através de orientação nutricional e campanhas, sendo que a qualidade não é mais um pressuposto da ciência da nutrição - é uma obrigação de qualquer serviço ligado a alimentação (...) Portanto, existe uma tendência do mercado em valorizar as práticas de saúde preventiva. Por outro lado, o profissional nutricionista começa a ser valorizado como promotor da qualidade de vida da população.

Mais recentemente, a Alimentação Offshore (atendimento a plataformas de petróleo) também sentiu a necessidade de implementar programas de educação alimentar (ALIMENTAÇÃO offshore: um mercado que ..., 1999), tendo em vista o aumento da incidência de empregados com superávit ponderal e dislipemias. Neste setor, a alimentação não só sacia o apetite, mas sobretudo é um fator de redução de ansiedade. Assim, o comensal precisa organizar-se psicologicamente para evitar problemas decorrentes de distúrbio alimentar.

Sabe-se que nos programas de Alimentação e Nutrição obtêm-se resultados mais satisfatórios se vinculados a Educação Alimentar. Este constitui o verdadeiro desafio do momento em Alimentação Coletiva, uma vez que o PAT está atrelado a um conjunto de regras fiscais e não a uma política global de educação nutricional. Acredita-se ser possível implantar programas de educação alimentar em algumas áreas desenvolvidas do país.

Entretanto, para atingir o Brasil inteiro, faz-se necessário um esforço especial, principalmente governamental, mas também da sociedade como um todo, para integrar educação, alimentação e saúde.

Neste sentido, nenhuma análise atual do PAT pode omitir que ele se desenvolveu para alcançar sucesso em quantidade de beneficiários, mas não na qualidade nutricional desejável. Ele nasceu no milagre econômico com taxas de emprego confortáveis. Hoje, os trabalhadores inseridos na economia informal não tem acesso a qualquer forma de benefício. A considerar a situação de desemprego estrutural vivida no país, poder-se-ia afirmar que o programa está na contra-mão da situação econômica e política do país. É complexo (devido a terceirização), de difícil supervisão, de alto custo (uma vez que são beneficiários outros trabalhadores além dos de baixa renda) e de uma pertinência social duvidosa. A continuidade da operação do PAT nos moldes atuais fragiliza o compromisso do Governo com a saúde do trabalhador e é este o elemento que distingue a Alimentação Coletiva de qualquer outro processo de produção de refeições. Enquanto nos restaurantes comerciais a presença do nutricionista, quando contratada, está mais afeita à sanidade do produto, garantida pelo monitoramento higiênico-sanitário do processo, sua presença na produção de refeições coletivas, de caráter obrigatório como responsável técnico, deveria garantir além da qualidade sanitária, a qualidade nutricional, mesmo com um padrão flexível de organização da produção de bens e de serviços.

A Alimentação Coletiva dificilmente cumprirá sua tarefa de garantir a saúde do trabalhador, a não ser com a retomada de estratégias educacionais de orientação nutricional. O mais provável é que a batalha pela conquista da Alimentação Coletiva nutricionalmente correta, como forma de atenção primária à saúde, seja travada aproveitando-se os flancos abertos pelos novos horizontes tecnológicos em Alimentação e

Nutrição, desde que se saiba buscar na tecnologia de alimentos produtos e processos adequados à promoção da saúde.

ⁱ GEN – Grupo Executivo de Nutrição - é uma associação cultural, fundada em 14 de janeiro de 1992, sem fins lucrativos, com número limitado de associados, exclusivamente nutricionistas com no mínimo um ano de experiência, atuando na área de Alimentação Institucional, admitidos por indicação de um associado, tendo sua aprovação sob julgamento do Conselho de Admissão, Ética e Disciplina (formado por 07 membros eleitos e com mandato de 02 anos, sem recondução). A instituição tem como objetivos: primordialmente, desenvolver, aperfeiçoar e capacitar profissional e culturalmente seus associados; desenvolver, aperfeiçoar e capacitar profissionalmente e culturalmente recursos humanos atuantes na área de nutrição; colaborar no aprimoramento técnico de entidades fornecedoras de alimentos e/ou produtos alimentares para cozinhas industriais e afins; colaborar no aprimoramento da área de Nutrição no Brasil; promover a adoção do Código de Ética Profissional aprovado pelo Conselho Federal de Nutricionistas.

ⁱⁱ GEPEN – Grupo de Estudos e Pesquisa em Nutrição – é uma associação cultural, sem fins lucrativos, com no máximo 40 associados, exclusivamente nutricionistas, que tenham experiência curricular ou profissional em áreas de interesse do grupo, com sua admissão aprovada pelo Conselho de Ética para avaliação junto a Diretoria. A instituição tem como objetivos: desenvolver, aperfeiçoar, capacitar e estimular profissionalmente e culturalmente seus associados; contribuir profissionalmente em ações relacionadas à Alimentação e Saúde, podendo integrar-se a outros grupos, entidades ou equipes multidisciplinares.

ⁱⁱⁱ ISO 9000. (International Organization for Standardization) Sistema de Garantia de Qualidade reconhecido internacionalmente, chegando com força no Brasil em 1987. As normas ISO incentivam a identificação e monitorização de indicadores de qualidade, facilitando a análise do desempenho dos processos, ao mesmo tempo que avaliam continuamente produtos e serviços segundo a conformidade dos padrões (MELLO & CAMARGO, 1998).

^{iv} ABERC – Associação Brasileira das Empresas de Refeições Coletivas – criada no início da década de 80, é uma associação civil, de âmbito nacional, sem fins lucrativos, organizada com vistas a congregar as empresas prestadoras de serviços de fornecimento de refeições coletivas, que atuem por todo o Brasil e tem por objetivo representar os interesses dessas. Sua receita é formada pela taxa de inscrição, taxa de manutenção, mensalmente paga por cada associado, fixada de forma graduada, segundo a receita bruta do exercício findo do associado e receitas extraordinárias, constituídas de sobretaxas, taxas especiais e doações. Existiam 101 empresas filiadas em 1999.

^v *Intelectuais tradicionais*: são aqueles que desenvolvem funções culturais de ligação entre as administrações políticas regionais ou nacionais com o conjunto da população ainda não incorporada às relações de produção capitalista; *intelectuais orgânicos*: são aqueles que cada classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo. (GRAMSCI, 1982).

^{vi} Bretton Woods – Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944 em Bretton Woods para planejar a estabilização da economia internacional e das moedas nacionais, prejudicadas pela II Guerra Mundial, resultando na criação do Fundo Monetário Internacional FMI e no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (SANDRONI, 1994).

CAPÍTULO IV

CONCEPÇÃO DE UM MODELO CONCEITUAL SIMBÓLICO DO SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA

1. Opção pelo Modelo Conceitual Simbólico

A opção por um Modelo Conceitual Simbólico justifica-se por ser este o que nos parece descrever de forma objetiva não apenas a complexidade mas sobretudo a interação entre os componentes do sistema. É um procedimento fundamentado na Teoria Geral dos Sistemas –TGS e na concepção de VENIKOV (1969) sobre a representação de sistemas complexos. A abordagem sistêmica difere da analítica, dado o seu caráter holístico, interativo, interdependente e multidisciplinar. É uma metodologia que permite reunir e organizar os conhecimentos com vistas a uma maior eficácia de ação (ROSNAY, 1975).

A Teoria Geral dos Sistemas é um instrumento matemático de grande utilidade na geração de modelos susceptíveis de serem utilizados no estudo de sistemas dinâmicos de naturezas as mais diversas.

Muitos são os conceitos que têm sido utilizados por diferentes autores para exprimir a idéia de sistema. Interessando o escopo deste trabalho pode-se dizer que: *Sistema* é um conjunto de elementos discretos (componentes ou subsistemas) interconectados ou em interação dinâmica, organizados e agenciados em função de um objetivo, fazendo o referido conjunto objeto de controle (PEREIRA, 1970).

Na geração de um Modelo Conceitual Simbólico, acima referido, o enfoque *analítico* e *sistêmico* são complementares. O *analítico* procura restabelecer num sistema seus elementos constitutivos mais simples, tendo como finalidade detalhar e compreender os tipos de interações que existem entre eles. O *sistêmico* engloba a totalidade do sistema

estudado, em sua dinâmica própria com suas interações e suas interdependências - complexidade.

O enfoque sistêmico catalisa a imaginação, a criatividade e a invenção. Ele é o suporte da capacidade criativa, enquanto o enfoque analítico, da capacidade descritiva. A concepção sistêmica, por ser pragmática, abre-se à analogia, a representação, ao modelo.

O comportamento de todo sistema dinâmico complexo depende essencialmente de dois tipos de variáveis: as variáveis de fluxo e as variáveis de estado ou de nível. As variáveis de fluxo são tomadas entre dois instantes ou dependem de uma duração determinada, enquanto as variáveis de estado indicam a quantidade de informações relevantes ao longo do tempo sobre o passado do sistema, capazes de predizer a ação do passado sobre o presente e o futuro desse sistema.

Na concepção do modelo, elementos e tipos de ligações são classificados e hierarquizados, permitindo identificar as variáveis de fluxo e de estado, os anéis de retroalimentação positivos e negativos, os atrasos, as fontes (origens) e os “poços” (saídas que resultam em perdas). Cada anel é considerado separadamente e sua influência sobre o comportamento dos diferentes subconjuntos do sistema é avaliada. Um sistema complexo dinâmico ao evoluir deve adaptar-se às modificações do ambiente. No caso contrário, as agressões exteriores, podem levá-lo a desorganização ou até mesmo a destruição.

As informações sobre os resultados de uma transformação ou de uma ação são examinadas através das entradas do sistema sob a forma de dados. Se estes são facilitadores da transformação, tendo o mesmo sentido dos resultados precedentes, apresenta-se um anel de retroação positiva e seus efeitos são cumulativos. Em contrapartida, se estas entradas agem no sentido oposto aos resultados anteriores, trata-se de um anel com retroação negativa. Seus efeitos tendem a estabilização do sistema.

De uma maneira geral, um sistema físico é composto de objetos físicos (caracterizados por um conjunto de atributos mensuráveis), os quais são substituídos, ao se considerar um tratamento abstrato por “objetos abstratos” (família de pares ordenados de funções do tempo), satisfazendo a condição de fechamento por segmentação (ZADETH,1969).

O aspecto estrutural do Sistema de Alimentação Coletiva trata da organização no espaço dos seus subsistemas. O aspecto funcional trata dos seus processos, ou seja, dos fenômenos dependentes do tempo, identificados através de sua história. É fácil de encadear os elementos de forma estrutural e funcional, utilizando-se uma representação gráfica muito simples, um “mecanismo simbólico”, que permite construir os modelos de diferentes sistemas e melhor compreender as regras de interação entre seus componentes. A representação simbólica do sistema pretende ressaltar sua estrutura e orientar sua modelagem, ou seja, o estabelecimento do modelo matemático dos diferentes subsistemas (equações de definição) e das relações de interconexão (equações de constrangimento). O modelo global, em nível de análise, representa portanto, o sistema de forma holística e as equações de constrangimento, sua estrutura.

O Sistema de Alimentação Coletiva foi gerado com base na primeira e segunda definições de ZADETH de objeto abstrato.

Primeira definição de objeto abstrato: Um “objeto abstrato” é um conjunto de variáveis (atributos) ligados entre si por um conjunto de relações do tipo:

$$\theta^{(k)}(v_1, v_2, v_3, \dots, v_i, \dots, v_n) = 0, k=1,2,3,\dots,m$$

Segunda definição de objeto abstrato: Um “objeto abstrato” é uma família de pares ordenados de funções do tempo, $\mathfrak{S} = \{(\underline{u}_{[t_0,t_1]}, \underline{y}_{[t_0,t_1]})\}$, $t_0, t_1 \in \mathbb{R}^1$ satisfazendo a condição de fechamento por segmentação”. Logo, uma coleção de pares de entrada-saída $\mathfrak{S} = (\underline{u}, \underline{y})\}$ satisfazendo a “Condição de Fechamento por Segmentação”.

A cada *entrada* multivariável, representada pelo vetor “ \underline{u} ” corresponderá, em geral, a *saída*, representada pelo vetor “ \underline{y} ” que constitui uma possível resposta de \mathcal{G} a “ \underline{u} ”. Assim, representa-se \mathcal{G} por um conjunto de pares *entrada-saída*, satisfazendo a “Condição de Fechamento por Segmentação”.

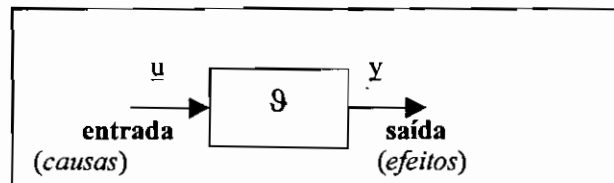


Figura 1: Vetores de entrada e saída

O sistema abstrato segundo Zadeh:

Primeira Definição: “um conjunto de objetos abstratos $\mathcal{G}_1, \mathcal{G}_2, \dots, \mathcal{G}_n$ parcialmente interconectados e chamados componentes ou subsistemas de S , sendo que estes componentes podem ser orientados ou não orientados; em número finito ou infinito e se lhes pode associar um número finito ou infinito de variáveis.

Segunda Definição: “uma coleção de objetos abstratos $\mathcal{G}_1, \mathcal{G}_2, \dots, \mathcal{G}_n$, na qual, algumas das entradas ou saídas associadas com \mathcal{G}_i podem ser constrangidas a igualdade, para todo o instante t , com algumas das entradas ou saídas de outros objetos da coleção.”

Pelas características conceituais de objeto e sistema abstrato, segundo Zedeth, pode-se concluir que cada objeto abstrato é um sistema e que cada sistema é um objeto abstrato.

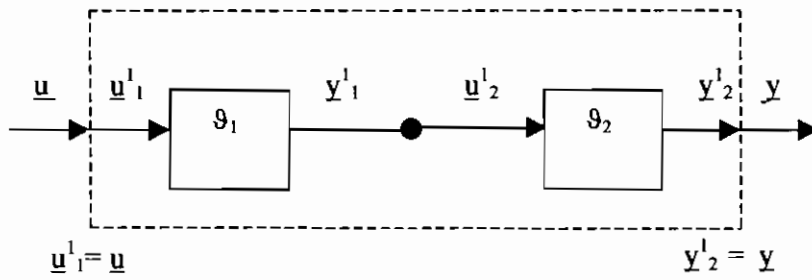


Figura 2: Diagrama do sistema

Se um par *entrada-saída* genérico associado a um sistema S_i , $i=1,2,\dots,n$, é denotado por (u_i, y_i) , então S_i pode ser definido explicitamente pela função característica:

$$\begin{aligned} (u_i, y_i) &= 1 \text{ para } (u_i, y_i) \in S_i \\ &= 0 \text{ para } (u_i, y_i) \notin S_i \end{aligned}$$

Segundo PEREIRA (1999) no caso do objeto orientado, onde as variáveis podem ser identificadas como entradas e saídas, é recomendável considerar-se na representação de um sistema complexo resultante da interação de objetos ou subsistemas, não apenas dois, mas 3 grupos de variáveis, a saber: *entradas*, *saídas* e *saídas suprimidas*, assim caracterizadas:

$$\begin{aligned} (v_1, v_2, v_3, \dots, v_k) &= (u_1, u_2, \dots, u_k) = \underline{u} \text{ (k tuplo): Entradas} \\ (v_{k+1}, v_{k+2}, \dots, v_{k+m}) &= (y_1, y_2, \dots, y_m) = \underline{y} \text{ (m tuplo): Saídas} \\ (v_{k+m+1}, v_{k+m+2}, \dots, v_n) &= (\tilde{y}_{m+1}, \tilde{y}_{m+2}, \tilde{y}_{m+3}, \dots, \tilde{y}_n) = \underline{\tilde{y}} \text{ (n - k - m) tuplo} \end{aligned}$$

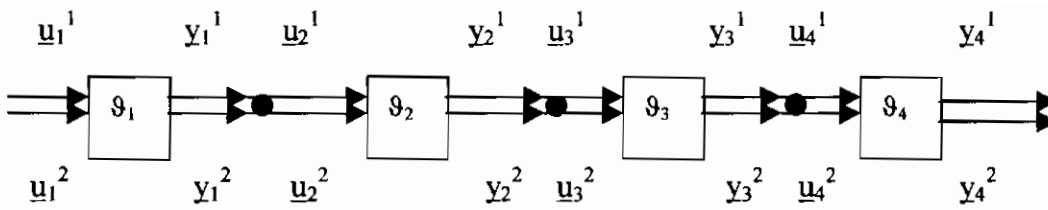


Figura 3: Saídas Suprimidas

Equações de constrangimento:

$$\begin{array}{ccccccc}
 \rightarrow & u_1^1 & \rightarrow & y_1^1 = u_2^1 & \rightarrow & y_2^1 = u_3^1 & \rightarrow & y_3^1 = u_4^1 \\
 & u_1^2 & & y_1^2 = u_2^2 & & y_2^2 = u_3^2 & & y_3^2 = u_4^2
 \end{array}$$

onde as saídas suprimidas são:

Saídas suprimidas:

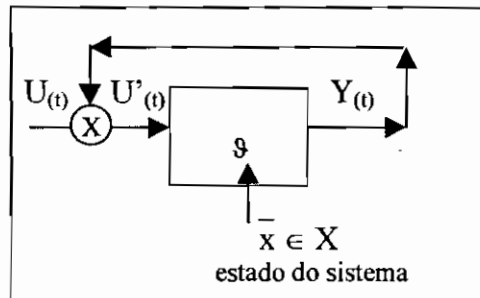
$$\begin{array}{l}
 y_1^1 = \tilde{y}_1^1 \\
 y_2^1 = \tilde{y}_2^1 \\
 y_1^2 = \tilde{y}_1^2 \\
 y_2^2 = \tilde{y}_2^2 \\
 y_3^1 = \tilde{y}_3^1 \\
 y_3^2 = y_3^2
 \end{array}$$

A representação gráfica traz esclarecimentos importantes sobre a estrutura do sistema, mas é necessário, adotar-se uma certa hierarquização, que objetiva esclarecer a representação complexa dos atributos com o objetivo de revelar as informações inerentes à estrutura do sistema (Warfield apud AVENIER, 1990).

Identifica-se as entradas do ambiente do sistema (Domínio) e as saídas Y (Contra-domínio) em interação dinâmica. Ao longo do percurso podem ser apresentados múltiplos anéis de retroalimentação. Cada vez que há uma retroalimentação, níveis mais elevados de complexidade são identificados. Assim, o campo da representação desempenha um papel

integrador e criador extremamente importante. Segundo BERTALANFFY (1973) a retroalimentação significa que partindo da saída de um sistema, certa quantidade de energia é dirigida retroativamente, transformando-se em informação pertinente a uma nova entrada, de modo a regular esta última e assim estabilizar ou dirigir a ação.

Um sistema pode ser representado, simbolicamente, de maneira esquemática por um **diagrama funcional** (Fig 1).



$$U'(t) = U(t) + Y(t)$$

Figura 4: Diagrama funcional de um sistema sujeito a uma retroação positiva

onde:

- ⇒ $U(t)$ corresponde ao vetor de entradas (pertencente ao domínio): matéria, informações ou energia (num sistema físico).
- ⇒ $Y(t)$ corresponde ao vetor de saídas (pertencente ao contra-domínio) do sistema: matéria, informações ou energia (num sistema físico).
- ⇒ \bar{x} é um atributo interno do sistema que corresponde ao estado do mesmo.

Com efeito, para uma dada entrada \underline{u} não corresponde necessariamente uma única saída, havendo para o mesmo intervalo de tempo a probabilidade de saídas de valores diferentes. Assim sendo, a saída y não é uma função apenas de \underline{u} , mas também de uma variável interna $\underline{x} \in X$, denominada *estado do objeto* \mathcal{S} que depende das entradas anteriores a que o objeto estiver sido submetido e também de uma parte do *passado* deste objeto (PEREIRA, 1999).

Um Modelo Conceitual Simbólico é a representação funcional da interação entre as partes, componentes de um sistema. Não se deve esquecer que a obtenção de um modelo não é um fim em si mesmo, mas um meio para se alcançar um objetivo (FOSSARD, 1973).

Na simulação de um sistema de estrutura conhecida, pode se adotar como ponto de partida o Modelo Conceitual Simbólico proposto por PEREIRA (1999), forma de simulação, que opera inspirado em modelos conceituais, tendo estes por finalidade representar, sob a forma visual, estruturas complexas, esclarecendo os processos que nelas ocorrem. São modelos descritivos abstratos da realidade que refletem aspectos parciais dos sistemas, capazes, entretanto, de dar uma imagem significativa da realidade física.

O Sistema de Alimentação Coletiva é composto de objetos orientados, sendo especificadas as variáveis que se pode dispor – entradas, $\underline{u}(t)$ e as que se pretende observar – saídas, $\underline{y}(t)$. O atributo interno do sistema corresponde ao estado do mesmo. Valendo-se da “análise” de um sistema físico de componentes discretos, um sistema S comporta-se como um operador que, agindo sobre um sinal de entrada $\underline{u}(t)$, fornece um sinal de saída $\underline{y}(t)$. Sob este enfoque é imperativo que se realize a “Caracterização” do sistema, ou seja, o levantamento dos atributos essenciais dos seus componentes, cujo conjunto é necessário à definição do comportamento de cada subsistema.

2. Geração do Modelo Conceitual Simbólico que representativo da Alimentação Coletiva

2.1 Definição do problema

Estabelecer as interfaces entre as entidades Nutrição, Trabalho, Capital Produtivo e Setor Produtivo Estatal, afim de compreender a estrutura funcional da Alimentação Coletiva como política de saúde.

2.2. Descrição do Sistema

A Alimentação Coletiva é um processo produtivo de refeições, balanceadas em energia e nutrientes e, sanificadas, que tem compromisso com a promoção e manutenção da saúde da coletividade a que presta serviço. Este é o elemento que a distingue de outros processos produtivos de refeições.

A Alimentação Coletiva é um sistema dinâmico, aberto e complexo que interage continuamente com o ambiente e está constituído por quatro subsistemas: Nutrição, Trabalho, Capital Produtivo e Setor Produtivo Estatal, representados por SS_j , $j= 1,2,3,4$, respectivamente. Estes são organizados em diferentes níveis hierárquicos, encadeados por uma grande variedade de ligações e resultam de uma alta densidade de conexões com interações não lineares, que lhe confere a característica de um sistema complexo. Em virtude da complexidade do Sistema elegeu-se como elemento básico de análise o Modelo Conceitual Simbólico, levando-se em consideração a caracterização dos subsistemas¹ e suas interfaces de constrangimento².

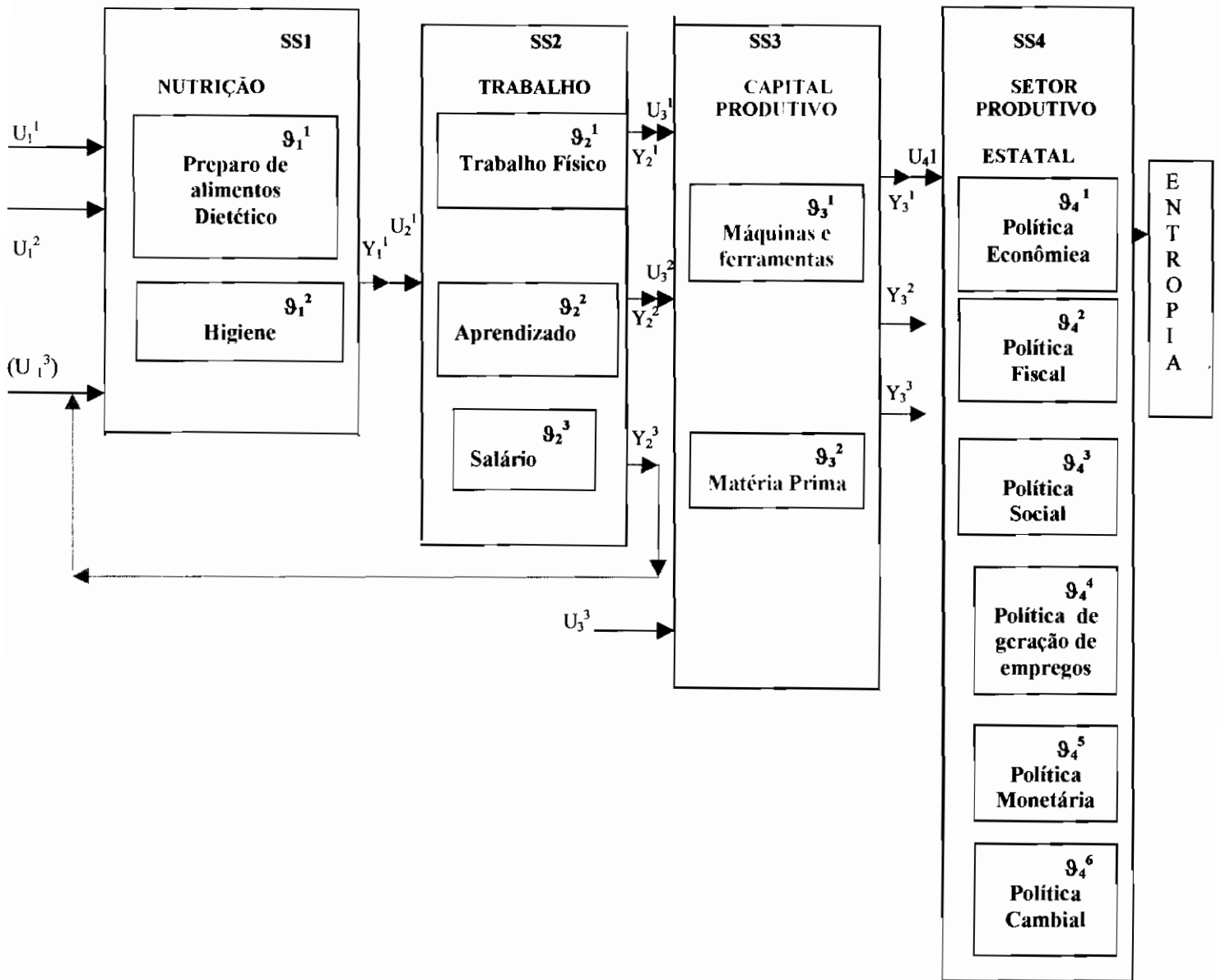
¹ Caracterização dos subsistemas consiste no levantamento dos atributos essenciais e pertinentes aos objetivos a serem alcançados.

² Interfaces de constrangimento constituem os pontos de contato (interfaces) entre os subsistemas que interagem entre si e são representadas matematicamente pelas “equações de constrangimento”.

2.3. Geração dos Modelos

Foram gerados três Modelos Conceituais Simbólicos que representam as memórias da Alimentação Coletiva no paradigma do capitalismo fordista, a saber: Pré-fordismo, Fordismo e Pós-fordismo.

Figura 5: **MODELO CONCEITUAL SIMBÓLICO DA ALIMENTAÇÃO COLETIVA PRÉ-FORDISMO**



Quadro 1: Saídas suprimidas e respectivas equações de constrangimento

SS1: NUTRIÇÃO	SS2: TRABALHO	SS3: CAPITAL PRODUTIVO	SS4: SETOR PRODUTIVO ESTATAL
$\tilde{Y}_1^1 = Y_1^1 = U_2^1$	$\tilde{Y}_2^1 = Y_2^1 = U_3^1$	$\tilde{Y}_3^1 = Y_3^1 = U_4^1$	
	$\tilde{Y}_2^2 = Y_2^2 = U_3^2$		
	$\tilde{Y}_2^3 = Y_2^3 (U_1^3)$		

A seguir são descritos os subsistemas com seus respectivos componentes secundários e estes com as entradas e saídas inerentes aos diferentes subsistemas.

Quadro 1.1: SS1: NUTRIÇÃO: Atendimento à clientela de uma dieta empírica.

COMPONENTES SECUNDÁRIOS	DESCRIÇÃO
\mathfrak{g}_1^1 Preparo de alimentos	Conjunto de procedimentos para preparar os alimentos.
\mathfrak{g}_1^2 : Higiene	Procedimentos de lavagem dos alimentos "in natura".

Quadro 1.2. SS1: NUTRIÇÃO

ENTRADAS	SAÍDAS
U_1^1 : quantidade de alimentos "in natura".	Y_1^1 : energia humana, força disponível para a realização de trabalho .
U_1^2 : composição do cardápio, conjunto de preparações.	
$(U_1^3)'$: recursos financeiros.	

Quadro 2.1: SS2: TRABALHO: Trabalho produtivo voltado para a transformação da matéria prima em bens e prestação de serviços, que ao serem vendidos ou subsidiados, tornam-se mercadorias que irão satisfazer necessidades de consumo.

COMPONENTES SECUNDÁRIOS	DESCRIÇÃO
\mathfrak{g}_2^1 : Trabalho físico .	Atividade humana voltada para a transformação de um bem em mercadoria.
\mathfrak{g}_2^2 : Aprendizado	Desenvolvimento de habilidades necessárias à realização de trabalho.
\mathfrak{g}_2^3 Salário	Remuneração do trabalho prestado pelo trabalhador

Quadro 2.2. SS2: TRABALHO

ENTRADAS	SAÍDAS
U_2^1 : energia humana, força disponível para a realização de trabalho.	Y_2^1 : energia laboral.
	Y_2^2 : mais valia, diferença entre o valor do trabalho humano e o valor de troca, segundo uma análise marxista.
	Y_2^3 : despesas com alimentação.

Quadro3.1: SS3: *CAPITAL PRODUTIVO*: Todos os insumos utilizados para a produção de bens e serviços.

<i>COMPONENTES SECUNDÁRIOS</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
g_3^1 : <i>Máquinas e ferramentas -</i>	Aparelhos ou instrumentos necessários à transformação de um bem.
g_3^2 : <i>Matéria prima</i>	Produto “in natura”.

Quadro3.2. SS3: *CAPITAL PRODUTIVO*

<i>ENTRADAS</i>	<i>SAÍDAS</i>
U_3^1 : energia laboral.	Y_3^1 : impostos
U_3^2 : mais valia, diferença entre o valor do trabalho humano e o valor de troca, segundo uma análise marxista	Y_3^2 : perdas financeiras
U_3^3 : energia hidrelétrica, combustível	Y_3^3 : perdas de produção

Quadro4.1: SS4: *SETOR PRODUTIVO ESTATAL*: Envolvimento do Estado no Setor Capital Produtivo.

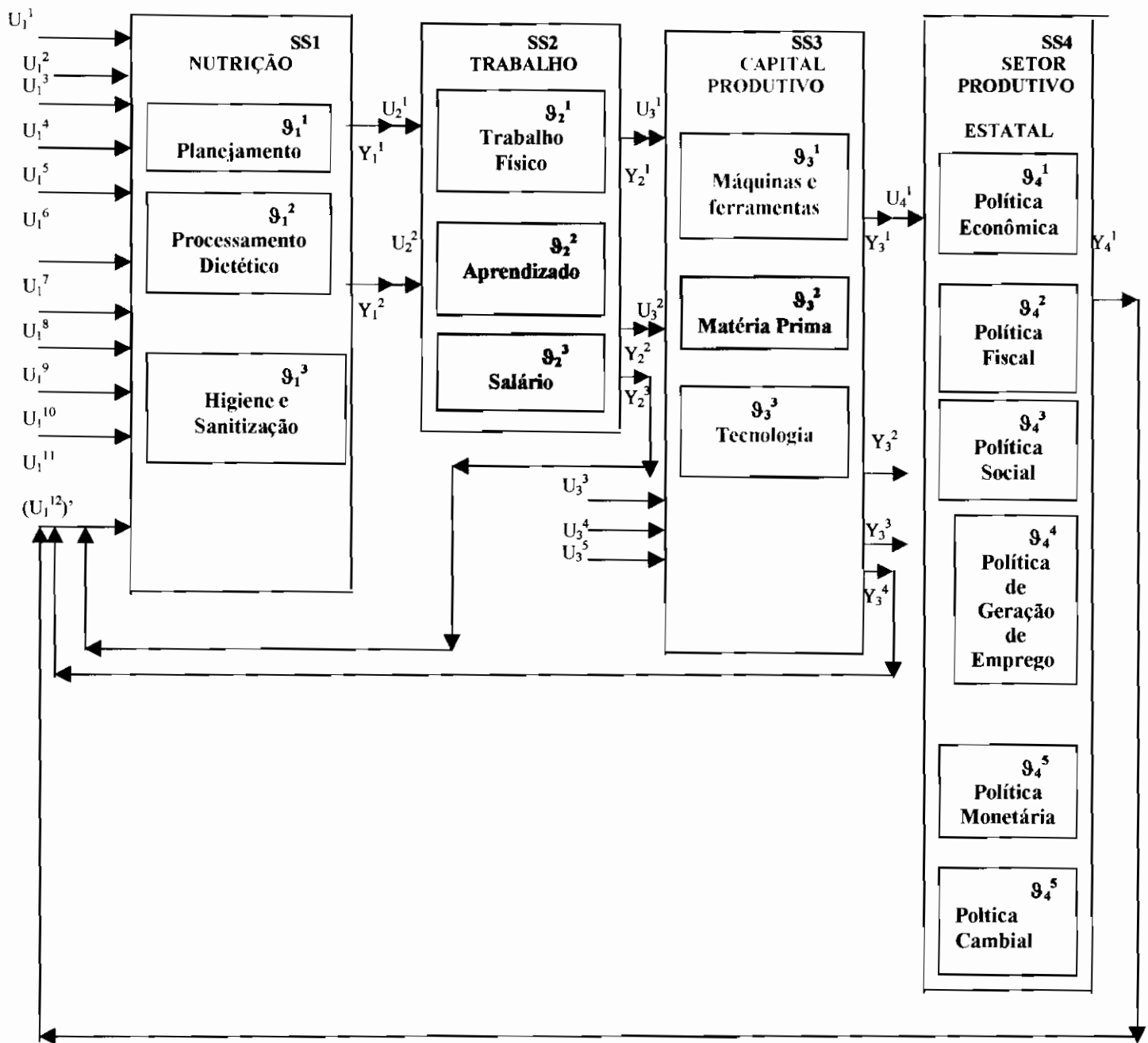
<i>COMPONENTES SECUNDÁRIOS</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
g_4^1 : <i>Política econômica</i>	Conjunto de medidas tomadas pelo governo com o objetivo de regular os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.
g_4^2 : <i>Política fiscal</i>	Estratégias de ação do Governo relativas aos gastos públicos e a obtenção da receita pública.
g_4^3 : <i>Política social</i>	Conjunto de medidas referentes à melhoria da qualidade de vida.
g_4^4 : <i>Política de geração de empregos</i>	Estratégias do Governo para equilibrar a oferta e a demanda da força de trabalho, equacionando o nível de emprego, isto é, a relação entre aqueles que podem e querem trabalhar e os que efetivamente o conseguem
g_4^5 : <i>Política monetária</i>	Conjunto de medidas adotadas pelo Governo, visando adequar os meios de pagamentos disponíveis às necessidades econômicas do país.
g_4^6 : <i>Política cambial</i>	Instrumentos da política de relações comerciais e financeiras entre um país e o conjunto dos demais países, propondo acordos e criando instituições a fim de disciplinar as transações econômicas entre os diversos países.

Quadro4.2. SS4: *SETOR PRODUTIVO ESTATAL*

<i>ENTRADAS</i>	<i>SAÍDAS</i>
U_4^1 : Impostos	Entropia negativa ³

³ Entropia negativa – falta de informação sobre os detalhes da natureza de um sistema (ABBAGNANO, 1999)

Figura 6: **MODELO CONCEITUAL SIMBÓLICO DA ALIMENTAÇÃO COLETIVA FORDISMO**



Observação: os componentes do Sistema que aparecem agora coloridos, simbolizam transformações ocorridas ao longo do tempo.

Quadro 1: Saídas suprimidas e respectivas equações de constrangimento

SS1: NUTRIÇÃO	SS2: TRABALHO	SS3: CAPITAL PRODUTIVO	SS4: SETOR PRODUTIVO ESTATAL
$\tilde{Y}_1^1 = Y_1^1 = U_2^1$	$\tilde{Y}_2^1 = Y_2^1 = U_3^1$	$\tilde{Y}_3^1 = Y_3^1 = U_4^1$	$\tilde{Y}_4^1 = Y_4^1$
	$\tilde{Y}_2^2 = Y_2^2 = U_3^2$	$\tilde{Y}_3^4 = Y_3^4$	
	$\tilde{Y}_2^3 = Y_2^3$		
$(U_1^{12}) = Y_2^3 + Y_3^4 + Y_4^1$	$Y_2^3 = (U_1^{12})$		

A seguir são descritos os subsistemas com seus respectivos componentes

secundários e estes com as entradas e saídas inerentes aos diferentes subsistemas.

Quadro1.1: SS1: NUTRIÇÃO: Atendimento dietético à clientela através da ingestão de uma dieta balanceada e sanificada, que atenda às recomendações de energia, macro e micronutrientes.

COMPONENTES SECUNDÁRIOS	DESCRIÇÃO
\mathcal{S}_1^1 Planejamento dietético	Conjunto de procedimentos que visam produzir dietas balanceadas em energia, macro e micronutrientes e fibras alimentares.
\mathcal{S}_1^2 Processamento dietético	Conjunto de transformações físicas e químicas, pelas quais passam os alimentos integrantes da dieta balanceada.
\mathcal{S}_1^3 Higiene e sanificação	Procedimentos pelos quais passam os alimentos "in natura" para estarem em condições de serem processados.

Quadro1.2. SS1: NUTRIÇÃO

ENTRADAS	SAÍDAS
U_1^1 : sexo dos comensais	Y_1^1 : energia humana, força disponível para a realização de trabalho.
U_1^2 : idade dos comensais	Y_1^2 : perfil dietético, delineamento dos alimentos e/ou preparações alimentares habitualmente consumidos.
U_1^3 : Estatura dos comensais	
U_1^4 : massa corporal dos comensais em t_0	
U_1^5 : taxa de metabolismo basal dos comensais em t_0	
U_1^6 : recomendações nutricionais ⁴ em t_0	
U_1^7 : frequência de consumo de alimentos dos comensais em t_0	
U_1^8 : quantidade de alimentos "in natura", após colheita sofrem apenas beneficiamento para agregar valor comercial.	

⁴ Recomendações nutricionais - momento fisiológico - homem: adulto/idoso; mulher: adulta não gestante/não nutriz ou adulta gestante/nutriz

Quadro1.2. SS1: NUTRIÇÃO (continuação)

U_1^9 : tempo de preparo, estabelecido nas fichas técnicas.	
U_1^{10} : composição do cardápio, conjunto de preparações, com as respectivas quantidades per capita a serem consumidas e indicação das combinações desejáveis em função do risco.	
U_1^{11} : educação nutricional, conhecimentos necessários para formar hábitos de uma alimentação balanceada (completa, adequada e variada).	
(U_1^{12}) : recursos financeiros.	

Quadro2.1: SS2: TRABALHO: Trabalho produtivo voltado para a transformação da matéria prima em bens e prestação de serviços, que ao serem vendidos ou subsidiados, tornam-se mercadorias que irão satisfazer necessidades de consumo.

COMPONENTES SECUNDÁRIOS	DESCRIÇÃO
\mathfrak{S}_2^1 : Trabalho físico .	Atividade humana voltada para a transformação de um bem em mercadoria.
\mathfrak{S}_2^2 : Aprendizado	Desenvolvimento de habilidades necessárias à realização de trabalho especializado
\mathfrak{S}_2^3 : Salário	Remuneração oriunda do emprego formal

Quadro2.2. SS2: TRABALHO

ENTRADAS	SAÍDAS
U_2^1 : energia humana, força disponível para a realização de trabalho.	Y_2^1 : energia laboral.
	Y_2^2 : mais valia, diferença entre o valor do trabalho humano e o valor de troca, segundo uma análise marxista.
	Y_2^3 : receita referente à venda da refeição subsidiada.

Quadro3.1: SS3: CAPITAL PRODUTIVO: Todos os insumos utilizados para a produção de bens e serviços.

COMPONENTES SECUNDÁRIOS	DESCRIÇÃO
\mathfrak{S}_3^1 Máquinas e ferramenta	Aparelhos ou instrumentos necessários à transformação de um bem.
\mathfrak{S}_3^2 : Matéria prima	Produto "in natura" ou semi-manufaturado
\mathfrak{S}_3^3 Tecnologia	Conjunto de conhecimentos aplicados ao processo produtivo com o intuito de elevar os índices de produção e aumento da produtividade do trabalho.

Quadro3.2. SS3: CAPITAL PRODUTIVO

<i>ENTRADAS</i>	<i>SAÍDAS</i>
U ₃ ¹ : energia laboral.	Y ₃ ¹ : impostos
U ₃ ² : mais valia, diferença entre o valor do trabalho humano e o valor de troca, segundo uma análise marxista	Y ₃ ² : perdas financeiras
U ₃ ³ : investimentos em novas tecnologias, conjunto de conhecimentos novos que podem determinar uma elevação nos índices de produção e aumento da produtividade do trabalho. U ₃ ⁴ : investimentos, aplicação de recursos em empreendimentos (equipamentos, ferramentas, imóveis) para a instalação de unidades produtivas objetivando o crescimento da capacidade produtiva.	Y ₃ ³ : perdas de produção
U ₃ ⁵ : energia hidrelétrica, combustível.	Y ₃ ⁴ : despesas com alimentação da força de trabalho

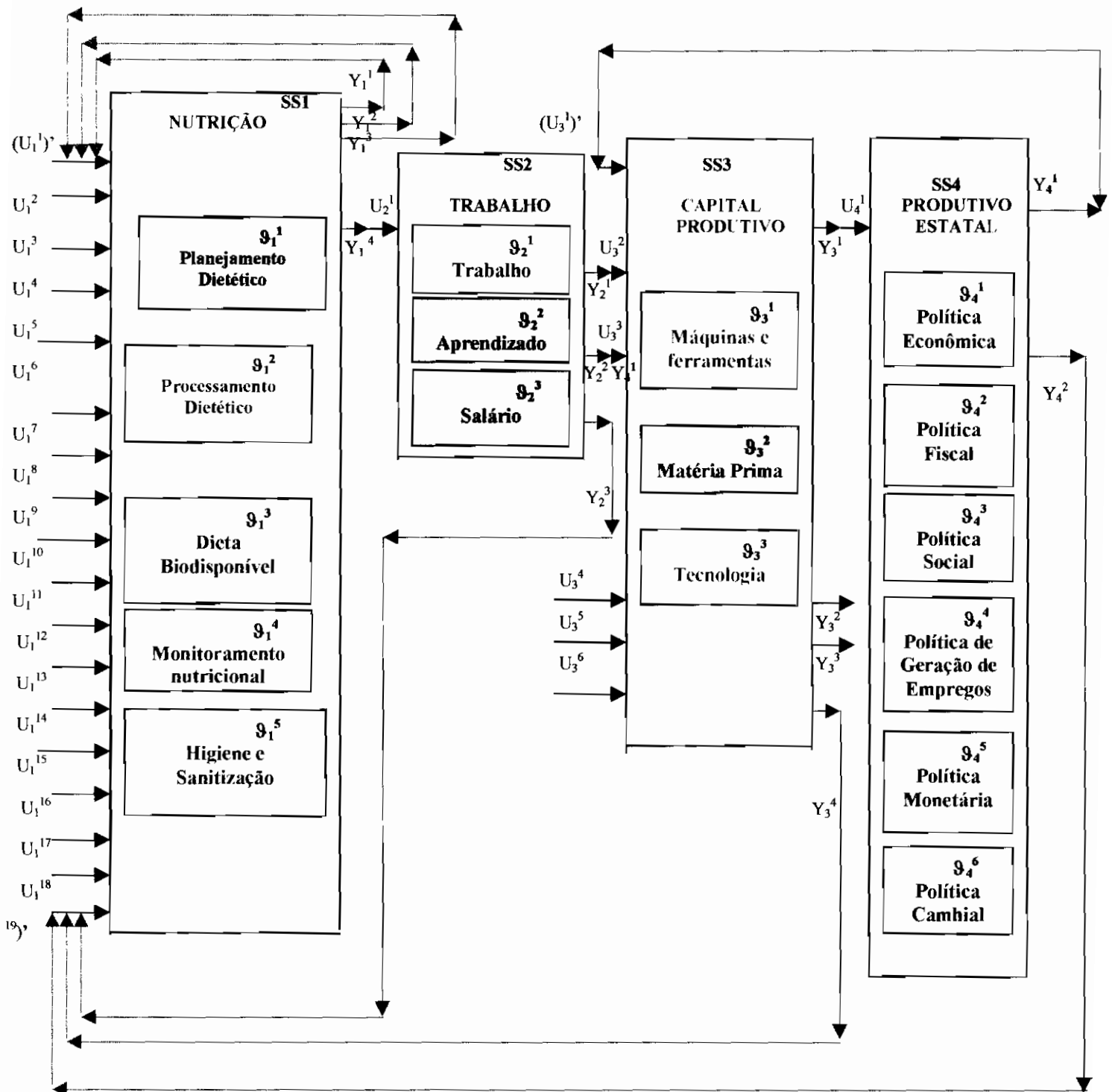
Quadro4.1: SS4: SETOR PRODUTIVO ESTATAL: Envolvimento do Estado no Setor Capital Produtivo.

<i>COMPONENTES SECUNDARIOS</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
§ ₄ ¹ : Política econômica	Conjunto de medidas tomadas pelo governo com o objetivo de regular os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.
§ ₄ ² : Política fiscal	Estratégias de ação do Governo relativas aos gastos públicos e a obtenção da receita pública.
§ ₄ ³ : Política social	Conjunto de medidas referentes à melhoria da qualidade de vida.
§ ₄ ⁴ : Política de geração de empregos	Estratégias do Governo para equilibrar a oferta e a demanda da força de trabalho, equacionando o nível de emprego, isto é, a relação entre aqueles que podem e querem trabalhar e os que efetivamente o conseguem
§ ₄ ⁵ : Política monetária	Conjunto de medidas adotadas pelo Governo, visando adequar os meios de pagamentos disponíveis às necessidades econômicas do país.
§ ₄ ⁶ : Política cambial	Instrumentos da política de relações comerciais e financeiras entre um país e o conjunto dos demais países, propondo acordos e criando instituições a fim de disciplinar as transações econômicas entre os diversos países.

Quadro4.2. SS4: SETOR PRODUTIVO ESTATAL

<i>ENTRADAS</i>	<i>SAÍDAS</i>
U ₄ ¹ : Impostos	Y ₄ ¹ : Subsídio para a alimentação do trabalhador – restaurantes populares

Figura 7: MODELO CONCEITUAL SIMBÓLICO DA ALIMENTAÇÃO COLETIVA PÓS-FORDISMO



Observação: os componentes do Sistema que aparecem agora coloridos, simbolizam transformações ocorridas ao longo do tempo.

Quadro 1: Saídas suprimidas e respectivas equações de constrangimento

SS1: NUTRIÇÃO	SS2: TRABALHO	SS3: CAPITAL PRODUTIVO	SS4: SETOR PRODUTIVO ESTATAL
$U_1^1 = \tilde{Y}_1^1 + Y_1^2 + \tilde{Y}_1^3$		$(U_3^1)' = \tilde{Y}_4^1$	$\tilde{Y}_4^1 = Y_4^1$
$\tilde{Y}_1^1 = Y_1^1$	$\tilde{Y}_2^1 = Y_2^1 = U_3^2$	$\tilde{Y}_3^1 = Y_3^1 = U_4^1$	$\tilde{Y}_4^2 = Y_4^2$
$\tilde{Y}_1^2 = Y_1^2$	$\tilde{Y}_2^2 = Y_2^2 = U_3^3$	$\tilde{Y}_3^4 = Y_3^4$	
$\tilde{Y}_1^3 = Y_1^3$	$\tilde{Y}_2^3 = Y_2^3$		
$\tilde{Y}_1^4 = Y_1^4 = U_2^1$			
$(U_1^{19})' = \tilde{Y}_2^3 + Y_3^4 + [U_1^{19} + Y_4^2]$			

A seguir são descritos os subsistemas com seus respectivos componentes secundários e estes com as entradas e saídas inerentes aos diferentes subsistemas.

Quadro1.1: SS1: NUTRIÇÃO: Atendimento dietético à clientela através da ingestão de uma dieta balanceada e sanificada, que atenda às recomendações de energia, fibras alimentares, macro e micronutrientes e as exigências da legislação sanitária vigente; avaliado pelo monitoramento nutricional.

COMPONENTES SECUNDÁRIOS	DESCRIÇÃO
\mathfrak{S}_1^1 : Planejamento dietético	Conjunto de procedimentos que visam produzir dietas balanceadas em energia, macro e micronutrientes, fibras alimentares, segundo o perfil da clientela.
\mathfrak{S}_1^2 : Processamento dietético	Conjunto de transformações físicas e químicas, pelas quais passam os alimentos integrantes da dieta balanceada.
\mathfrak{S}_1^3 : Dieta biodisponível	Dieta balanceada que após ingerida sofre reações metabólicas, pelas quais passam os alimentos no interior do organismo para a produção de energia a ser imediatamente utilizada ou armazenada, sendo consideradas também as interações mútuas entre os micronutrientes e estes com os macronutrientes, que devem otimizar a biodisponibilidade.
\mathfrak{S}_1^4 : Monitoramento nutricional	Avaliação da situação nutricional da clientela para prever tendências das condições de saúde com fins de intervenção, incluindo exames antropométricos, bioquímicos e dietéticos.
\mathfrak{S}_1^5 : Higiene e sanificação	Procedimentos pelos quais passam os alimentos "in natura" para estarem em condições de serem processados.

Quadro 1.2. SSI: NUTRIÇÃO

<i>ENTRADAS</i>	<i>SAÍDAS</i>
(U ₁ ¹): avaliação nutricional	Y ₁ ¹ : perfil bioquímico: concentrações bioquímicos sanguíneos dos comensais em t _n : colesterol, HDL colesterol, LDL colesterol, triglicerídeos, glicose e proteínas plasmáticas (albumina e globulina), hematócrito, hemoglobina.
U ₁ ² : sexo dos comensais	Y ₁ ² : perfil antropométrico: composição corporal dos comensais, resultado de uma avaliação através de mensurações antropométricas: massa corpórea, estatura, circunferência abdominal
U ₁ ³ : idade dos comensais	Y ₁ ³ : perfil dietético, delineamento dos alimentos e/ou preparações alimentares habitualmente consumidos.
U ₁ ⁴ : estatura dos comensais	Y ₁ ⁴ : energia, força disponível para a realização de trabalho.
U ₁ ⁵ : massa corporal dos comensais em t ₀	
U ₁ ⁶ : circunferência abdominal dos comensais em t ₀	
U ₁ ⁷ : taxa de metabolismo basal dos comensais em t ₀	
U ₁ ⁸ : recomendações nutricionais ¹ em t ₀	
U ₁ ⁹ : freqüência de consumo alimentar dos comensais em t ₀	
U ₁ ¹⁰ : concentrações bioquímicas sanguíneas dos comensais em t ₀ , avaliação bioquímica de componentes sanguíneos: colesterol, HDL colesterol, LDL colesterol, triglicerídeos, glicose e proteínas plasmáticas (albumina e globulina), hematócrito, hemoglobina).	
U ₁ ¹¹ : quantidade de alimentos "in natura", após colheita sofrem apenas beneficiamento para agregar valor comercial.	
U ₁ ¹² : quantidade de alimentos elaborados, os quais, uma parte considerável do processo já tenha sido feita pelos fabricantes.	
U ₁ ¹³ : tempo de manipulação, estipulado por normas da Vigilância Sanitária -Ministério da Saúde.	
U ₁ ¹⁴ : tempo de preparo, estabelecido nas fichas técnicas.	
U ₁ ¹⁵ : temperatura do alimento, estipulado por normas da Vigilância Sanitária -Ministério da Saúde.	
U ₁ ¹⁶ : composição do cardápio, conjunto de preparações, com as respectivas quantidades per capita a serem consumidas e indicação das combinações desejáveis em função do risco.	
U ₁ ¹⁷ : educação nutricional, conhecimentos necessários para formar hábitos de uma alimentação balanceada (completa, adequada e variada).	
U ₁ ¹⁸ : dosagem de produtos sanitizantes	
(U ₁ ¹⁹): recursos financeiros.	

¹ Recomendações nutricionais - momento fisiológico - homem: adulto/idoso; mulher: adulta não gestante/não nutriz ou adulta gestante/nutriz

Quadro2.1: SS2: TRABALHO: Trabalho produtivo voltado para a transformação da matéria prima em bens e prestação de serviços, que ao serem vendidos ou subsidiados, tornam-se mercadorias que irão satisfazer necessidades de consumo.

<i>COMPONENTES SECUNDÁRIOS</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
\mathfrak{g}_2^1 : Trabalho físico.	Atividade humana voltada para a transformação de um bem em mercadoria.
\mathfrak{g}_2^2 : Aprendizado	Desenvolvimento de habilidades necessárias à realização de trabalho multi-especializado
\mathfrak{g}_2^3 Salário	Remuneração oriunda do emprego formal e informal

Quadro2.2. SS2: TRABALHO

<i>ENTRADAS</i>	<i>SAÍDAS</i>
U_2^1 : energia humana, força disponível para a realização de trabalho.	Y_2^1 : energia laboral.
	Y_2^2 : mais valia, diferença entre o valor do trabalho humano e o valor de troca, segundo uma análise marxista.
	Y_2^3 : receita referente à venda da refeição subsidiada.

Quadro3.1: SS3: CAPITAL PRODUTIVO: Todos os insumos utilizados para a produção de bens e serviços.

<i>COMPONENTES SECUNDÁRIOS</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>
\mathfrak{g}_3^1 Máquinas e ferramenta	Aparelhos ou instrumentos necessários à transformação de um bem.
\mathfrak{g}_3^2 : Matéria prima	Produto "in natura" e/ou semi-manufaturado e/ou produto acabado
\mathfrak{g}_3^3 Tecnologia	Conjunto de conhecimentos aplicados ao processo produtivo com o intuito de elevar os índices de produção e aumento da produtividade do trabalho.

Quadro3.2. SS3: CAPITAL PRODUTIVO

<i>ENTRADAS</i>	<i>SAÍDAS</i>
(U_3^1) : incentivo fiscal calculado sobre o lucro tributável da empresa através do Programa de Alimentação do Trabalhador.	
U_3^2 : energia laboral.	Y_3^1 : impostos
U_3^3 : mais valia, diferença entre o valor do trabalho humano e o valor de troca, segundo uma análise marxista	Y_3^2 : perdas financeiras

Quadro3.2. SS3: CAPITAL PRODUTIVO (continuação)

U ₃ ⁴ : investimentos em novas tecnologias, conjunto de conhecimentos novos que podem determinar uma elevação nos índices de produção e aumento da produtividade do trabalho.	Y ₃ ³ : perdas de produção
U ₃ ⁵ : investimentos, aplicação de recursos em empreendimentos (equipamentos, ferramentas, imóveis) para a instalação de unidades produtivas objetivando o crescimento da capacidade produtiva.	
U ₃ ⁶ : energia hidrelétrica, combustível.	Y ₃ ⁴ : despesas com alimentação da força de trabalho

Quadro4.1: SS4: SETOR PRODUTIVO ESTATAL: Envolvimento do Estado no Setor Capital Produtivo.

COMPONENTES SECUNDÁRIOS	DESCRIÇÃO
g ₄ ¹ : Política econômica	Conjunto de medidas tomadas pelo governo com o objetivo de regular os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.
g ₄ ² : Política fiscal	Estratégias de ação do Governo relativas aos gastos públicos e a obtenção da receita pública.
g ₄ ³ : Política social	Conjunto de medidas referentes à melhoria da qualidade de vida.
g ₄ ⁴ : Política de geração de empregos	Estratégias do Governo para equilibrar a oferta e a demanda da força de trabalho, equacionando o nível de emprego, isto é, a relação entre aqueles que podem e querem trabalhar e os que efetivamente o conseguem
g ₄ ⁵ : Política monetária	Conjunto de medidas adotadas pelo Governo, visando adequar os meios de pagamentos disponíveis às necessidades econômicas do país.
g ₄ ⁶ : Política cambial	Instrumentos da política de relações comerciais e financeiras entre um país e o conjunto dos demais países, propondo acordos e criando instituições a fim de disciplinar as transações econômicas entre os diversos países.

Quadro4.2. SS4: SETOR PRODUTIVO ESTATAL

ENTRADAS	SAÍDAS
U ₄ ¹ : Impostos	Y ₄ ¹ : incentivo fiscal calculado sobre o lucro tributável da empresa através do Programa de Alimentação do Trabalhador.
	Y ₄ ² : subsídio para a alimentação, benefícios aos trabalhadores através do Programa de Alimentação do Trabalhador.

Os três Modelos Conceituais Simbólicos possibilitaram perceber que com a evolução da tecnologia de alimentos, estudos em Nutrição e o desenvolvimento do capitalismo, o Sistema de Alimentação Coletiva foi se tornando mais complexo. Se no Pré-fordismo o artesão era capaz de preparar os alimentos com apenas algumas exigências de higiene e ferramentas rudimentares, no Fordismo, foi necessário planejar refeições padronizadas, orientadas pelas Leis da Dietética e paralelamente à higiene, técnicas de sanitização foram sendo integradas. A alimentação não representava somente a possibilidade de saciar a fome, mais foi encarada na época da guerra como uma estratégia bélica. O aprendizado das técnicas de manipulação de alimentos não é mais herdado, mas ensinado com objetivo de ganhos de produtividade. E neste particular, a alimentação foi vista como uma forma de manter a força de trabalho em condições de fornecer energia humana para movimentar as máquinas. A tecnologia é incorporada ao modelo e os alimentos transformam-se em insumos para a produção de refeições de caráter coletivo, substituindo a arte de cozinhar pela técnica de produzir alimentos e refeições.

No Fordismo, o governo demonstrou interesse em implementar programas de alimentação, principalmente para os trabalhadores, uma vez que eles participavam ativamente das metas desenvolvimentistas.

O Pós-fordismo, fase de transição inconclusa, apresenta um modelo bem mais complexo. Já não é suficiente fornecer refeições, é necessário monitorar nutricionalmente os clientes e uma das formas de alcançar tal objetivo é valer-se da Dietética e da Educação Nutricional. A primeira como forma de disponibilizar os nutrientes necessários ao alcance de níveis de saúde e a segunda, democratizando o saber em Nutrição. Ambas podem contribuir para melhorar a qualidade de vida dos comensais.

No que tange a dinâmica da produção de refeições coletivas, a matéria prima toma outra feição, viabilizada por novas tecnologias, possibilitando grande facilidade no processo produtivo. No entanto, em paralelo, existe produção de refeições que, praticamente não se afastaram das condições de manipulação de alimento na era Pré-fordista.

Importante é ressaltar, que o entendimento da dinâmica do setor de Alimentação Coletiva, só é possível através de uma visão holística. Para tanto, o Modelo Conceitual Simbólico é útil, uma vez que é capaz de colocar em evidência os componentes do Sistema de Alimentação Coletiva e as interações entre eles.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O percurso histórico imprimido durante o estudo permitiu compreender a evolução da Alimentação Coletiva numa perspectiva política e econômica. No Modelo Capitalista Pré-fordista inicia-se a divisão do trabalho, a qual evolui de um processo individualizado de produção para uma padronização e massificação dos produtos, que floresceu no pós-guerra, como o Modelo Capitalista Fordista. Este perdurou por 30 anos e se esgotou nos anos 70. O modelo que vem se delineando será, provavelmente um modelo híbrido, ao qual se vem chamando de Pós-Fordista.

No Modelo Pré-fordista, o trabalhador era o artesão, no Fordista ele se transformou em uma extensão da máquina e no atual Modelo de transição Pós-fordista a mutação das competências e habilidades para o trabalho, exige dele uma aprendizagem adaptativa em constante interação com o ambiente, que lhe dê uma feição de analista simbólico.

Ao longo do estudo sobre a Alimentação Coletiva dois aspectos foram flagrados: a responsabilidade com a saúde do trabalhador e o próprio processo laboral dos manipuladores de alimentos.

O primeiro aspecto faz imaginar que, se no Modelo Pré-fordista, as refeições coletivas estavam destinadas a fornecer energia de forma quantitativa para a força de trabalho, o Modelo Fordista evolui, quando apregoa a necessidade da qualidade nutricional. A marcha espaço-temporal do capitalismo muda o rumo da Alimentação Coletiva e a afasta a passos largos do seu compromisso com a saúde do trabalhador. Esta, paulatinamente, vai substituindo uma refeição padronizada e balanceada com disponibilidade de tempo para degustação pela “fast-food”, “snack” e “food service”, rica em gordura e sódio (embora saborosa e com demanda), que privilegia a velocidade no atendimento; conseqüentemente, conduzindo ao desvario nutricional, que é impulsionado

Com a globalização cresceu a importância da produtividade e da qualidade de produtos e serviços. O setor saúde foi um dos últimos a aderir ao imperativo da qualidade, acreditando que já a possuía em medida suficiente ou porque temia a complexidade do gerenciamento por qualidade. Talvez esta seja uma das razões pela qual os gestores estão preocupados com a questão da qualidade voltada para a sanificação do produto e não para seu valor nutricional.

Entretanto, embora ocorra o desenvolvimento da Nutrição, graças a evolução de ciências afins, uma coisa é certa, se os profissionais não se conscientizarem que necessitam mudar o perfil da Alimentação Coletiva, ela corre o risco de fracassar como um componente estratégico do setor produtivo.

O cenário internacional de refeições coletivas exhibe avanços tecnológicos. Parece que os empresários brasileiros se utilizam, ainda timidamente, dos recursos avançados, diferentemente da indústria de alimentos que investe pesadamente em novas tecnologias.

No entanto, na interação entre o setor de Alimentação Coletiva e o meio ambiente há sinais de mudanças. Aspectos demográficos no sentido da longevidade, principalmente nos países desenvolvidos, conduzem à redução do contingente de crianças e jovens e ao aumento da população idosa. Isto obrigará a cadeia de refeições coletivas a desenvolver cardápios ajustados ao perfil populacional. Deverão ser adotadas estratégias educacionais que façam com que a população seja atraída às opções de alimentação adequada. Não será bastante produzir refeições atraentes e saborosas. A mídia, a cada dia, divulga o perigo de uma alimentação não balanceada. A população clama pela qualidade de vida, aqui representada por uma dieta saudável. Cresce o interesse dos comensais pelas “coisas da Nutrição”, aumentando o número daqueles que procuram por dietas com baixo valor calórico, alimentos orgânicos, alimentos funcionais, alimentos probióticos e os que a tecnologia venha criar futuramente, embora o saber em Nutrição mostra-se, na mídia, com

pela diversificação de produtos (opção que implica maior custo) como pela proliferação de vendedores ambulantes de comida.

O setor de Alimentação Coletiva paulatinamente torna-se um espaço aonde não há lugar para as pequenas empresas. Em seu lugar surgem vendedores ambulantes de alimentos que desafiam todas as normas da Vigilância Sanitária. No entanto, eles têm seu mercado garantido, que inclui tanto trabalhadores informais da construção civil como alunos de Universidade. Observa-se que mesmo alunos da área da Saúde são clientes deste mercado. Refeições ambulantes, no mercado informal, povoam a cidade, e se pode considerar como derivações pauperizadas do fast food.

O desafio é buscar um equilíbrio nutricional na multiplicidade de escolhas e as facilidades de se comprar produtos alimentares preparados, esta é a tônica da contemporaneidade da Alimentação Coletiva, seja ela institucionalizada ou não.

O segundo aspecto reporta-se ao desenvolvimento de processos e produtos na economia formal, cuja evolução tecnológica em Alimentação Coletiva exigiu maior capacitação dos manipuladores de alimentos. O processo artesanal de confecção de alimentos, onde fâcas, cutelos e panelas eram plenamente satisfatórios, deu lugar a máquinas controladas eletronicamente, que permitem programar tempos e temperaturas de cozimento ou de resfriamento dos produtos, sem mencionar as embalagens inteligentes, que garantem a qualidade de alimentos processados.

No Brasil nenhuma análise atual das políticas alimentares pode omitir o caráter de complexidade: alto custo, dificuldades de supervisão do processo produtivo de refeições e compromisso pontual com o monitoramento dietético e nutricional. A descontinuidade de programas de orientação e educação nutricional nestes moldes, nega a razão primeira na consecução da Alimentação Coletiva – “atenção primária em saúde”.

feição empírica. As firmas que estarão na vanguarda oferecerão monitoramento nutricional indo ao encontro das expectativas de seus clientes.

As exigências da vida moderna impuseram a formação de famílias menores. Mulheres dividem a responsabilidade no ingresso pecuniário da família, estando com menor disponibilidade de tempo para aceitar a responsabilidade do preparo de alimentos, dificuldade que se soma ao cumprimento dos encargos sociais na contratação de empregados domésticos. Manter-se o hábito de todas as refeições confeccionadas no domicílio vai se tornando, um evento esporádico. O mercado mostra uma tendência para que seja substituído nas cestas básicas os alimentos "in natura" por semi-processados e processados.

Paralelamente, o estilo de vida tende a mudar. Os indivíduos dispensarão maior tempo ao lazer e intensificarão as atividades físicas através de práticas esportivas. A adoção de mudar datas de feriados para permitir fins de semana prolongado, refletirá no aumento de refeições fora de casa, motivado por viagens, que reduzirá ainda mais o tempo a ser dedicado com tarefas relativas a manipulação de alimentos no lar. Cozinhar será uma opção, não uma tarefa cotidiana.

Toda esta argumentação reforça o desenvolvimento da Alimentação Coletiva. Apesar das facilidades oferecidas pela manufatura de alimentos, os métodos de cocção não prescindirão de procedimentos artesanais, embora a cocção eletrônica esteja amplamente difundida. Equipamentos eletrônicos estarão destinados ao aquecimento rápido e finalização de alimentos pré-cozido. O mercado de produtos processados deverá crescer, juntamente com os de Alimentação Coletiva, pois "cozinhas de finalização" substituirão as plantas tradicionais, reduzindo os insumos necessários à produção de refeições coletivas. As unidades de produção centralizadas de grandes empresas conseguirão garantir a lucratividade através de economia de escala, mesmo diversificando seus produtos. Por

outro lado, os supermercados estão desenvolvendo programas para competir com as empresas de Alimentação Coletiva, investindo no desenvolvimento de produtos de conveniência.

O mercado de Alimentação Coletiva em relação a Indústria de Alimentos traz grandes oportunidades de negócios, mas é ainda pequeno, quando comparado com a venda a varejo de alimentos "in natura" e produtos alimentares. Ambos são sistemas altamente complexos, compreendendo setores e subsetores. A Alimentação Coletiva está diversificada: hotéis, restaurantes, fast-food, comércio, "praças de alimentação", cantinas escolares, restaurantes industriais e institucionais, hospitais, presídios e ainda consultorias em educação nutricional. O interesse das companhias de suprimento de alimentos é reduzido, uma vez que em Alimentação Coletiva não se dispõe de pontos centrais de produção e distribuição. Mas sem dúvida, grupos de Alimentação Coletiva representam clientes potenciais.

A oferta dos produtos no varejo não atende às especificações necessárias ao processo produtivo de refeições coletivas. As indústrias de alimentos, principalmente de produtos processados e de pronto consumo, precisam se adaptar a cumprir o porcionamento ditado pelo planejamento dietético.

A rotulagem de produtos "in natura", semi-processados e processados terá que ter informações sobre nutrientes, suficientes à efetivação do cálculo dietético das diferentes preparações e/ou alimentos a serem servidos.

Os comensais estão sendo mais exigentes com a qualidade da alimentação e dificilmente as empresas de Alimentação Coletiva, poderão deixar de adotar os métodos de controle de qualidade. Destaca-se ainda, a preferência por ambientes climatizados com decoração agradável e produtos esteticamente atrativos, além de nutritivos. Estes serão fatores de agregação de valor ao produto.

As operadoras de Alimentação Coletiva deverão estar preparadas para cumprir o complexo da legislação de alimentos e das questões ambientais, sobretudo ao descarte de material não biodegradável.

As técnicas de recursos humanos estarão dirigidas para o desenvolvimento de analistas simbólicos, que serão capazes de apresentar soluções simples para problemas complexos.

No que se refere à competitividade, deve ser lembrado a diferença entre o setor de Alimentação Coletiva e os demais. É verdade, que todos devemos comer, mas a capacidade gástrica de um indivíduo é limitada e a maioria das pessoas comem, em média, três refeições; este é o limite por cliente. Logo, o investimento em propaganda deve ser feito sobre a agregação de valor ao produto.

O novo sistema alimentar ainda se caracteriza por padrões instáveis de demanda. As necessidades básicas de energia estão sendo substituídas por escolhas mais adequadas em relação a qualidade nutricional. As empresas de Alimentação Coletiva poderão assegurar um lugar de destaque no mercado, mediante a diversificação de produtos e serviços. Mas não podem ser confundidas com as empresas fordistas, caracterizadas pela produção em massa de produtos padronizados. A capacidade de se manter no novo mercado em transição (pós-fordista), dependerá do desempenho inovador e do acesso à informação em "tempo real".

Políticas públicas de apoio à pesquisa para desenvolvimento de novos produtos e processos, tanto na Alimentação Coletiva quanto na Indústria de Alimentos, serão os componentes cruciais na consolidação deste setor, potencialmente em crescimento.

A concepção do Modelo Conceitual Simbólico na linha de tempo do capitalismo fordista permitiu a construção da arquitetura do setor sob uma visão holística, que dificilmente seria possível, apenas pela narração dos fatos, ou seja, as memórias do setor

de Alimentação Coletiva. O estabelecimento das interfaces entre as entidades Nutrição, Trabalho, Capital Produtivo e Setor Produtivo Estatal mostrou com clareza a estrutura funcional da Alimentação Coletiva, identificando-a como um sistema aberto, dinâmico e complexo.

Memórias adaptativas - sistemas e subsistemas - aprendem pela interação com o meio ambiente. As exigências deste obrigam o setor de Alimentação Coletiva a se adaptar ao real, tornando o modelo conceitual simbólico, uma ferramenta simples para identificar as interações intra e inter sistemas, o que constitui um problema de caracterização complexa.

A crença da simplicidade de um sistema de Alimentação Coletiva foi desmistificada, quando identificados os diferentes componentes do sistema. Esta foi a contribuição que este estudo pretende ter dado ao acervo técnico-científico da Ciência dos Alimentos e da Nutrição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.334-335.
- ABERC Notícias. São Paulo: v. 10, n.52, p.1-4, out./nov. 1999.
- ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.) **A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Marcelo de Paiva Abreu (Org.). Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.73-104.
- ALIMENTAÇÃO offshore: um mercado que precisa ser reconquistado. **Nutritiva**, Rio de Janeiro, v.4, n.17, p.12-14, ago.1999.
- ALIMENTOS funcionais: contribuição ao bem-estar e saúde do homem. **Food Ingredients**, São Paulo, v. 1, n.3, p.30-32, nov./dez. 1999.
- AMARAL, Afrânio do. **Soja e a Alimentação popular**. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social, 1952. 148p. (Série Biblioteca Brasileira de Nutrição, 8).
- AMARAL, Alessandra Genu Dutra, DAIN, Sulamis. Subsídios a uma política tributária e de geração de empregos. COELHO, Franklin (Coord.) In: **Projeto Nacional de Desenvolvimento para as Micro e Pequena Empresas**. Rio de Janeiro: Espalhafato Comunicação, 1994. p.135-154.
- ANTONELLI, Ronaldo. Concessionárias representam o futuro dos serviços de alimentação dos trabalhadores. **Alimentação e Nutrição**, São Paulo, v.7, n.49, p.22-27, jan./mar.1981.

- ALMANZA, Barbara A., DOUGLAS, Nelson, CHAI, Stella. Obstacles to nutrition labeling in restaurants. **Journal of the American Dietetic Association**, Illions, v.97, n.2, p.157-161, Feb.1997.
- AMSTRONG ,John F., HILL, Margaret A.,MILLROSS, Janice, WALKER, Richard B. **Cook/Freeze Catering: an introduction to its technology**. London: Faber and Faber, 1973p.19-31.
- ARBIX, Glauco. Notas sobre o taylorização soviética do trabalho. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.8, p. 21-30,1997
- ARRUDA, Gillian Alonso. Ações corretivas em sistemas de APPCC. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 2, n.8, p. 22. ago. 1994.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO. **Carta de Brasília**, 26 de agosto de 1998, Brasília, 1998.
- ATIVIDADE física e alimentação adequada: as armas do próximo milênio. **Nutrição em Pauta**, São Paulo, v. 7, n.39, p.13-18, nov./dez.1999.
- ATLAS da História Universal: the Times. Rio de Janeiro: O Globo, 1995. 310p.
- AVENIER, Marie-Josée. Représentations grafiques hiérarchisées et intelligence de la complexité. **Revue Internationale de systémique**, v.4, n.2, p.203-229, 1990.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade, PRONI Marcelo Weishaup. Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil. **Cadernos do CESIT**, Campinas, n.15. p.1-49. jul. 1995.
- BEAUD, Michel. **História do capitalismo de 1500 até nossos dias**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 407p.

- BENEDICTO, Márcia de Lourdes, REGGIOLLI, Márcia Regina. **Manual de Dietas para o Restaurante Industrial**. São Paulo: Atheneu, 1997. p.1-31.
- BERG, Alan. **The nutrition factor: its role in national development**. Washington: Brookings Institution, 1973. p.41-159.
- BERGER, Peter L. **A revolução capitalista**. Tradução de Tânia Maria de Resende Chaves. Belo Horizonte: Itatiaia, 1992. p.21-37. 249p.(Biblioteca de cultura humanista, 5).
- BERNARDO, Helena. Avanços da Nutrição no restaurante Industrial. **Nutrição em Pauta**, São Paulo, v.7, n.38, p.42-44, set./out.1999.
- BERTALANFFY, Ludwig von. **Teoria geral dos sistemas**. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1973. 351p.
- BERTEN, André. La société industrielle: le modèle industriel comme modèle énergétique. **Revue Philosophique de Louvain**, Louvain, v.89, n.81, p.22-35. fev.1991.
- BONATTO, Analice. Tíquete: vale quanto pesa. **Food express**, v.3, n.6, p.12-15, ago. 1999.
- BORGES, Pedro. Problemas econômicos sociais da Alimentação. **Arquivos Brasileiros de Nutrição**, Rio de Janeiro, v. 21, n.1,p.7-15, jan./jun. 1965.
- BOULOS, Máurea Elena Missio da Silva. Segurança Alimentar: uma preocupação, questão de atualizar e viabilizar informação. **Nutrição em Pauta**, São Paulo, v.7, n.39, p.21-23, nov./dez.1999.
- BOYER, Robert. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. Tradução René Barata Zicman. São Paulo: Nobel, 1990. 192p.

- BOYER, Robert, DURAND, Jean-Pierre. **L'après-fordisme**. Paris: Syros, 1993. p.8-80.
(Alternatives économique. Essais).
- BRAGA, Silas de Faria. Os rumos do PAT na visão do Ministro. **Restaurante Industrial**, São Paulo, v.1, n.2, p.12-15, ago./set. 1988.
- BRASIL. Lei nº8078, Código de proteção e defesa do consumidor:, de 11 de setembro de 1990. organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 6 ed., ampliada. e atualizada .São Paulo: Saraiva, 1994. (Coleção Saraiva de Legislação). 150p.
- BRASIL. Lei nº 8234, de 17 de setembro de 1991. Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília , n.181, 18 set. 1991. Seção 1, p. 19909.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Diário Oficial da União**. [on line] Disponível: <http://www.in.gov.br>. [capturado em agosto de 1999].
- BRASIL, Secretaria de Promoção Social. Tudo sobre o Programa de Alimentação do Trabalhador. Brasília, D.F: Secretaria de Promoção Social, 1987. 81p.
- BRASIL, Secretaria de Promoção Social. Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT: manual de Instrução. 2ed. Brasília: Secretaria de Promoção Social,1995. 21p.
- BRASIL,. Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT: manual de Legislação. 3ed. Brasília: Secretaria de Promoção Social, 1997. 40p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.710, de 10 de junho de 1999. Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e determina que os órgãos e entidades do Ministério da Saúde, cujas ações se relacionem com o tema objeto da Política ora aprovada, promovam a elaboração ou readequação de seus planos, programas, projetos

e atividades na conformidade das diretrizes e responsabilidades nela estabelecidas.

Diário Oficial da União, Brasília, D.F., v.137, n.110, 11 jun. 1999. Seção 1. p.14.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação no século XX.**

Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981. 379p.

CAIUBY, Vidigal, FRENDETT JUNIOR., Roberto. Políticas Alternativas: política

industrial. In: SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICA INDUSTRIAL, 1993, Rio de

Janeiro: Instituto Liberal, 1993. 34 p.

CAMPOS, Juarez de Queiroz. **Saúde em Concordata.** São Paulo: J.Q.Campos, 1988.176.

CARVALHO, Rosemary Jane Monteiro de. Nutricionista: que profissional é esta? um

estudo sobre o processo de trabalho em Alimentação Coletiva. 1998. 115p.

Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia de Produção) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

CASTRO, Antonio Barros, SOUZA, Francisco Eduardo Pires. **A Economia Brasileira em**

marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.p.9-217. (Coleção estudos brasileiros, v.91).

CASTRO, Antonio Barros. O Plano Real: o debate e algumas surpresas. 1998. 20p.

Trabalho elaborado como subsídio para a pesquisa sobre: "Investimentos no Brasil" coordenada por Ricardo Bielschowsky, Cepal, 1998. mimeogr.

CASTRO, Antonio Barros. .Aspectos políticos da expansão capitalista do pós-guerra. In:

O capitalismo ainda é aquele. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [197-?].p.176-187.

CASTRO, Josué de., BARBOSA, J.J., SANTOS, Walter. Relatório do Brasil à 3ª

Conferência Latino-Americana de Nutrição. **Arquivos Brasileiros de Nutrição**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p.10-43. Jan./mar. 1954.

- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis : Vozes, 1998. 611p.
- CFN estabelece atribuições dos nutricionistas, 1998. **Jornal do CRN 4**, Rio de Janeiro, p.3-4. ago.1998.
- CHIARA, Vera. Ácidos Graxos Trans: efeitos deletérios na Saúde Materno-Infantil. In: ENCONTRO DE ATUALIZAÇÃO EM NUTRIÇÃO MATERNO-INFANTIL, 1. 1999. Rio de Janeiro. Resumo. Rio de Janeiro: Instituto de Nutrição do Estado do Rio de Janeiro, 1999. 88 p. p.54-56.
- COELHO, Ricardo Gonçalves. Interações Nutricionais: Interações ao Nível do Trato Gastrointestinal. **Revista de Metabolismo e Nutrição**. Porto Alegre, v.2, n.3, p.106-117, 1995.
- COSTA, Dante. **Alimentação e Progresso:** o problema no Brasil – alguns aspectos sociais da alimentação humana. Rio de Janeiro: Serviço de Alimentação da Previdência Social, 1951. p. 39-231.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.232p. (Fontes do pensamento político).
- COUTINHO, Ruy. **Valor Social da Alimentação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1947. p.11-25.
- COZZOLINO, Silvia M. Franciscato. Biodisponibilidade de minerais. **Revista de Nutrição da Puccamp**, Campinas, v.10, n.2, p.87-98, jul./dez. 1997.
- CRUZ, Ana Teresa Rodrigues, HANASHIRO, Agnes, GARCIA, Maria Lúcia Tafuri, ABREU, Edeli Simioni de, TORRES, Elizabeth Aparecida Ferraz da Silva. Fortificação de Alimentos. **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.14, n.74, p.17-120, jul. 2000.

- DANIELS, De Young Rebecca, GREGOIRE, Mary B. Use of capital budgeting techniques by foodservice directors in for-profit and not-for-profit hospitals. **Journal of the American Dietetic Association**, Illions, v.93, n^o.1, p.67-69, Jan.1993.
- DECAREAU, Robert V. Microwaves in Foodservice. **Journal of Foodservice System**, Connecticut, v.6, n^o.4, p. 257-271, 1992.
- DEDECA, Claudio Salvadori. As ondas de racionalização produtiva e as relações de trabalho no capitalismo avançado. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas , n.9, p. 49-68, dez.1997.
- DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 7. ed. Tradução de Manuel do Rêgo Braga. Rio de Janeiro: Guanabara, 1963.p.181-224.
- DRUMOND, J.C. Wartime Nutrition and its lessons for future. 1941-1950: Word War II and Nutrition (1941-1945); Ice-Cream (1946-1950). **British Food Journal**, Bradford, v.96, n^o.5/6, p. 41-46, 1994.
- ELLAHI, Basma. Genetic modification for the production of food: the food industry' s response. **British Food Journal**, Bradford, v.98, n^o.4/5, p. 53-72, 1996.
- ESCUDEIRO, Pedro. Tradução de Helion Póvoa e Waldemar Berardinelli. **Alimentação**, Rio de Janeiro: Scientifica, 1934. p.103-292.
- FARIA, José Henrique de. **Tecnologia e processo de trabalho**. Curitiba: Ed. UFPR, 1997.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1994. 663p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. 2. ed. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838p.

FERREIRA, Cândido Guerra. O fordismo, sua crise e o caso brasileiro. **Cadernos do CESIT**, Campinas, p.1-29, 1993. (Texto para discussão, 13).

FIGUEIREDO, Nice. Dominação ou (A 2ª) Revolução industrial: o dilema da informática nos países em desenvolvimento. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 86, p. 29-45, jul./set.1986.

FIORI, José Luiz. **Em busca do Dissenso Perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight, 1995, p. 41-84.

FIORIN, Luiz José. **Linguagem e ideologia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. 87p.

FITOUSSI, Jean-Paul., ROSANVALLON, Pierre. **Le nouvel âge des inégalités**. Paris: Seuil, 1996. p.109-149.

FITOUSSI, Jean-Paul. **Le débat interdit: monnaie, europe, pauvreté**. Paris: Arléa, 1995. p.7-81.

FITZPATRICK, M. Patricia, CHAPMAN, Gwen E., BARR, Susan I. Lower-fat menu items in restaurants satisfy customers. **Journal of the American Dietetic Association**, Illions, v.97, n.5, p. 510-514, May.,1997.

FORD, Henry. **My life & Work**. 2ed. London: William Heinemann, 1924. p.77-90.

FOSSARD, A J. **Servomécánismes et Régulateurs**. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.p.66-82.

FRANCO, Guilherme. **Tabela de composição química dos alimentos**. 9. ed. São Paulo: Atheneu, 1998.307p.

- FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na primeira república: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**.. Rio de Janeiro: Campus, 1990.p.31-72.
- GALEAZZI, Maria Antônia M., SALAY, Elisabete. A problemática do abastecimento, da Alimentação e da Nutrição para os grupos de baixa renda nos grandes centros urbanos. **Cadernos de Debate**, Campinas, v.1, n.1, p.20-69, ago.1993
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4ed.Tradução. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 244p.
- GU, Zheng. Debt use and profitability: a reality check for the restaurant industry. **Journal of Foodservice System**, Connecticut, v.7, nº.3, p. 135-147, 1993.
- HAY, Donald A., MORRIS, Derek J. The analysis of Markets. In: **Industrial economics and organization: theory and Evidence**. Oxford: Oxford University Press, 1991. p.27-57.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural**.. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.6ed., São Paulo: Loyola, 1996.349p.
- HIMMELFARB, Gertrude. **A idea of poverty: England in early industrial age**. New York: Vintage Books, 1985. 302p.
- INSTITUTO LIBERAL Notas. **Avaliação de projetos de Lei**. Rio de Janeiro, 1993. p.191-199 (Combate à pobreza brasileira, 23).
- ISOLAURI, Erika. Efeitos imunológicos dos probióticos. In: SEMINÁRIO DE NESTLÉ NUTRITION, 1998, China. **Anais...**Vevey: Nestlé Nutrition Services, 1998. p.32-34.
- KEYNES, John Maynard. **Inflação e Deflação**. Tradução de Rolf Kuntz . São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os pensadores).

KIRK, David, DALY, Lorna. The contribution of catering to the diet. **British Food Journal**, Bradford, v.94, n.º.3, p. 22-25, Jan./June.,1992.

KIRK Doroyhy, SHANKLIN, Carol W., GORMAN, Mary Anne. Attributes and qualifications that employers seek when hiring dietitians in business and industry. **Journal of the American Dietetic Association**, Illions, v.89, n.º.4, p. 494-498, Apr.1989.

KORNIS, George Edward Machado. **A crise do estado de Bem-Estar: problemas e perspectivas da proteção social**. 1994. 198p. Tese (Doutorado Economia) - Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994. 198p.

KORNIS, George Edward Machado. Entre o futuro do capitalismo e o capitalismo do futuro: a long and winding road **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v.12, n.2, p. 92-98, abr/jun. 1998.

L'ABBATE, Solange. As políticas de alimentação e Nutrição no Brasil: I. Período de 1940 a 1964. **Revista de Nutrição PUCCAMP**, Campinas, v.1, n.2, p.87-138, jul./dez. 1988.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. A retomada do crescimento e as distorções do milagre. In: In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.p.233-294.

LANZILLOTTI, Haydée Serrão. O nutricionista como intelectual e sua responsabilidade com a sociedade. 1988. 119p. Tese (Livre Docência em Nutrição Social) - Instituto de Nutrição, Universidade do estado do Rio de Janeiro, 1988.

_____.Terceirização em Serviços de Alimentação: ensaio exploratório. **Revista de Nutrição da PUCCAMP**, Campinas, v.9, n.1, p. 9-35, jan./jun.1996.

LARA RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.p.213-232.

LEIS do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940, v.5, p.154.

LEIS do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1967, v.1, p.321.

Le MOIGNE, J.L. Systémique et complexité. **Revue Internationale de Systémique**, v.4, n.2, p.107-117. 1990.

LESSA, Carlos. O Plano de metas . In: **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.27-117.

LIEVENSE, Lou C., MANTOAN, Antonio M. Fitosteróis combatem o mau colesterol. **Nutrição em Pauta**, São Paulo, v. 8, n.41, p.38-40, mar./abr.2000.

LINS FILHO, Waldemar. Rações de Campanha e de reserva na aeromáutica.. **Arquivos Brasileira de Nutrição**, v.10, n.3, p. 207-224, jul./set.1954.

LORENZ, Klaus. Microwave heating of foods – changes in nutrient and chemical composition. **Rev. Food Science Nutrition**, Masschusetts, v.7, nº.4, p.341-371, Jjun. 1976.

LUGARINHO, Iliete. **Aspectos do desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Univerta, 1989.144p.

LUSSATO, Bruno. **Modèles cybernétiques hommes entreprises: introduction critique aux théories d'organisation**. Paris: Dunod, 1972. 192p. (L"économie d'entreprise).

LUZ, Madel Therezinha. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de "transição democrática"- anos 80. **PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 77-96, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em análise de discurso**. 3 ed. Tradução Freda Indursky. Campinas: Pontes : Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1997.196p.

MALUF, Renato Sérgio. Segurança Alimentar e desenvolvimento econômico no Brasil. **Conjuntura Alimentos**, São Paulo, v.6, n.1, p. 19-25, jan./mar. 1994.

MARX, KARL. **O capital: crítica da economia política**. 6ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. P.201-879.

MATTOSO, Jorge Eduardo. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.210p.

MELLO, Joamel B., CAMARGO, Marlene O. **Qualidade na saúde: práticas e conceitos, normas ISO nas áreas médico-hospitalar e laboratorial**. São Paulo: Best Seller, 1998. 435p.

MELLO, João Manuel Cardosos de. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.182 p.

MELLO, Maria de Lourdes. Importância das refeições no local de trabalho. **Nutrinews**. Rio de Janeiro, v.1, n.3, p.19-23, mar.1979.

MIKKELSEN, Bent Egberg. Foodservice and the Environment: a european perspective. **Journal of Foodservice System**, Connecticut, n.7, n.2, p. 93-104, 1993.

MONEGO, Estelamaris Tronco, PEIXOTO, Maria do Rosário Gondini, JARDIM, Paluo César Veiga, SOUZA, Ana Luiza Lima. Alimentos dietéticos: uma visão prática. **Revista de Nutrição PUCCAMP**, Campinas, v.7,n.1, p.9-31, jan./jun.1994.

MOSCOSO, Alexandre. **Alimentação do Trabalhador**. 4ed. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Educação Sanitária, 1942. 113p.

MOTTA, Denise Giacomo da. Avaliação de um serviço de Alimentação Institucional da grande São Paulo: perfil do usuário e da alimentação servida. **Revista Nutrição**, Campinas, v.3, n.1, p.60-79, jan./mar. 1990.

NEUMANN, Africa Isabel de la Cruz Perez, ABREU, Edeli Simioni de, TORRES, Elizabeth Aparecida Ferraz da Silva. Alimentos saudáveis, alimentos funcionais, fármaco alimentos, nutracêuticos ...Você já ouviu falar? **Higiene Alimentar**, São Paulo, v.14, n.71,p. 19-23, abr.2000.

NOE, Albert. Globalização, Revolução Científico-técnica e a Universidade. Faculdade de Educação. SEMINÁRIO RUMOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE AS MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO, 1996. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. 31-36p.

O Céu é o limite. **Nutritiva**, Rio de Janeiro, v. 1,n.1, p.12-15, mar.1996.

OLIVEIRA, Milton Braga de. **Dietoterapia** : regimes de conformidade com os hábitos alimentares do povo brasileiro. Rio de Janeiro: Rocha Alves, 1962.p.13-15.

ORENSTEIN, Luiz., SOCHACZEWSKI, Antonio Cláudio. Democracia com desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva Abreu (Org.). **A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.171-196.

PADILHA, Gláucia. Empresas entram no terceiro milênio em clima de otimismo. **Alimentação e Nutrição**, São Paulo, v.18, n.74, p. 22-30, 1999.

PEREIRA, Amaranto Lopes. **Reflexões sobre a noção de coerência conceitual e sua importância no estudo de alguns problemas básicos de uma teoria unificada de sistemas.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, 1970. (Publicação n.15.70)

_____. **Teoria Geral dos Sistemas.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, 1999. Apostila.

PINHEIRO, Ana Beatriz V., LACERDA, Elisa Maria A, BENZECRY, Esther H., GOMES, Maria Conceição S. COSTA, Verônica M. **Tabela para Avaliação de Consumo Alimentar em Medidas Caseiras.** 2. ed. Rio de Janeiro: [s.n.]. 1994. 63p.

PIORE, Michel J., SABEL, Charles F. **Les chemins de la prospérité: de la production de masse à la spécialisation souple.** Traduit de l'anglais par Luc Boussard. Paris: HACHETE, 1984. p.9-437.

POPE, Harry H. What lies ahead for the restaurant industry? In: STOKES, John W. **How to manage a restaurant or institutional food service.** 4. ed. Massachusetts: W.C.Brown, 1982. p.8-10.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **História do capitalismo: uma visão panorâmica.** Campinas: UNICAMP. IE.CESIT,1997. 30p.

PROENÇA, Rosana Pacheco da Costa. "Just in Time" em unidades de Alimentação e Nutrição: um estudo introdutório. **Revista de Nutrição da PUCCAMP,** Campinas, v.9, n1, p.36-56, jan./jun. 1996.

_____. **Inovação tecnológica na produção de alimentação coletiva.** Florianópolis: Insular, 1997. 135p.

_____. Novas tecnologias para a produção de refeições coletivas: recomendações de introdução para a realidade brasileira. **Revista de Nutrição,** Campinas, v.12, n1, p.43-53, jan./abr. 1999.

QUALIDADE se fisga pela boca. **Nutritiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n.14, p.12-15, dez.1998.

QUEIROZ, Regina. Está ficando com os fornecedores a parte mais difícil do negócio. **Alimentação e Nutrição**, Rio de Janeiro, v.12, n.55, p. 23-29, 1993.

REICH, Robert B. **O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21**. Tradução de Claudiney Fullman I. São Paulo: Educator, 1994.

REIS, José Carlos Dias. Utilizando a tecnologia Cook-Chill na produção avançada de alimentos. **Nutrição em Pauta**, São Paulo, v.7, n.37, p.19-20, jul./ago.1999.

RESTAURANTES comerciais: novos desafios e responsabilidade social. **Jornal do CRN4**. Rio de Janeiro, jun.1999. p.6-7.

REZENDE, Ana Lúcia Magela de. Saúde: dialética do pensar e do fazer. São Paulo: Cortez, 1986.159.

RIBEIRO NETO, Almir. Restaurantes “Nova Geração”. **Restaurante Industrial**, São Paulo, v.1, n.2, p.13, ago./set. 1998.

RIFKIN, Jeremy. **Fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. Tradução Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1995.348p.

ROSNAY, J. **Le macroscopie vers une vision globale**, Paris: Seuil, 1975. p. 85-130.

SANDRONI, Paulo, (Org.) **Novo Dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1994. 375p.

SAWER, Carol A. Safety issue related to use take-out food. **Journal of Foodservice System**, Connecticut, v.6, nº.1 p. 41-59, 1991.

SIAL 96 levanta hábitos alimentares. **Revista ANERJ**, Rio de Janeiro, v.1, n.4, p.18-19, nov.1996.

SICHERI, Rosely. **Epidemiologia da obesidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.140p.

SILVA FILHO, Antonio Romão. **Manual Básico para planejamento e projetos de restaurante e cozinhas industriais**. São Paulo: Livraria Varela, 1996. 232p.

SILVA, Léia Lopes da, STAMFORD, Tânia Lúcia Montenegro. . Alimentos brobióticos: uma revisão **Higiene Alimentar**. São Paulo, v.14, n.68/69, p.41-50, jan./fev.2000.

SILVERSTONE, Rob. Application of the new nutritional consensus to the catering industry. **British Food Journal**, Bradford, v.97, n°.5, p.16-22, 1995.

SORTINELLI, Paolo. Alimentação e saúde. In: FLANDRIN, Jean-louis, Montanari, Massimo. **História da Alimentação**. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J.F. Teixeira.. São Paulo: Estação liberdade, 1998. p.792-805.

STANLEY, Davidson, PASSORE, R., BROCK, J.F. **Human Nutrition and dietetics**.5 th. ed. Edinburgh and London: Churchill Livingstone, 1972. p. 491-492.

TANSEY, Geoff. Food policy in a changing food system. **British Food Journal**, Bradford, v.96, n.8, p.4-12, jan./jun. 1994.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TEICHMANN, Ione Mendes. **Cardápios: técnicas e criatividade**. 2 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1990. 229p.

THE PAGRAVE: a dictionary of economics. Edited by John Eatwell, Murray Milgrate, Peter Newman. London: The Macmillan Press, 1991. 4v.

- THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária**. 2ed. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.115-345.
- TUMA, Rahilda Conceição Ferreira Brito. Em defesa da Segurança Alimentar. **Jornal do CFN**, v.2, n.5, p.4-5., dez., 1999.
- VANCA, P. Evolução do processo de terceirização nas 500 maiores empresas do Brasil: terceirização e parceria. **Suma Econômica**, Rio de Janeiro. n.176, p.10-12, mar 1994. (Edição Especial)
- VECCHIO, Maurício Hélio. A desidratação dos alimentos tradicionais brasileiros e sua importância militar. **Arquivos Brasileiros de Nutrição**, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p.27-34, jan./jun. 1981.
- VENIKOV, V.A **Theory of Similarity and Simulation: with applications to problems in electrical power engineering**. London: MacDonal Technical & Scientific, 1969. 494p.
- VERGARA, Maria Cecília. LC-PUFAs Ômega-3: conceitos e tecnologia de aplicação. **Food Ingredients**. São Paulo, v.1, n.4, p.77-79, jan/fev.2000.
- VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.p.105-122.
- _____. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.p.123-150.
- VULLIERME, Jean-Louis. Théories spéculaires et complexité. **Revue International de Systémique**, Paris, v.4, n.2, p.147-156, 1990.
- WALLERSTEIN, Immanuel, CUTER, Fernad Brandel. Typology of Crises in World-System. In: NST SYMPOSIUM, 1984. New York: [s.n.], 1984. p.5-7

WARNER, Mickey. **Industrial foodservice and cafeteria management**. Chicago: Institutions /Volume Feeding Magazine, 1973. p.1-12.

WILKINSON, John. **O futuro do sistema alimentar**. São Paulo: Hucitec, 1989.141p.

WOOD, Stephen. O modelo japonês em debate: pós-fordismo ou japonização do fordismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.6, n.17, p. 28-43, out. 1991.

ZADETH, L.A., POLASK, E. **System theory**. New York: Mc Graw-Hill, 1969, p.3-41.